



PLANO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE 2014-2020

ATUALIZAÇÃO DE 2020



Índice

Introdução.....	5
1. Contexto	8
1.1. Objetivos e âmbito.....	8
1.1.1. Objetivo global, objetivos específicos, princípios orientadores.....	8
1.1.2. Âmbito	12
1.1.3. Avaliação, Revisão e Atualização do PGA PT2020	14
1.2. Quadro Lógico das avaliações.....	15
1.2.1. Princípios orientadores.....	15
1.2.2. Resultados diretos das avaliações e calendarização	16
1.2.3. Método de seleção das avaliações a integrar no PGA PT2020.....	21
1.2.4. Fundamentação da seleção das avaliações a realizar (evidências)	26
2. Sistema de Avaliação.....	36
2.1. Estratégia de Gestão da Qualidade do Processo de Avaliação	36
2.2. Gestão do Plano de Avaliação.....	40
2.2.1. Entidades envolvidas e respetivas funções	40
2.2.2. Coordenação do PGA PT2020: Rede de Monitorização e Avaliação	44
2.3. Processo de avaliação	46
2.3.1. Questões de avaliação e Métodos.....	46
2.3.2. Informação de suporte às avaliações	48
2.3.3. Modo de realização das avaliações	50
2.3.4. Orçamento e Duração das avaliações.....	51
2.3.5. Gestão dos exercícios de avaliação	53
2.4. Utilização dos resultados das avaliações e acompanhamento da implementação das recomendações.....	58
2.4.1. A utilização dos resultados das avaliações	58
2.4.2. Acompanhamento da implementação das recomendações	60
2.5. Comunicação dos resultados das avaliações	61

2.6. Capacitação em avaliação	66
3. Planeamento das avaliações	69
3.1. Listagem e calendarização indicativa das avaliações a realizar	69
3.2. Articulação das avaliações previstas com os objetivos específicos dos programas operacionais.....	74
3.3. Especificação das avaliações a realizar	74
Bibliografia	79
Anexo 1 Matrizes de representação das avaliações a realizar	82
Anexo 2 Modelo de ficha de caracterização das avaliações a realizar	91
Anexo 3 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:	
Avaliações Globais	93
Anexo 4 Ficha de exercício de avaliação que abrange o PO NORTE: Avaliação do Programa	104
Anexo 5 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio da Competitividade e Internacionalização	108
Anexo 6 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio da Inclusão Social e Emprego.....	135
Anexo 7 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio do Capital Humano	138
Anexo 8 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio da Sustentabilidade	153
Anexo 9 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Outras avaliações temáticas	160
Anexo 10 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações territoriais	164

Índice de Figuras

Figura 1 - Tipo de avaliações e Critérios de avaliação	24
Figura 2 - Tipo de avaliações e Critérios de identificação das avaliações a realizar	25
Figura 3 - Estratégia de gestão da qualidade no processo de avaliação	37
Figura 4 - Estratégia de gestão da qualidade no processo de avaliação	38
Figura 5 - Modelo de gestão do PGA PT2020 e dos Plano de Avaliação dos Programas	43

Índice de Quadros

Quadro 1 - Programas e Fundos que integram o PGA PT2020	13
Quadro 2 - Produtos que o PGA PT2020 deve alimentar – Quadro regulamentar (FEEI, excluindo especificidades do FEADER e FEAMP)	20
Quadro 3 - Orçamento indicativo do PGA PT2020.....	52
Quadro 4 - Principais objetivos da participação dos atores a envolver na avaliação	56
Quadro 5 - Principais atores e respetivas funções (síntese)	58
Quadro 6 - Produtos e destinatários de comunicação dos resultados das avaliações	63
Quadro 7 - Exemplos de ações de divulgação.....	65
Quadro 8 - Síntese das avaliações por fundo, abrangência de PO e tipo de avaliação	69
Quadro 9 - Síntese da calendarização das avaliações	70
Quadro 10 - Síntese da calendarização das avaliações por tipo de avaliação	71
Quadro 11 - Lista das avaliações previstas no PGA PT2020 que abrangem o NORTE 2020	73

Introdução

1. A avaliação das políticas públicas e dos seus programas é uma condição de melhoria e de progresso e um exercício de prestação de contas e de responsabilização, constituindo igualmente um imperativo legal e regulamentar.

Assim, o Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – artigos 56º 1 e 114º 1 do REG (UE) 1303/2013, de 17 de dezembro – e, a nível nacional, o Acordo de Parceria e o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabelecem a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de um plano de avaliação global do Portugal 2020 e de um plano de avaliação por cada Programa Operacional (PO).

2. Neste quadro legal e regulamentar, foi elaborado o Plano Global de Avaliação (PGA PT2020), que estrutura a avaliação no Portugal 2020, integrando as avaliações a realizar no âmbito dos FEEI, ou seja, inclui os Fundos da Política da Coesão – Fundos Estruturais (FSE e FEDER) e Fundo de Coesão (FC) –, o FEADER e o FEAMP.

O PGA PT2020, aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, em 5 de agosto de 2015, será complementado por dois outros documentos – “Orientações para o planeamento e a preparação dos exercícios de avaliação do Portugal 2020” e “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*)”.

3. O Plano de Avaliação do NORTE 2020 constitui um elemento deste Plano Global, assumindo os princípios, as condições e os calendários comuns e explicitando a intervenção específica do Programa. O decreto-lei acima citado, na alínea s) do n.º 1 do Artigo 27.º, define como competência da Comissão Diretiva “participar na elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020 e elaborar o plano de avaliação do PO” e, na alínea c) do n.º 2 do Artigo 54.º, prevê que a Comissão de Acompanhamento analise e aprove esse plano, bem como eventuais alterações.
4. O período de programação 2014-2020 caracteriza-se pela existência de programas e de intervenções multifundos, pelo carácter transversal e complementar das intervenções, com os PO temáticos e os PO regionais a concorrerem para os mesmos objetivos específicos, e pelo reforço da orientação para os resultados como forma de incrementar a eficácia e a

utilidade destes instrumentos das políticas públicas. Estas três características têm implicações na conceção e na estruturação do Plano Global e na realização dos diferentes processos de avaliação, exigindo o cruzamento de modalidades diversas de avaliação e o reforço da articulação e da coordenação de avaliações.

Assim, apesar de a sua prioridade específica ser a avaliação intercalar do Programa, a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 participará ativamente nas avaliações temáticas, visto que estas permitirão avaliar de forma mais aprofundada a totalidade das prioridades de investimento e dos objetivos específicos, do que podem beneficiar todos os programas que incluem cada uma dessas prioridades ou cada um desses objetivos.

5. A articulação e a coordenação das funções de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 assumem, no atual período de programação, uma importância acrescida. Neste sentido, o Norte 2020 valorizará a sua participação na Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020, constituída pelas entidades responsáveis pela coordenação dos fundos (AD&C, CCN e CCF) e as Autoridades de Gestão dos PO, sob coordenação da AD&C.

Esta Rede é herdeira da experiência e do conhecimento técnico e científico acumulados nas instituições portuguesas ao longo dos sucessivos períodos de programação, em especial do mais recente (QREN 2007-2013). O PGA PT2020 reconhece que “em muito beneficia da experiência em matéria de avaliação acumulada ao longo do QREN, nomeadamente, da dinâmica instituída na Rede de Avaliação do QREN, da existência de um Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais, do modo de funcionamento dos Grupos de Acompanhamento, da partilha eletrónica de informação e da disponibilização de documentos comuns de orientação e as atividades de divulgação das avaliações realizadas”.

6. O Plano de Avaliação do NORTE 2020 está estruturado em três partes: o Capítulo 1. *Contexto* apresenta os objetivos, o âmbito e o quadro lógico subjacente à avaliação no Portugal 2020; o Capítulo 2. *Sistema de Avaliação* é dedicado à descrição das atividades a desenvolver, quer no âmbito do PGA PT2020, quer na realização de cada exercício de avaliação, dos produtos a obter e dos atores a envolver; o Capítulo 3. *Planeamento das avaliações* apresenta a calendarização e a articulação entre avaliações e objetivos específicos, incluindo uma ficha de descrição sumária da avaliação intercalar do NORTE 2020, bem como de outros exercícios de avaliação mais associados ao NORTE 2020.

Como estabelecido a nível nacional, os capítulos 1 e 2 do presente Plano são uma versão adaptada dos capítulos I e II do PGA PT2020, com ligeiras alterações de redação e a supressão de informação que manifestamente não se aplicava a este Programa regional.

7. Além da avaliação intercalar do NORTE 2020 e da participação nos exercícios de avaliação temática que incidem sobre objetivos específicos incluídos neste Programa, haverá lugar à realização de estudos específicos, ao incentivo e à valorização de trabalhos académicos e de outras iniciativas pertinentes e ao apoio à participação de agentes regionais e nacionais em redes europeias e mundiais, sempre na perspetiva da avaliação do Programa.
8. A Autoridade de Gestão do NORTE 2020, em estreita colaboração com a Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020, afetará os recursos necessários ao desenvolvimento deste Plano de Avaliação, tendo em vista a melhoria da aplicação dos Fundos Europeus na Região do Norte e em Portugal. A importância destes Fundos para o desenvolvimento económico e social e para a coesão territorial bem o justifica.

1. Contexto

Este capítulo sintetiza o quadro essencial que orientou a elaboração do PGA PT2020, apresentando, num primeiro momento, os objetivos e os princípios, o âmbito temporal, institucional e geográfico, os procedimentos de avaliação, revisão e atualização do próprio Plano, e, num segundo momento, os resultados diretos esperados, os princípios, os critérios e os métodos de seleção dos diferentes tipos de avaliação e a fundamentação das opções com recurso às conclusões das avaliações realizadas no período de programação anterior.

1.1. Objetivos e âmbito

Neste subcapítulo, apresenta-se (i) o objetivo global, os objetivos específicos e os princípios que orientam o PGA PT2020, (ii) o âmbito temporal, institucional e geográfico de aplicação do Plano, e (iii) os procedimentos de avaliação, revisão e atualização do próprio Plano que permitam o seu sucessivo ajustamento.

1.1.1. Objetivo global, objetivos específicos, princípios orientadores

O Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) constitui o documento orientador da avaliação do Portugal 2020 (PT2020) e resulta de um consenso entre as entidades responsáveis pela governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Pretende-se que a conceção e a implementação das políticas e dos programas beneficiem de avaliações de qualidade, suportadas em evidências sobre a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções. Este objetivo global enquadra-se na missão de contribuir para a boa gestão e utilização dos FEEI, reforçando a sua orientação para resultados e a qualidade na prestação de contas.

O Plano está alinhado com as orientações e os princípios para o período de programação 2014-2020, inscritos no regulamento geral dos FEEI da União Europeia (UE), onde se realça a necessidade de a avaliação dos FEEI contribuir para “melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas e avaliar a sua eficácia, eficiência e impacto.” (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 54.º).

Objetivo Global do Plano de Avaliação do NORTE 2020

Contribuir para a qualidade da estratégia, da gestão e da execução do NORTE 2020, tendo em conta a programação e os objetivos específicos aí definidos, com vista a melhorar a sua eficácia, eficiência e impacto.

Este objetivo global tem subjacentes os objetivos comumente associados à função de avaliação, tais como o planeamento/eficiência, a responsabilidade, a implementação e a produção do conhecimento, sem descurar os efeitos relevantes da função de avaliação na capacitação institucional.

Objetivos da função de avaliação (CE, 2013, EVALSED)

- **Planeamento/eficiência:** justificar a existência de uma política/programa e a utilização eficiente dos recursos.
- **Responsabilidade:** demonstrar em que medida determinado programa alcançou os seus objetivos, e de que forma utilizou os seus recursos.
- **Implementação:** aumentar a eficiência dos programas e a eficácia da sua implementação e gestão.
- **Produção de conhecimento:** aumentar a compreensão sobre como os instrumentos atuam no contexto em que são aplicados e como diferentes medidas e intervenções podem ser mais efetivas.
- **Capacitação institucional:** melhorar e desenvolver as capacidades dos participantes nos programas e as suas redes e instituições.

Quadro regulamentar

- Devem ser efetuadas avaliações com o objetivo de melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas, e avaliar a sua eficácia, eficiência e impacto (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 54.º).
- Durante o período de programação, a autoridade de gestão assegura a realização de avaliações, incluindo para determinar a eficácia, a eficiência e o impacto de cada programa, com base no plano de avaliação (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 3 do artigo 56º).
- Compete à Agência, I.P., no âmbito da coordenação técnica geral do Portugal 2020 (...) elaborar e submeter à aprovação da CIC Portugal 2020, em articulação com a CCN e a CCF, o plano global de avaliação do Portugal 2020, que inclui as avaliações de âmbito estratégico e operacional (...) (Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alínea k) do artigo 12º).
- FEADER: cada programa de desenvolvimento rural inclui: (...) O plano de avaliação referido no artigo 56.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro (...) (Regulamento (EU) n.º 1305/2013, de 17 de dezembro, alínea g) do n.º 1 do artigo 8º).
- FEAMP: o programa operacional deve incluir: (...) i) Os requisitos de avaliação e o plano de avaliação a que se refere o artigo 56º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro e as medidas a tomar para dar resposta às necessidades identificadas (REG (UE) n.º 508/2014 artigo 18º 1, j).

As novas exigências que se colocam à função de avaliação no período 2014-2020 implicam desafios acrescidos à avaliação nas suas diferentes fases. Com efeito, estas exigências colocam-se na fase de planeamento/preparação, em particular na identificação das avaliações a realizar (tendo em conta a elevada inter-relação entre programas regionais e temáticos e uma orientação para os resultados). Procura-se, igualmente, garantir de forma antecipada a informação necessária à realização das avaliações (de forma a viabilizar, por exemplo, a

realização de avaliações de impacto). Por outro lado, nas fases de implementação das recomendações e de divulgação, reforça-se a necessidade de garantir o uso das avaliações no processo de tomada de decisão.

Principais alterações regulamentares que influenciam o PGA PT2020 (Regulamento (UE) n.º 1303/2013)
Plano de Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> Obrigatoriedade de apresentação de um plano de avaliação (n.º 1 do artigo 56º e n.º 1 do artigo 114º).
Relatórios
<ul style="list-style-type: none"> Obrigatoriedade de elaboração de um relatório de síntese dos resultados das avaliações em 2022, para cada PO dos Fundos da Política de Coesão (n.º 2 do artigo 114º)
Focalização nos resultados e impactos
<ul style="list-style-type: none"> Lógica de abordagem que privilegia a aferição dos resultados alcançados e a avaliação da eficácia, da eficiência e dos impactos (n.º 3 do artigo 56º). Necessidade de avaliação do impacto dos programas para o cumprimento das metas da Estratégia da UE (n.º 1 do artigo 54º).
Incidência das avaliações
<ul style="list-style-type: none"> Lógica de intervenção que privilegia a aferição do contributo dos FEEI para os objetivos de cada prioridade (Eixo Prioritário/Medida) (n.º 3 do artigo 56º).
A relevância dos sistemas de informação e dados
<ul style="list-style-type: none"> A ênfase na aferição do contributo dos FEEI para os objetivos de cada prioridade implica o recurso a métodos de avaliação de impactos, designadamente a avaliação baseada na teoria e a avaliação contrafactual (n.º 3 do artigo 56º). A disponibilização e a atualização de dados, sobretudo microdados, são fundamentais para as avaliações de impacto (alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 125º).
Acompanhamento da implementação das recomendações
<ul style="list-style-type: none"> Cada exercício de avaliação é sujeito a um <i>follow-up</i> adequado (alínea b) do n.º 1 do artigo 110º e alínea a) do n.º 4 do artigo 111º).
Reserva de desempenho
<ul style="list-style-type: none"> Existência de reserva de desempenho (artigos 20º a 22º).

A experiência recente do processo avaliativo da aplicação dos fundos europeus sugere a necessidade de um maior envolvimento das entidades públicas e dos parceiros sociais na avaliação desses fundos, enquanto responsáveis pelas políticas públicas ou com estas relacionadas. Este envolvimento é relevante nas diferentes fases do ciclo avaliativo, nomeadamente, no planeamento e na conceção das avaliações, na realização dos estudos de avaliação, na sua discussão pública e na implementação das recomendações, sobretudo, através da integração daquelas entidades em grupos de acompanhamento das avaliações. O

envolvimento das entidades públicas na avaliação permitirá qualificar o processo e melhorar a cooperação em matérias comuns à gestão das políticas públicas e à gestão dos fundos. Um exemplo desta cooperação será a facilitação do acesso às bases de dados administrativas, geridas por entidades públicas, para efeitos de avaliação dos impactos de políticas públicas cofinanciadas.

A capacitação em avaliação, quer das entidades que constituem o modelo de governação do PT2020, quer das entidades públicas, tem-se revelado igualmente uma necessidade crescente e um fator crítico para a garantia da qualidade e da utilidade do processo avaliativo.

A experiência adquirida sugere, também, a necessidade de aumentar a qualidade e a utilidade das avaliações por via do aprofundamento da reflexão e da discussão pública dos seus resultados, envolvendo os intervenientes relevantes.

A reconhecida experiência positiva da Rede de Avaliação do QREN, enquanto órgão de concertação da estratégia de avaliação e de partilha de experiências, apela à continuação desta parceria, bem como do trabalho conjunto produzido no âmbito da avaliação.

Objetivos específicos do PGA PT2020

- Construir um quadro lógico planeado e estruturado das avaliações a realizar no âmbito do PT2020.
- Contribuir para que se garanta um nível elevado de qualidade das avaliações, nas suas diferentes dimensões: termos de referência, métodos utilizados, conclusões e recomendações e implementação das recomendações.
- Assegurar o uso das avaliações através do envolvimento dos interessados no processo avaliativo, da disponibilização das conclusões e recomendações em tempo útil à tomada de decisão e da criação de mecanismos de monitorização da implementação das recomendações (follow-up).
- Garantir uma adequada divulgação e reflexão pública da avaliação do PT2020.
- Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação da Administração Pública, sobretudo através da sua capacitação, bem como de um maior envolvimento desta no processo avaliativo do PT2020.
- Garantir que a avaliação do PT2020 se desenvolva no âmbito de uma parceria entre os principais intervenientes do PT2020, no seio da Rede de Monitorização e Avaliação (M&A).
- Prever atempadamente as necessidades de informação para a avaliação a recolher dos sistemas de informação dos programas, das estatísticas nacionais, das bases de dados administrativas e junto dos destinatários e beneficiários.

Princípios orientadores

- Utilidade: garantir a produção de resultados relevantes disponibilizados atempadamente para a tomada de decisão política e de gestão, constituindo-se como suporte fundamental à (re)formulação de políticas e à gestão dos programas.
- Objetividade: garantir assertividade nas questões de avaliação, disponibilidade atempada da informação, acompanhamento adequado das avaliações, aplicação de métodos adequados e credíveis, conclusões suportadas em evidências (distinguindo entre juízos de valor e factos) e recomendações sustentadas, realistas e robustas.

- **Flexibilidade:** na formulação, gestão e implementação do PGA PT2020. Revisão anual deste Plano, com especificação progressiva das avaliações a desenvolver (desde uma apresentação inicial indicativa até à definição mais detalhada três anos antes da sua realização), bem como possibilidade de revisões extraordinárias do mesmo, em função de alterações significativas do contexto da sua aplicação.
- **Independência:** realização das avaliações por peritos internos, externos ou por equipas mistas, funcionalmente independentes dos responsáveis pela conceção e implementação dos programas.
- **Parceria:** envolvimento e comprometimento dos responsáveis pela coordenação e gestão do PT2020 nas diferentes fases de PGA PT2020 (conceção, implementação, divulgação e acompanhamento da implementação das recomendações) e envolvimento de um conjunto alargado de atores nas avaliações (p.e., Administração Pública central, regional e local, parceiros sociais e beneficiários).
- **Transparência:** prestar contas aos cidadãos sobre a utilização dos recursos públicos, partilha dos resultados nas diferentes áreas de intervenção das políticas públicas e promoção do debate público, clareza das conclusões das avaliações e das metodologias utilizadas, constituição de um repositório de evidências para suportar a decisão política.
- **Aprendizagem:** reflexão e autoavaliação do processo de avaliação com o objetivo da sua melhoria contínua. Análise das conclusões e recomendações das avaliações e desenvolvimento de ações de acompanhamento da implementação das recomendações tendo em vista a melhoria dos programas e das políticas.

1.1.2. Âmbito

O PGA PT2020 abrange os doze (12) programas regionais, temáticos e de assistência técnica do Portugal 2020, relativos ao Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, excluindo, deste modo, a cooperação territorial europeia. O PGA PT2020 inclui ainda os Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente e das Regiões Autónomas e o PO MAR. A sua abrangência geográfica corresponde, assim, ao território nacional (Continente e Regiões Autónomas) e cobre o período de programação 2014-2020.

Não obstante as especificidades de programação e avaliação do FEADER e FEAMP, foi opção nacional a sua inclusão no PGA PT2020.

O quadro institucional do PGA PT2020 é formado pelas entidades responsáveis pela coordenação e gestão dos dezasseis programas do PT2020 considerados, nomeadamente: Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020); Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C); Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER (CCN); Comissão de Coordenação para o FEAMP (CCF); Autoridades de Gestão (AG) dos programas considerados.

O PGA PT2020 abarca os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), que financiam os dezasseis programas considerados:

- Fundos da Política da Coesão, designadamente, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC) e o Fundo Social Europeu (FSE), que se repartem por doze Programas Operacionais (PO), sendo quatro Temáticos, sete

Regionais relativos às regiões NUTS II, do Continente e das Regiões Autónomas (RA) e um de Assistência Técnica.

- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que se reparte por três Programas de Desenvolvimento Rural relativos às regiões NUTS I Continente, RA dos Açores e RA da Madeira.
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), agregado num único Programa Operacional com incidência em todo o território português.

Quadro regulamentar
(Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro)

A autoridade de gestão ou o Estado-Membro define um plano de avaliação que pode abranger mais do que um programa (...) (n.º 1 do artigo 56º)

Quadro 1 - Programas e Fundos que integram o PGA PT2020

Programas		Fundos
Programas Operacionais Temáticos (POT)	PO Competitividade e Internacionalização (PO CI)	FEDER e FSE (<i>Regiões menos desenvolvidas</i>) FC (<i>todas as regiões – Transportes</i>)
	PO Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	FSE (<i>Regiões menos desenvolvidas</i>) Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) (<i>em todas as regiões</i>)
	PO Capital Humano (PO CH)	FSE (<i>Regiões menos desenvolvidas</i>)
	PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	FC (<i>em todas as regiões</i>)
Programas Operacionais Regionais (POR)	do Continente (POR-Continente)	
	PO Norte (<i>região menos desenvolvida</i>)	FEDER e FSE
	PO Centro (<i>região menos desenvolvida</i>)	
	PO Lisboa (<i>região desenvolvida</i>)	
	PO Alentejo (<i>região menos desenvolvida</i>)	
	PO Algarve (<i>região em transição</i>)	
	das Regiões Autónomas (POR-RA)	
	PO Açores (<i>região menos desenvolvida</i>)	
	PO Madeira (<i>região desenvolvida</i>)	
Assistência Técnica	PO Assistência Técnica (PO AT)	FEDER
Desenvolvimento Rural	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)	FEADER
	Programa de Desenvolvimento Rural da R.A. Açores (PRORURAL+)	
	Programa de Desenvolvimento Rural da R.A. Madeira 2014-2020	
Assuntos Marítimos e Pesca	Programa Operacional Mar 2020 (PO MAR)	FEAMP

A intervenção dos FEEI no âmbito do PT2020 estrutura-se em torno dos seguintes domínios temáticos: (i) Competitividade e Internacionalização (que inclui os Objetivos Temáticos (OT) OT1, OT2, OT3, OT7, OT8 e OT11); (ii) Inclusão Social e Emprego (OT8 e OT9); (iii) Capital Humano (OT10); (iv) Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos (OT4, OT5 e OT6).

Em síntese, o âmbito do PGA PT2020 tem a seguinte cobertura:

- Temporal - Período de Programação 2014-2020;
- Institucional – CIC Portugal 2020, AD&C, CCN, CCF, AG;
- Geográfica – Continente e Regiões Autónomas;
- Programática – 5 Fundos (FEDER, FC, FSE, FEADER e FEAMP), 4 Domínios Temáticos e 16 Programas (4 POT; 5 POR-C; 2 POR-RA; 1 PO AT; 3 PDR; 1 PO MAR).

1.1.3. Avaliação, Revisão e Atualização do PGA PT2020

O PGA PT2020, concretizando o princípio da flexibilidade, deve ser alvo de ajustamentos ao longo do seu período de vigência, de modo a melhor incorporar as diferentes necessidades de avaliação no decorrer da implementação dos programas.

Nesta perspetiva, terá lugar um processo de revisão anual, da responsabilidade da RM&A, sob coordenação da AD&C. Esta revisão ocorrerá durante o último trimestre de cada ano civil de vigência do PT2020. Poderão ainda verificar-se atualizações extraordinárias do PGA PT2020, quando tal se justifique.

Na organização do PGA PT2020 os dois primeiros capítulos têm um carácter mais estrutural, enquanto o terceiro capítulo acomodará as atualizações anuais (ainda que estas possam incidir também sobre os primeiros capítulos), relativas quer à alteração das avaliações previstas, quer ao aprofundamento da especificação da caracterização das avaliações a realizar nos três anos seguintes à data da revisão do Plano.

A identificação da necessidade de alterar as avaliações previstas poderá ter origem na monitorização estratégica, operacional e territorial da implementação dos programas, mas também em propostas apresentadas pelas instituições e redes ou fóruns que constituem o modelo de governação do PT2020.

Será garantido o acompanhamento dos progressos do PGA PT2020, ao longo do seu período de vigência, sendo considerado um elemento fundamental de garantia da sua qualidade. Será

efetuada, igualmente, uma meta-avaliação (avaliação das avaliações), cuja especificação se encontra no Capítulo III. Este processo de acompanhamento e avaliação do PGA PT2020 permitirá introduzir alterações ao longo do seu período de programação de forma a garantir a sua qualidade e eficácia.

1.2. Quadro Lógico das avaliações

Neste subcapítulo, apresenta-se (i) os princípios orientadores da seleção das avaliações, (ii) os resultados diretos esperados e os produtos que o PGA PT2020 deve alimentar, (iii) os critérios e os métodos de seleção dos diferentes tipos de avaliação e (iv) a fundamentação da seleção das avaliações a realizar, com base nas “mensagens” das avaliações realizadas no âmbito do período de programação 2007-2013.

1.2.1. Princípios orientadores

A ênfase na orientação para os resultados no período de programação 2014-2020 influenciará de forma determinante a função de avaliação neste período. Consequentemente, a aferição da eficácia, da eficiência e do impacto das intervenções, com vista a melhorar a qualidade destas, será central no modelo de avaliação a implementar.

O modelo de organização programática prosseguida no PT2020, em que se verifica uma forte interligação entre os PO Temáticos e os PO Regionais, que concorrem para objetivos específicos semelhantes do PT2020, influenciará igualmente o modelo de avaliação aqui proposto, evidenciando a vantagem das avaliações transversais (temáticas) que abrangem diferentes PO (Temáticos e Regionais ou PO Regionais).

Por outro lado, as avaliações temáticas serão necessariamente privilegiadas nas avaliações de impactos, de forma a garantir uma maior focalização da avaliação (tornando-as mais eficazes) e a possibilitar o desenvolvimento de determinadas metodologias de análise de impactos.

Quadro regulamentar (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro)

Devem ser efetuadas avaliações com o objetivo de melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas, e avaliar a sua eficácia, eficiência e impacto. O impacto dos programas deve ser avaliado à luz da missão dos respetivos FEEI, tendo em conta as metas da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e, quando apropriado, atendendo à dimensão do programa, em relação ao PIB e ao desemprego na zona geográfica do programa em causa (n.º 1 do artigo 54º).

Durante o período de programação, a autoridade de gestão assegura a realização de avaliações, incluindo para determinar a eficácia, a eficiência e o impacto de cada programa, com base no plano de avaliação, e assegura que

as avaliações estão sujeitas a um acompanhamento adequado em conformidade com as regras específicas dos Fundos. Pelo menos uma vez durante o período de programação, deve ser realizada uma avaliação para determinar de que forma os FEEI contribuíram para os objetivos de cada prioridade [leia-se Eixo Prioritário no caso dos Fundos da Política da Coesão] (...) (n.º 3 do artigo 56º).

Princípios orientadores na seleção das avaliações

- Orientação para os resultados, que se materializará numa forte incidência nas avaliações que permitam aferir os efeitos das intervenções cofinanciadas, nomeadamente na análise da eficácia, da eficiência e do impacto das intervenções e dos programas. Será atribuída uma especial atenção à análise da eficiência. Não será, contudo, descuidada a análise das vertentes de implementação, tendo em vista eventuais correções ou ajustamentos à gestão dos programas.
- Racionalidade económica, financeira e estratégica, procurando um bom compromisso entre a avaliação de áreas de política pública com elevado financiamento comunitário e áreas estrategicamente relevantes e/ou com significativos impactos esperados.
- Abrangência, sobretudo temática e territorial, garantindo uma adequada cobertura das diferentes áreas temáticas e fundos do PT2020. Considerando os princípios da racionalidade e da abrangência, cada objetivo específico será coberto pelas avaliações, embora com níveis de aprofundamento e extensão distintos. Prevê-se, ainda, a integração de estudos de avaliação no PT2020 promovidos por entidades que não integram a governação do PT2020, desde que tenham como objeto de análise políticas públicas cofinanciadas pelos fundos.
- Respeito pela lógica de intervenção da programação, adequando as avaliações à lógica do PT2020, nomeadamente à forte inter-relação entre os PO Temáticos e os PO Regionais, através da realização de avaliações transversais.
- Preferência por avaliações temáticas, necessariamente transversais, nas situações em que um eixo prioritário / objetivos específicos / intervenções sejam semelhantes e/ou complementares em diversos PO, potenciando desta forma a aferição dos efeitos das intervenções.
- Utilização de meta-avaliações, sempre que possível e adequado, nomeadamente nas avaliações de impacto dos programas. Esta via permitirá conciliar o objetivo de privilegiar a realização de avaliações temáticas (necessariamente focadas numa intervenção¹ ou num conjunto diminuto de intervenções) e avaliações de programas, uma vez que estas poderão usufruir dos resultados de avaliações temáticas realizadas anteriormente, desenvolvendo apenas análises específicas para as áreas dos programas não cobertas por aquelas avaliações temáticas.
- Realização de avaliações de impacto de intervenções cofinanciadas no QREN, e que têm continuidade no PT2020, nas situações em que os impactos das intervenções se fazem sentir decorrido um longo período após a intervenção.

1.2.2. Resultados diretos das avaliações e calendarização

As avaliações a realizar no âmbito do PGA PT2020 têm um papel preponderante no contexto do sistema de monitorização do PT2020, que é tributário das avaliações e simultaneamente uma fonte de informação para a revisão do Plano e formulação das questões de avaliação. Paralelamente, as avaliações constituem um input para os diferentes relatórios de acompanhamento previstos.

Tendo como objetivo último melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas e avaliar a sua eficácia, a sua eficiência e o seu impacto, as avaliações do PT2020 devem contribuir

¹ Neste contexto, entende-se por intervenção uma ação ou um conjunto de ações ou de projetos coerente nos seus objetivos que podem, no limite, coincidir com um Programa ou linha(s) de atuação de uma determinada política.

para os seguintes conteúdos dos reportes de monitorização: (i) progressos no cumprimento e na concretização dos objetivos dos programas; (ii) progressos no contributo efetivo dos programas para a realização da Estratégia Europa 2020 e do compromisso de Portugal no seio dessa estratégia – o Programa Nacional de Reformas; (iii) consequências das alterações verificadas no contexto de aplicação dos fundos e nas necessidades de desenvolvimento do Estado-Membro ao nível da implementação dos programas e da concretização dos seus objetivos; (iv) contributo dos programas para as dinâmicas de desenvolvimento territorial; (v) execução da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ).

As conclusões e recomendações das avaliações do PGA PT2020 deverão contribuir para a elaboração dos seguintes relatórios, da responsabilidade das autoridades nacionais:

- Relatórios Anuais de Execução dos programas e Relatórios Finais (nestes, apenas os aplicáveis aos Fundos da Política de Coesão) - os relatórios de execução anual deverão ser apresentados pelas AG à Comissão Europeia (CE) até 31 de maio do ano seguinte, exceto os relatórios de 2016 e 2018 dos PO dos Fundos e os relatórios dos PDR do FEADER, para os quais a sua apresentação poderá ocorrer até 30 de junho do ano seguinte ao do reporte;
- Relatório Intercalar da execução do Acordo de Parceria - no âmbito dos FEEI, Portugal terá que produzir o relatório intercalar da execução do Acordo de Parceria, com reporte até 31 de dezembro de 2016 e de 2018, e submissão à CE até 31 de agosto do ano seguinte²;
- Relatório Anual dos Fundos da União Europeia – a AD&C deve elaborar e submeter à aprovação da CIC do PT2020 os relatórios anuais de monitorização estratégica, operacional e financeira do Portugal 2020³;
- Relatório de síntese dos resultados das avaliações e dos principais resultados e realizações dos PO (apenas aplicável aos Fundos da Política de Coesão) - as AG têm de apresentar à CE, até ao final de 2022, um relatório de síntese dos resultados das avaliações, que visa disponibilizar informação sistematizada, para que a CE efetue a avaliação *ex-post* do período 2014-2020 relativa ao FEDER, ao FC e ao FSE.

² Conforme estrutura e conteúdo exaustivo constante do Anexo I do Regulamento de Execução (UE) n.º 215/2014, de 7 de março.

³ Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

De acordo com as suas competências, estes relatórios permitirão à CE elaborar: (i) Relatório estratégico; (ii) Relatório de síntese dos Programas.

A informação reportada nos relatórios anuais de execução dos programas deverá permitir à CE a elaboração dos relatórios de síntese dos programas (anuais). Estes relatórios incluirão os relatórios estratégicos, em 2017 e 2019, os quais serão sustentados nos relatórios intercalares da execução do Acordo de Parceria apresentados pelos Estados-Membros. No FEAMP acresce que tal informação deverá permitir à CE a elaboração, até final de março de 2017, do relatório de avaliação intercalar, que possibilite a efetivação da revisão intercalar até junho do mesmo ano.

As avaliações a realizar terão em consideração, em termos de calendarização, os produtos que irão alimentar. Esta calendarização (apresentada no Capítulo 3) será assim um compromisso entre estes produtos e as necessidades de informação para efeitos de alterações processuais e programáticas dos programas, bem como a expectativa da produção de efeitos pelas intervenções cofinanciadas, de forma a garantir que as avaliações de impacto serão efetuadas no momento em que já exista informação relevante para analisar.

Quadro regulamentar
Relatórios de execução dos Programas
<p>Em todos os relatórios de Execução Anual referentes aos anos 2015 a 2022: 2. (...) síntese das conclusões de todas as avaliações do programa que ficaram disponíveis [nesse ano], outras questões que afetem o desempenho do programa, bem como as medidas adotadas (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, 17 de dezembro, n.º 1 e 2 do artigo 50º).</p> <p>No caso do FSE, (...) avaliar a qualidade das ofertas de emprego recebidas pelos participantes na IEJ, incluindo as pessoas desfavorecidas, pertencentes a comunidades marginalizadas e que abandonaram o ensino sem qualificações. (...) avaliar o seu progresso na formação contínua, na obtenção de empregos duradouros e dignos, ou na participação em estágios de aprendizagem ou de aperfeiçoamento (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, 17 de dezembro n.º 1304/2013 Artigo 19º 4).</p> <p>No caso do FEAMP, (...uma síntese das atividades empreendidas em relação ao plano de avaliação (REG (UE) n.º 508/2014 artigo 144 2b).</p> <p>No caso do FEADER, (...) os relatórios anuais de execução [que se estendem até 2023] devem incluir informações sobre (...) uma síntese das atividades empreendidas relacionadas com o plano de avaliação (REG (UE) n.º 1305/2013 artigo 75º 2).</p> <p>O relatório referente a 2016 inclui: (...)os progressos alcançados na realização dos objetivos do programa, incluindo a contribuição dos FEEI para a alteração do valor dos indicadores de resultados, quando esses dados sejam facultados pelas avaliações (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 50º 4).</p> <p>Os relatórios referentes a 2016 e 2018 incluem: no caso dos Fundos da Política de Coesão do Objetivo Investimento no Crescimento e Emprego, Os progressos realizados na execução do plano de avaliação e do seguimento dado aos resultados das avaliações; (...) e o envolvimento dos parceiros na execução, monitorização e avaliação do programa operacional (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 111º 4 a) e c)).</p> <p>O relatório referente a 2018, no caso do FEADER, inclui: (...) descrição da execução de quaisquer subprogramas incluídos no programa e uma avaliação dos progressos alcançados no sentido de uma abordagem integrada da</p>

utilização do FEADER e de outros instrumentos financeiros da UE a favor do desenvolvimento territorial das zonas rurais, nomeadamente através de estratégias de desenvolvimento local (REG (UE) n.º 1305/2013 artigo 75º 4).

O relatório referente a 2018 e final inclui: (...) progressos relativos ao cumprimento dos objetivos do programa, bem como o seu contributo para a realização da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 50º 5).

Relatório intercalar da execução do acordo de parceria

As alterações verificadas nas necessidades de desenvolvimento do Estado-Membro, desde a adoção do acordo de parceria (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 52º 2a).

Os progressos registados na realização da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, bem como nas missões específicas por Fundos (...), através do contributo dos FEEI para os objetivos temáticos selecionados, e nomeadamente quanto aos objetivos intermédios adotados no quadro de desempenho para cada programa e ao apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 52º 2b).

(...) informações adicionais sobre a execução da IEJ, bem como uma avaliação dessa execução. (REG (UE) n.º 1304/2013 artigo 19º 5).

Relatório de síntese dos resultados das avaliações (apenas para cada PO dos Fundos da Política de Coesão)

Até 31 de dezembro de 2022, as autoridades de gestão apresentam à Comissão, para cada programa operacional, um relatório de síntese sobre os resultados das avaliações efetuadas durante o período de programação e os principais resultados e realizações do programa, com comentários relativos às informações comunicadas (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 114º 2).

Relatório de síntese dos Programas (CE): (...) Relatório de síntese relativamente aos programas dos FEEI, com base nos relatórios de execução anuais do Estados-Membros (...), bem como uma síntese das conclusões das avaliações disponíveis dos programas (...) (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 53º 1).

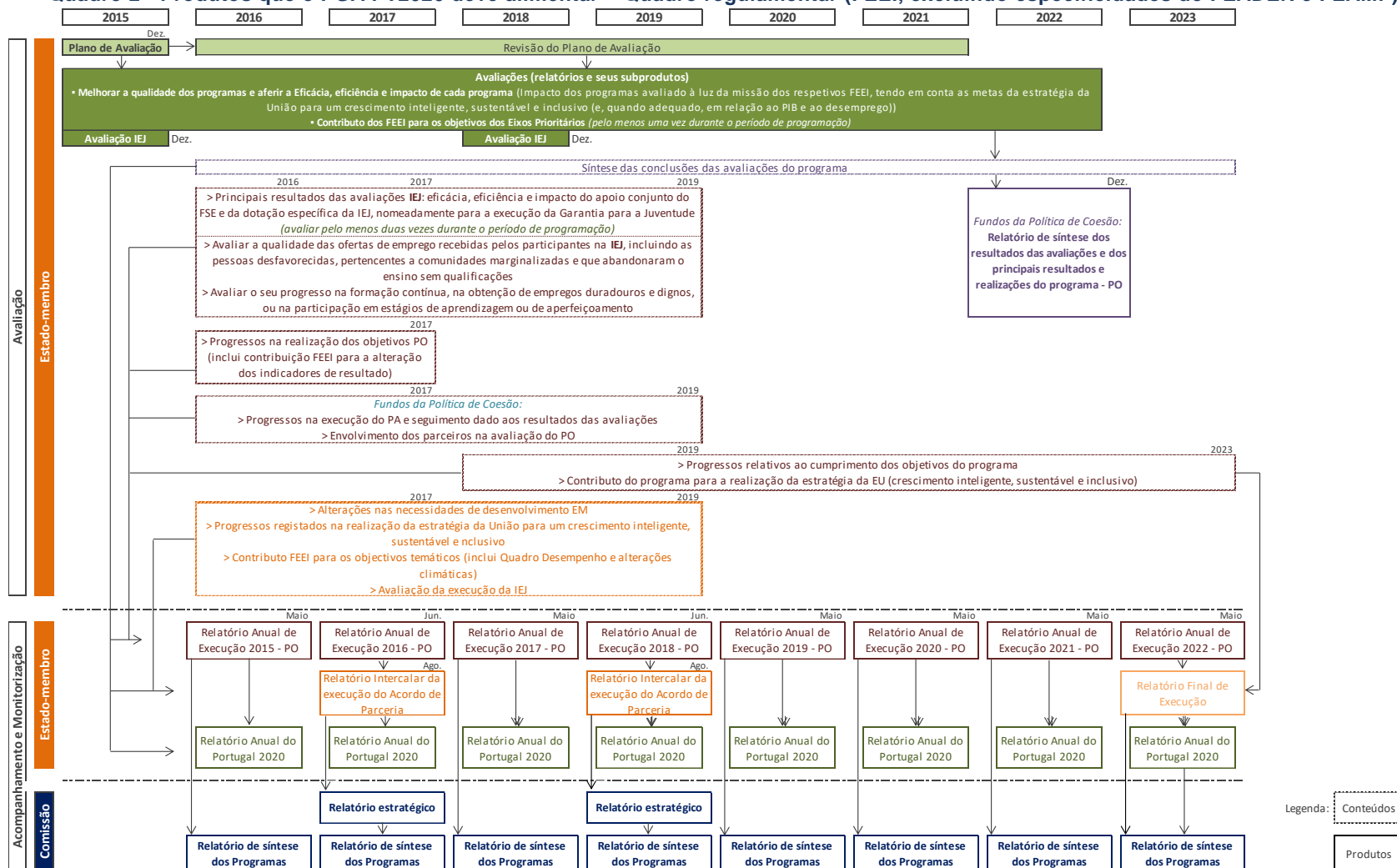
Relatório estratégico (CE):

Em 2017 e 2019, a Comissão elabora um relatório estratégico resumindo os relatórios de progresso dos Estados-Membros que será apresentado até 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019 (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 53º 2).

Relatório de avaliação intercalar (CE) (apenas FEAMP):

Relatório de avaliação intercalar sobre os resultados obtidos e sobre os aspetos qualitativos e quantitativos do FEAMP (REG (UE) n.º 508/2014, artigo 15º).

Quadro 2 - Produtos que o PGA PT2020 deve alimentar – Quadro regulamentar (FEEI, excluindo especificidades do FEADER e FEAMP)



1.2.3. Método de seleção das avaliações a integrar no PGA PT2020

O conjunto das avaliações a integrar no PGA PT2020 será estabelecido de acordo com as diretrizes que a se apresentam em seguida.

Serão desenvolvidos dois tipos de avaliações⁴, em função do seu objetivo: de processo e de impacto. Serão também elaboradas meta-avaliações (uma avaliação das avaliações e meta-análises nas avaliações de impacto).

Tipos de avaliações, em função do seu objetivo Fonte: CE, DG Regio (2014); CE, DG Emprego (2012)

- **Processo:** centra-se na implementação dos programas, nomeadamente na forma como as políticas públicas e os programas são operacionalizados, as diferenças entre a população a que se destinam e a população apoiada, o acesso ao programa e as práticas de gestão (de programas e políticas).
- **Impacto:** tem por objetivo distinguir os efeitos de uma intervenção da contribuição de outros fatores e compreender o funcionamento de um programa.

Poderão ser realizadas, igualmente, **meta-avaliações**, distinguindo-se:

- **Avaliação das avaliações:** Avaliação de outra avaliação ou de um conjunto de avaliações.
- **Meta-análise:** análises sistemáticas de outras avaliações.

Para cada avaliação serão selecionados os critérios de avaliação mais apropriados à finalidade/foco da avaliação: nas avaliações de processo privilegiar-se-ão os critérios da relevância, coerência e eficiência (sobretudo a operativa), enquanto as avaliações de impacto incidirão, sobretudo, na análise da eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade, podendo contudo englobar a totalidade dos critérios.

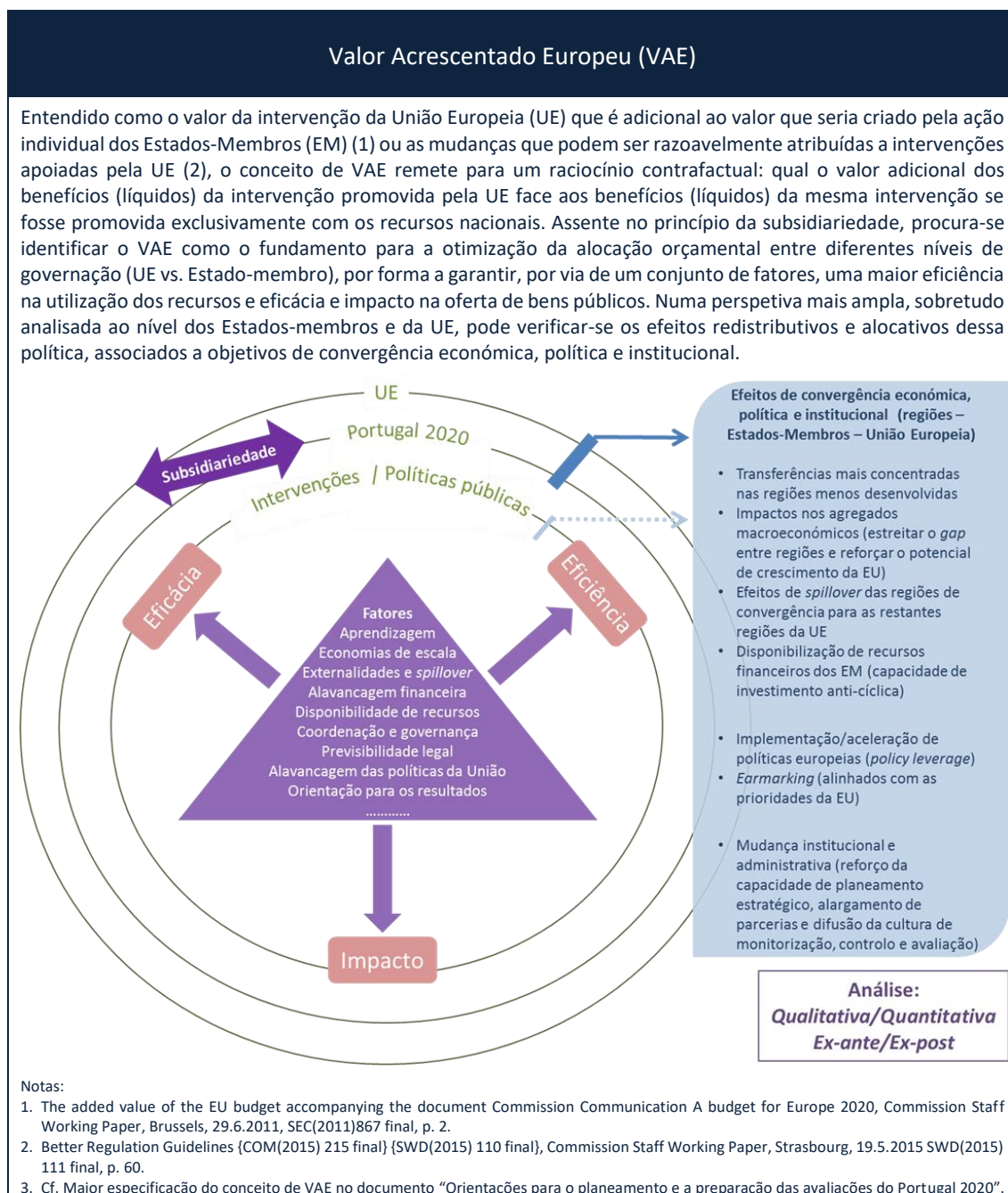
CrITÉRIOS de avaliação (CE (2013), EVALSED)

- **Relevância:** adequação dos objetivos explícitos do programa em relação aos problemas socioeconómicos diagnosticados.
- **Coerência:** Coerência externa – correspondência entre os diferentes objetivos de uma intervenção e os objetivos das restantes intervenções inter-relacionadas. A coerência externa pressupõe, para além da necessária confluência para os mesmos objetivos globais, a potenciação dos efeitos de sinergia e de complementaridade entre intervenções e a minimização dos efeitos de concorrência entre elas. Coerência interna – correspondência entre os diferentes objetivos de uma mesma intervenção. A coerência interna pressupõe uma hierarquia clara de objetivos, em que os de nível inferior conferem uma contribuição lógica à realização dos de nível superior.
- **Eficácia:** verificação se os objetivos formulados no programa foram alcançados, ou estão em vias de ser alcançados.
- **Eficiência:** comparação entre os resultados alcançados e os recursos mobilizados. Inclui também a eficiência operativa – verificação se os programas estão a ser bem implementados (nomeadamente, divulgação, seleção, sistema de informação, gestão financeira, acompanhamento da execução), garantindo as condições necessárias para atingir os resultados pretendidos.

⁴ Serão incluídas, quando se justifique, avaliações *ex ante*, nomeadamente as avaliações em curso dos Instrumentos Financeiros.

- **Impacto:** efeitos do programa no contexto socioeconómico.
- **Sustentabilidade:** análise da durabilidade dos resultados da intervenção a longo prazo para além da duração da intervenção.

As avaliações devem ainda considerar, quando pertinente, a aferição do Valor Acrescentado Europeu (VAE) de acordo com o conceito apresentado na caixa abaixo.



Nas avaliações de impacto o enfoque dependerá, sobretudo, (i) da natureza da temática (tipo de resultados, conhecimento disponível sobre as intervenções, o entendimento da importância

do impacto das intervenções para as políticas, etc.); (ii) do tempo necessário para a produção de impactos associados às intervenções; (iii) dos métodos utilizados: e.g. contrafactual e/ou avaliação de impacto baseada na teoria.

Nas avaliações de impacto será privilegiada a aferição do contributo das intervenções (impacto) para os resultados esperados, ou seja, a mudança que pode ser atribuída, com credibilidade, a uma intervenção (CE (2013), EVALSED).

Nas avaliações de impacto serão utilizados dois métodos: Avaliação de Impacto Contrafactual e Avaliação de Impacto Baseada na Teoria.

Métodos utilizados nas avaliações de impacto CE, (2015), Guidance Document on Evaluation Plans e CE (2013), EVALSED

Avaliação de Impacto Contrafactual: consiste na utilização de grupos de controlo ou de comparação. Este método é utilizado para responder a quanto da mudança observada é devida a uma intervenção. Este método exige:

- Um grupo de controlo ou comparação credível
- Um largo número de participantes ou entidades e um controlo rigoroso da significância estatística
- Informação robusta sobre os participantes e entidades apoiados e não-apoiados, de forma a comparar resultados de forma credível

Podem ser utilizadas as seguintes abordagens:

Experimental:

- Distribuição aleatória (Randomized Controlled Trial)

Não Experimentais ("quasi experimental"):

- Diferença-nas-diferenças (*Difference-in-differences*)
- Emparelhamento da propensão a participar na intervenção (*Propensity score matching*)
- Emparelhamento exato (exact matching)
- Emparelhamento aproximado (Coarsened exact matching)
- Regressão descontínua (*Regression discontinuity ou Discontinuity design*)
- Variáveis instrumentais (*Instrumental variables*)

Avaliação de Impacto Baseada na Teoria: segue cada etapa da lógica da intervenção, identificando relações causais e mecanismos de mudança, respondendo às questões relativas ao porquê e como a intervenção funciona. Este método produz, fundamentalmente, uma estimativa qualitativa dos impactos. Inclui técnicas como a revisão da literatura, análise de textos, entrevistas, inquéritos, *focus group* e estudos de caso. Podem ser utilizadas as seguintes abordagens:

- Teoria da mudança (Theory of change)
- Avaliação realista (Realist evaluation)
- Análise de processo (Process tracing)
- Análise da Contribuição (Contribution analysis)
- Método de eliminação geral – Modus Operandi (General elimination methodology)
- Análise comparativa qualitativa (Qualitative comparative analysis (QCA))
- Análise de congruência (Congruence analysis)
- Abordagem Científica da Política (Policy Scientific Approach)
- Abordagem de Avaliação Estratégica (Strategic assessment approach)
- Método de eliciação (Elicitation method)
- Avaliação de Síntese Prospetiva (Prospective Evaluation Synthesis (PES))

Cf. Caixa de ferramentas Metodológicas nas "Orientações para planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020", que inclui tabelas com descrição, principais aplicações, vantagens e desvantagens de métodos e abordagens utilizados nas avaliações de impacto.

O seguinte esquema sintetiza as diretrizes apresentadas neste ponto.

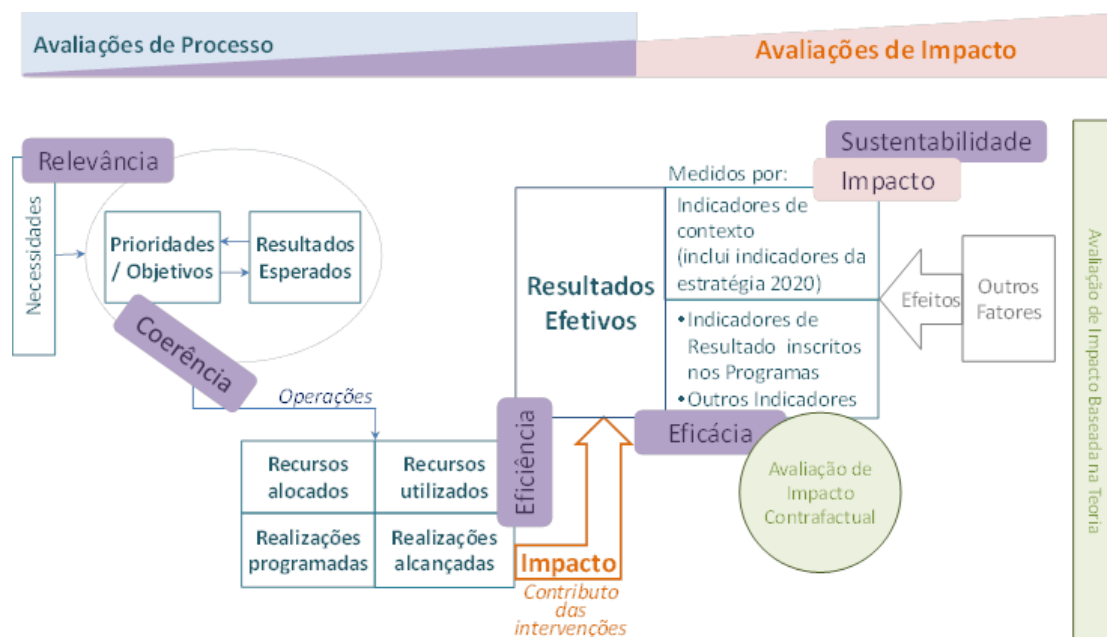


Figura 1 - Tipo de avaliações e Critérios de avaliação

Fonte: Adaptado de CE (2014), Guidance Document on Monitoring and Evaluation – CF and ERDF – Concepts and Recommendations.

No âmbito das avaliações de impacto serão realizadas quatro tipos de avaliações, em função da sua incidência: Programa, Temática, Territorial ou Global. As avaliações de processo incidirão, pela sua própria natureza, em programas (na medida em que apenas estes têm uma gestão comum) ou em temas específicos (Temáticas), no caso de avaliações de carácter instrumental transversais a diferentes programas.

Exemplos de Tipo de avaliações a desenvolver em função da sua incidência
Programas
<ul style="list-style-type: none"> • Cada um dos Programas (12)
Temáticas
<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção ou conjunto de intervenções • Domínio Temático (4) • Objetivo Temático (11) • Prioridade de Investimento (47) • Eixo Prioritário (DT CI: 6; DT ISE: 3; DT CH: 5; DT SEUR: 4) • Objetivos específicos (DT CI: 20; DT ISE: 26 DT CH: 8; DT SEUR: 17) • Instrumentais • Outros temas (p.e. princípios da igualdade entre homens e mulheres, da não discriminação e da acessibilidade)

Territoriais
<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções de âmbito territorial • Conjuntos de intervenções num ou em mais territórios
Globais
<ul style="list-style-type: none"> • Portugal 2020

Os critérios de identificação das avaliações a realizar variam consoante a incidência da avaliação e centram-se, sobretudo, na relevância das intervenções, nas suas diferentes dimensões: montantes envolvidos e impactos esperados nos beneficiários, bem como nas estratégias e nos territórios em que se inserem. O carácter inovador ou o risco das intervenções pode justificar, igualmente, a realização de avaliações.

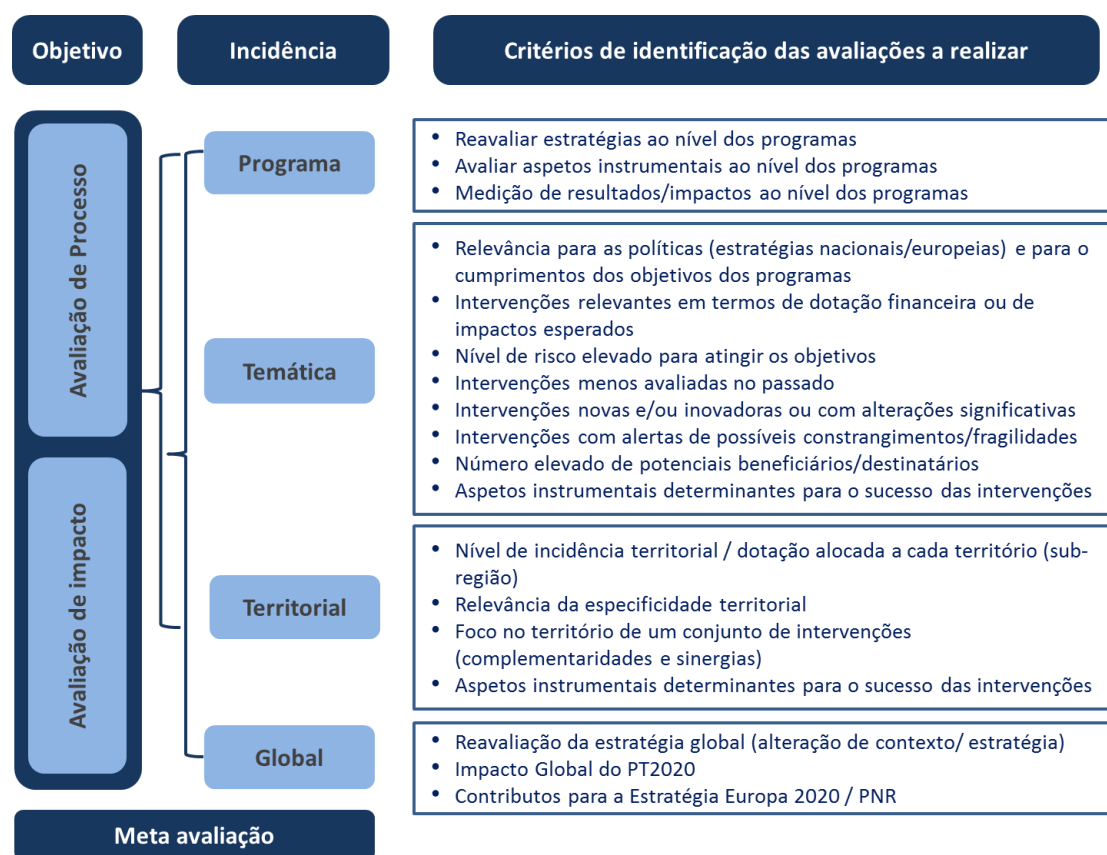


Figura 2 - Tipo de avaliações e Critérios de identificação das avaliações a realizar

1.2.4. Fundamentação da seleção das avaliações a realizar (evidências)

As evidências, apresentadas em seguida, que justificam a necessidade das avaliações a realizar no âmbito do PT2020, suportam-se, sobretudo, nas avaliações realizadas no âmbito do período de programação 2007-2013.

Domínio da Competitividade e Internacionalização

Apoios a atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis	
Mensagens das Avaliações 2007-2013	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro de apoios abrangente e maduro, fortemente alinhado com os objetivos prosseguidos (em particular, o fortalecimento da economia baseada no conhecimento e na inovação, a articulação entre empresas e entidades de investigação e divulgação de conhecimento, e a orientação para bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis). • Modelo de governação em Rede que favorece o alinhamento com os objetivos prosseguidos e a aprendizagem institucional. • Papel muito relevante dos projetos de natureza colaborativa. • Projetos apoiados no âmbito do capital de risco têm uma forte orientação para a internacionalização e a inovação de produto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de simplificação administrativa ainda insuficiente. • Dispersão excessiva no volume de projetos. • Insuficiente acompanhamento dos projetos aprovados. • Falta de clareza sobre o modelo de implementação dos “vales”. • Número reduzido de projetos apoiados no âmbito do capital de risco (devido a: lançamento tardio dos instrumentos, imaturidade do mercado e crise económica). • Insuficiente expressão de ações coletivas para o empreendedorismo tecnológico e para a atração de IDE. • Insuficientes estímulos à prestação de serviços indutores de inovação comercial ou organizacional.
Critérios de identificação das avaliações a realizar	
<ul style="list-style-type: none"> • Relevância para a estratégia nacional - estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, visando a criação de emprego e a dinâmica de convergência com as economias mais desenvolvidas da União Europeia. • Os apoios às empresas concentram mais de 25% do total da dotação financeira atribuída aos FEEI em Portugal. • A importância da Estratégias de Especialização Inteligente na seleção de apoios a conceder bem como o seu caráter inovador na programação. • O reforço da dotação associada aos instrumentos financeiros. 	
Observações	
Apesar dos apoios às empresas terem sido objeto de avaliação no passado a sua centralidade na programação dos FEEI em Portugal justifica a continuação do investimento avaliativo.	
Produção, difusão e valorização económica de conhecimento científico e tecnológico	
Mensagens das Avaliações 2007-2013	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> • Elevada seletividade na aprovação de projetos, baseada em critérios de avaliação do mérito científico dos projetos e das equipas de investigação. • Contributo muito relevante para a produção científica referenciada internacionalmente e para a inserção do 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização económica do conhecimento ainda insuficiente; • Fraca absorção pelas empresas de quadros com formação avançada (profissionais altamente qualificados). • Fraca intensidade de apoios a ações de demonstração de resultados de projetos apoiados e projetos-piloto e provas

<p>sistema científico nacional em plataformas e redes de conhecimento internacionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte relevante dos projetos aprovados prevê a valorização económica dos resultados da investigação sob diferentes formas. • Importante contributo para a criação, o desenvolvimento e/ou consolidação de infraestruturas fortemente vocacionadas para a internacionalização das atividades de I&D em que Portugal revela um desempenho de excelência e com um impacto potencial relevante na competitividade do país. • Lançamento de uma política de clusterização e de eficiência coletiva com alguma ambição, com um processo de reconhecimento e um quadro de medidas globalmente adequados. 	<p>de conceito que promovam uma atuação mais alargada ao ciclo de inovação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca intensidade de apoios a ações de demonstração de resultados e de transferência de conhecimento e tecnologia de projetos empresariais de I&D&I apoiados. • Necessidade de reforçar o alinhamento das prioridades de investigação com as estratégias de I&I para uma especialização inteligente. • Insuficiente articulação entre o subsistema de C&T e o sistema de inovação como um todo. • Apoios à investigação excessivamente fragmentados e centrados em horizontes temporais pouco alargados. • Insuficiente quadro de acompanhamento e coordenação política da iniciativa de clusterização. • Excessivo enfoque no apoio a clusters e ações coletivas enquadradas no alinhamento tradicional dos principais setores exportadores.
<p>Critérios de identificação das avaliações a realizar</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • A valorização da eficiência coletiva no Sistema de I&I constituiu uma área à qual foi conferida especial incidência na programação, com o intuito de potenciar a consolidação de uma rede entre as entidades do Sistema de I&I, reforçando a relação entre empresas e entidades de investigação. • Número elevado de beneficiários diretos e indiretos e diversidade de tipologias de beneficiários envolvidas (entidades do Sistema de I&I e empresas). 	
<p>Observações</p>	
<p>Apesar dos apoios nestas áreas terem sido objeto de avaliação no passado, a necessidade de aferir se os novos instrumentos são adequados à procura e se permitem atingir os objetivos a que se propõem justifica a continuação do investimento avaliativo.</p>	
<p>Transporte de mercadorias com repercussão na redução dos custos e tempos de operação para as empresas</p>	
<p>Mensagens das Avaliações 2007-2013</p>	
<p>Aspetos mais positivos</p>	<p>Aspetos a melhorar</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Contributo relevante para o reforço do sistema marítimo – portuário e para o aumento da atratividade dos portos beneficiados, direta ou indiretamente (acessibilidade ferroviária). 	<ul style="list-style-type: none"> • Permanecem alguns constrangimentos de conectividade internacional do país, promovendo a sua interoperabilidade em todos os modos de transportes.
<p>Critérios de identificação das avaliações a realizar</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções com uma tónica reforçada no contributo dos transportes para aumentar a competitividade das exportações nacionais através da redução dos custos de transporte de mercadorias, em especial por modo ferroviário e marítimo em concordância com o Plano Estratégico das Infraestruturas e Transportes PETI3+ 2014-2020. 	
<p>Observações</p>	
<p>O faseamento das intervenções entre períodos de programação, nomeadamente no setor do transporte ferroviário de mercadorias, reforça a necessidade de avaliar o impacto dos apoios relativos ao reforço da rede ferroviária integrada em RTE-T, agora com enfoque na dimensão de reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa.</p>	

Reforma da Administração Pública

Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> Projetos relevantes para a redução dos custos públicos de contexto das atividades económicas (nomeadamente, no domínios da fiscalidade, justiça, registos e notariado) concentram parte significativa do fundo aprovado. 	<ul style="list-style-type: none"> Grande parte dos projetos está mais focada na eficiência e redução de custos da Administração pública do que na diminuição de custos de contexto. O impacto deste investimento pode estar a ser limitado por níveis de utilização insuficientes dos serviços disponibilizados online, exigindo maior atenção às questões da divulgação e da infoexclusão. Implementação dos projetos dificultada pela ausência de orçamentação plurianual.

CrITÉRIOS de identificação das avaliações a realizar

- Relevância para a Estratégia Europa 2020/PNR – a reforma da Administração Pública assume grande relevância enquanto dimensão chave da mudança estrutural do país.
- Novas dimensões de apoios através dos FEEI na promoção de mudanças no modelo institucional e organizacional da administração pública, incluindo o seu modelo de organização espacial.
- Intervenções menos avaliadas no passado.

Observações

A importância crescente dos apoios à reforma da administração pública no âmbito dos Fundos Estruturais e a inexistência de avaliações no passado, especificamente dedicadas às intervenções de apoio às reformas da Administração pública, justificam a importância da realização de avaliações dedicadas a esta temática.

Domínio da Inclusão Social e Emprego

Apoios à transição/ inserção/ manutenção no mercado de trabalho

Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> As intervenções avaliadas (Estágios, Medidas ocupacionais, Apoio à contratação, Apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego) apresentam efeitos positivos e, em certos casos, de forte intensidade sobre a probabilidade de emprego dos participantes no médio prazo (3 anos): a probabilidade de emprego dos participantes é, ao fim de um ano e devido à participação, superior em 10 a 25 p.p. à probabilidade de emprego de um não-participante (avaliação contrafactual). As medidas com efeitos estimados mais positivos são os apoios à contratação e os apoios ao empreendedorismo, correspondendo estas às medidas que estabelecem uma ligação direta e imediata entre o trabalhador e os empregadores. Ainda que evidenciando sinais de aprisionamento significativos nos primeiros doze meses após o início da participação, os estágios são igualmente medidas de emprego com efeitos muito positivos sobre a probabilidade de emprego no médio prazo. A avaliação Intercalar do PO Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RA da Madeira concluiu que é positivo o contributo dos estágios profissionais para os objetivos de empregabilidade: 56% dos beneficiários está empregado 6 meses após a conclusão do estágio. O grupo de ex-estagiários tem uma probabilidade de 63,3% de obter emprego após seis meses contra 46,5% do grupo de controlo (avaliação contrafactual). 	<ul style="list-style-type: none"> Adequar as respostas dos serviços de emprego à alteração no perfil de desempregados registados: i) mais jovens com escolaridade acima da média ou superior; ii) mais velhos, mais experientes e com escolaridade abaixo da média. Melhorar a formação técnica dos promotores das iniciativas empresariais ou de criação do próprio emprego e a dimensão de apoio consultivo durante e após o lançamento da iniciativa, com vista a melhorar a taxa de sobrevivência e de sucesso. Medidas mais centradas em objetivos específicos, em alternativa a objetivos múltiplos de forma a possibilitar uma melhor coordenação com outros objetivos de política.

<ul style="list-style-type: none"> O contributo da tipologia formação-emprego para o objetivo de empregabilidade é igualmente positivo: 77% está empregado em entidades privadas 6 meses após a conclusão do processo. 	
CrITÉRIOS de identificação das avaliações a realizar	
<ul style="list-style-type: none"> Relevância para a estratégia Europa 2020/PNR – Aumento da taxa de emprego da população dos 20 aos 64 para 75%, nos termos da meta do PNR e da Estratégia 2020 e Redução do desemprego jovem. Intervenções com alterações significativas, nomeadamente a nova abordagem integrada do empreendedorismo. Existência de algum risco para atingir os objetivos associados ao empreendedorismo na medida em que estas intervenções dependem fortemente da iniciativa dos destinatários. Relevância financeira das intervenções, a cofinanciar pelos fundos comunitários, associadas aos estágios e aos apoios à contratação (inclui Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)) e à promoção do empreendedorismo (inclui IEJ). 	
Observações	
Apesar desta temática ter sido avaliada no passado, a sua centralidade no Acordo de Parceria, e na estratégia europeia e nacional de promoção do emprego, exige a continuação do investimento avaliativo nesta matéria.	
Desenvolvimento das competências (certificadas) dos ativos para o mercado de trabalho	
Mensagens das Avaliações 2007-2013	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> As Formações Modulares Certificadas (FMC) têm associadas vantagens relevantes para o desenvolvimento das qualificações dos adultos, que são reconhecidas pelos empregadores e pelas entidades formadoras: i) a possibilidade de definir ações de formação à medida das necessidades de cada momento; ii) a flexibilidade dos percursos formativos, pela sua natureza modular e pela curta duração, possibilitando a realização de percursos formativos completos de forma intermitente; iii) a atribuição de certificação escolar e/ou profissional e total ou parcial (acumuláveis para uma certificação total); iv) a possibilidade de adquirir competências específicas (com certificação parcial); v) dispensar ausências prolongadas do local de trabalho para a frequência de formação; vi) permitir a entrada dos formandos a meio do percurso formativo, não exigindo que se frequente o percurso completo. O perfil de formandos abrangidos pelas FMC corresponde aos objetivos desta medida, uma vez que abrange pessoas com baixas qualificações (a maioria dos formandos tem habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico) e empregadas. Identifica-se uma relação positiva entre a evolução das remunerações e a conclusão de FMC. O efeito após inscrição é positivo nas FMC, mas inferior ao dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) (3% para os homens e 1% para as mulheres), sendo este efeito mais reduzido justificado pela reduzida duração média destas formações. 	<ul style="list-style-type: none"> Apesar do elevado número de abrangidos pelas FMC, são limitados aqueles que frequentam as mesmas no quadro de um percurso qualificante. As FMC, pela sua reduzida duração média (cada formando realiza dois módulos/50 horas) não são suficientes para combater fragilidades mais acentuadas dos trabalhadores no que diz respeito à sua integração no mercado de trabalho e também à sua qualificação de base. Acesso limitado a FMC de trabalhadores de empresas de menor dimensão, entre outras razões, pela dificuldade que estas empresas têm em constituir um grupo de trabalhadores com o número mínimo de formandos exigido para uma ação.
CrITÉRIOS de identificação das avaliações a realizar	
<ul style="list-style-type: none"> Relevância para a estratégia Europa 2020/PNR: aumento da taxa de emprego para 75%, nos termos da meta do PNR e da Estratégia 2020. Intervenções com alterações significativas: prevê-se que a implementação das modulares venha a sofrer uma alteração significativa no sentido do reforço dos percursos formativos através de um conjunto de módulos. Existência de algum risco para atingir os objetivos: capacidade de dar resposta aos fatores negativos identificados nas avaliações, de forma a melhorar a eficácia da intervenção. Relevância financeira das intervenções. 	
Observações	
Apesar desta temática ter sido avaliada no passado, a sua relevância no quadro das políticas ativas de emprego e a tentativa de no futuro se verificarem alterações nesta intervenção com vista a potenciar as suas vantagens e colmatar os seus pontos fracos (identificados nas avaliações efetuadas), justificam a continuação do investimento avaliativo nesta matéria.	

Intervenções em territórios fragilizados e/ou junto de grupos vulneráveis

Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> Resultados muito positivos na autonomização e capacitação dos indivíduos em risco ou situação de exclusão residentes em territórios urbanos problemáticos: 76% dos destinatários finais de intervenções apoiadas pelo QREN reforçaram as competências técnicas e 66% aumentaram as qualificações escolares e profissionais. 89% dos destinatários finais considera que houve uma melhoria da imagem dos territórios problemáticos como resultado das intervenções do QREN. Esta melhoria teve efeitos na redução da estigmatização, no reforço do sentido de pertença e na dinamização do tecido social e económico local. As intervenções para a valorização da diversidade étnica e cultural das comunidades contribuíram para a melhoria da integração da população imigrante: 77% dos imigrantes destinatários finais de intervenções do QREN reconheceram ganhos na sua integração nas comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Persistir no reforço das medidas de promoção da empregabilidade complementadas com instrumentos que facilitem o acesso e a criação do próprio emprego, a fim de melhorar os níveis de empregabilidade que permanecem elevados. Necessidade de promover estratégias locais de longo prazo capazes de contrariar as debilidades estruturais dos territórios urbanos problemáticos. Prosseguir com intervenções de promoção da autoestima e motivação para a aprendizagem a fim de aumentar os níveis de mobilização da população para processos de qualificação.

CrITÉRIOS de identificação das avaliações a realizar

- Relevância para estratégia europeia e nacional: redução de pelo menos 200.000 pessoas em situação de pobreza até 2020.
- Relevância da especificidade territorial: determinadas especificidades territoriais (p.e. áreas de baixa densidade, centros urbanos, áreas costeiras, territórios com situações críticas de pobreza e/ou especialmente afetados por desemprego) configuraram a opção no PT2020, em linha com as estratégias da UE, de implementar abordagens integradas de desenvolvimento territorial específicas cujos, resultados deverão ser avaliados.
- Foco no território de um conjunto de intervenções: a concentração em determinados territórios de diversos tipos de vulnerabilidades e/ou potencialidades determina a possibilidade de serem mobilizados diferentes instrumentos de desenvolvimento territorial que se pretende que criem sinergias e complementaridades que necessariamente deverão ser avaliadas (p.e. intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e de Regeneração Urbana).
- Intervenções novas e/ou inovadoras referentes à Inovação Social.
- Intervenções menos avaliadas no passado.

Observações

As abordagens territoriais integradas assumem uma maior relevância neste período de programação incidindo em territórios com características socioeconómicas e demográficas diversificadas e com objetivos diferenciados, mas sempre apelando à participação ativa dos atores relevantes, procurando complementaridades e sinergias entre intervenções no mesmo território e, frequentemente, implicando a implementação de modelos de governação multinível.

A avaliação de intervenções de carácter territorial assume, por esta razão, destaque no atual PGA. Apesar de no passado ter havido alguns exemplos, este tipo de avaliação constitui um elevado desafio na seleção de metodologias que apurem: i) se os instrumentos criados para a concretização das abordagens integradas de desenvolvimento territorial produzem os resultados esperados; ii) se os modelos de operacionalização (por ex. processos concursais, contratualização, atores mobilizados, governação, apoio técnico e acompanhamento) são adequados para atingir os resultados propostos; iii) os fatores-chave de sucesso das intervenções integradas de desenvolvimento territorial; iv) os fatores dos contextos territoriais que determinam diferentes resultados e impactos.

Domínio do Capital Humano

Qualificação de jovens (abandono escolar precoce e aproximação dos sistemas ensino e formação ao mercado de trabalho)

Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> Impacto positivo dos Cursos de Educação e Formação e dos Cursos Profissionais (CP) na redução do abandono escolar precoce, por redução das taxas de desistência e de retenção, e aumento das taxas de transição e conclusão. A título exemplificativo, nos CEF de nível básico os resultados apresentam um diferencial na taxa de conclusão superior em cerca de 65 pontos percentuais (pp) face à via regular e nos CP do secundário este diferencial é de cerca de 20 pp. (análise contrafactual). Os TEIP assumem um contributo positivo, sobretudo, na interrupção precoce do percurso escolar e na redução da indisciplina. Entre os ex-alunos do ensino secundário (que responderam ao inquérito do Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário – OTES) que optaram por não prosseguir estudos, a proporção dos que se encontram a trabalhar, ao fim do tempo normal de conclusão, é superior para os que frequentaram um CP (53,3%), face a 28,5% dos alunos que frequentaram o ensino regular, sendo também mais favorável em termos contratuais (e.g. maior peso dos vínculos laborais sem termo – 29,1% nos CP e 26,3% na via regular), bem como na proporção dos que trabalham a tempo inteiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Nos últimos anos, estagnação das taxas de transição/conclusão; ou seja, o impacto das ofertas de dupla certificação é agora mais evidente no aumento das taxas de escolarização do que no aproveitamento escolar dos alunos. Os TEIP apresentam resultados menos evidentes nas taxas de conclusão, ao nível do aproveitamento escolar e na interação com a comunidade local. A sustentabilidade dos resultados alcançados na redução de abandono escolar requer estratégias de prevenção e de recuperação dos jovens adultos (18-24 anos) que já se encontram fora da escola.

Critérios de identificação das avaliações a realizar

- Meta inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia 2020: redução do abandono escolar para 10% em 2020; relevância, no âmbito da estratégia nacional e europeia, da redução dos NEET.
- Relevância financeira das intervenções, a cofinanciar pelos fundos comunitários, de promoção do sucesso educativo.
- Existência de algum risco para atingir os objetivos: cada vez é mais exigente fazer diminuir de forma acentuada a taxa de abandono escolar uma vez que os públicos a atingir são cada vez mais complexos.
- Elevado número de beneficiários.

Observações

Apesar da redução acentuada nos últimos anos do abandono escolar precoce, e da identificação da relação causal entre as medidas cofinanciadas e esta tendência, importa continuar a acompanhar os efeitos das ofertas no sucesso escolar. Com efeito, para além da necessidade de analisar a sustentabilidade da diminuição do abandono, importa acompanhar a instabilidade nas variáveis associadas ao sucesso escolar (taxas de desistência e de retenção), com impactos na taxa de abandono escolar a prazo. Revela-se fundamental avaliar, igualmente, o desempenho escolar – competências adquiridas (matéria não avaliada no âmbito do QREN), bem como as intervenções específicas de combate ao abandono escolar precoce (e.g., TEIP), que apresentaram algumas fragilidades e que serão alvo de alterações no PT2020.

Ensino Superior e formação avançada

Mensagens das Avaliações 2007-2013

Não foi realizada qualquer avaliação nesta temática no âmbito do QREN.

Critérios de identificação das avaliações a realizar

- Meta inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia 2020: aumento para 40% da população entre os 30-40 anos com o ensino superior.
- Intervenção nova: TeSP; e intervenção com alterações significativas: doutoramentos.

- Relevância financeira das intervenções, a cofinanciar pelos fundos comunitários, associadas ao reforço do ensino superior e da formação avançada.
- Intervenções não avaliadas no passado, no âmbito dos fundos europeus.
- Elevado número de beneficiários.

Observações

Importa avaliar em que medida as bolsas de ensino superior e os TeSP (ação nova) contribuem para a obtenção do diploma do ensino superior, e a possibilidade de alcançar a meta da Estratégia 2020. Esta temática, assim como as bolsas de doutoramento, para além de não terem sido avaliadas no âmbito do QREN, mantêm uma elevada dotação financeira.

Qualificação de Adultos

Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> • Resultados positivos dos processos RVCC: nas qualificações e aprendizagens (ao nível das literacias, do uso das TIC e da capacidade para aprender a aprender); na vida pessoal (aumento da autoestima e melhoria das relações familiares); na propensão à continuação de atividades de formação e na transmissão para as gerações mais novas das vantagens da qualificação escolar e/ou profissional. • Após a conclusão do curso EFA, a probabilidade de transição do desemprego para o emprego aumenta (em 14% para os homens e 2% para as mulheres) (contrafactual). 	<ul style="list-style-type: none"> • Os resultados revelam efeitos menos favoráveis na vida profissional, no caso dos RVCC (isolados ou em combinação com EFA ou com FMC), nomeadamente, na probabilidade dos participantes transitarem de uma situação de desemprego para emprego e no aumento das remunerações.

Critérios de identificação das avaliações a realizar

- Aumento da taxa de emprego para 75%, nos termos da meta do PNR e da Estratégia 2020.
- Relevância política do aumento da escolaridade de nível secundário da população portuguesa.
- Intervenções com alterações significativas: ensino recorrente (não cofinanciado no QREN) e CQEP com alterações relevantes.

Observações

Apesar do PO CH incluir apenas uma parte da qualificação de adultos – aquela diretamente relacionada com a certificação, refletindo-se na dotação financeira atribuída a esta matéria, a sua importância para o desenvolvimento social, económico e territorial do país, a introdução de alterações nos processos de RVCC e o facto do ensino recorrente passar a ser cofinanciado pelos fundos comunitários (para além de se perspetivar um aumento substancial do peso desta oferta formativa, assim como de alterações de funcionamento), justifica uma análise avaliativa.

Qualidade e eficiência do sistema de educação/ formação e Ajustamento das qualificações das pessoas com o mercado de trabalho

Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de mecanismos de estruturação da oferta formativa que resultaram da criação do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), nomeadamente, o Catálogo Nacional de Qualificações (e dos Conselhos Sectoriais). • Medidas implementadas com impacto no desempenho e na eficiência dos sistemas educativo/formativo: alteração no modelo de gestão das escolas (introdução da figura do diretor de escola); Projeto metas de aprendizagem; Programa educação 2015 (estabelecimento de objetivos para as escolas); avaliação externa das escolas; Sistema nacional de avaliação de professores; expansão dos indicadores de educação nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de centros de racionalidade estratégica (de âmbito regional e nacional) orientados para a avaliação prospetiva de necessidades de formação. • O perfil da oferta surge fortemente influenciado pelas preferências da procura dos jovens e pelo perfil de dotação de recursos das entidades formadoras. • Persistência de debilidades ao nível da orientação e encaminhamento de jovens e adultos para formações adequadas às suas preferências e às necessidades do tecido produtivo. • Ausência de um modelo de avaliação integrado do sistema educativo (alunos, professores, escolas, processos de aprendizagens).

	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de existência de um sistema de acreditação das entidades formadoras com base em critérios de qualidade do desempenho destas entidades.
CrITÉrios de identificação das avaliações a realizar	
<ul style="list-style-type: none"> Intervenções novas e inovadoras, no caso das medidas específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação/formação de jovens com vista à promoção do sucesso escolar. Intervenções não avaliadas no passado. Nível de risco para atingir os objetivos quer pelo seu carácter inovador, quer pelo risco de canibalização por parte dos sistemas formativos. 	
Observações	
Apesar de esta temática ter uma dotação financeira reduzida, assume elevada relevância na garantia da qualidade, eficácia e eficiência dos investimentos a efetuar na generalidade das intervenções do PO CH.	

Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

Transição para uma economia de baixo teor de carbono	
Mensagens das Avaliações 2007-2013	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> As intervenções apoiadas permitiram uma redução de 17,6% do consumo de energia primária, em toneladas equivalentes de petróleo (tep), e de 16,9% em redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Os apoios financeiros contribuíram para o cumprimento dos compromissos internacionais de Portugal em matéria de redução do consumo energético e redução das emissões de gases de efeito de estufa. Os recursos financeiros alocados, no âmbito da eficiência energética, permitiram apoiar os grupos de beneficiários com os desafios mais urgentes neste domínio, nomeadamente o setor público, nos diversos níveis da Administração Pública, empresas de todos os setores de atividade e entidades do terceiro setor. Os efeitos indiretos dos apoios permitiram a melhoria do conforto térmico das habitações em bairros sociais e a redução da fatura energética em famílias de baixos rendimentos, a melhoria da qualidade do ar e a consciencialização social sobre estas matérias. 	<p>É necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover uma maior articulação entre os recursos financeiros e os instrumentos de política, identificando necessidades específicas do setor e do território. Promover uma maior articulação <i>on going</i> com os restantes instrumentos financeiros e operacionais nacionais que visam o aumento da eficiência energética. Assegurar que os mecanismos processuais para aplicação dos fundos são ajustados às especificidades das tipologias e dos beneficiários. Melhorar a definição dos critérios de seleção, dos custos padrão, da avaliação do mérito das operações, bem como a capacitação das estruturas técnicas das AG e dos OI nesta matéria. Desenvolver procedimentos específicos, orientações de gestão e de instrumentos próprios para o acompanhamento e avaliação das intervenções, bem como construir um sistema de indicadores mensuráveis que permita o seu acompanhamento.
CrITÉrios de identificação das avaliações a realizar	
<ul style="list-style-type: none"> Relevância para estratégia nacional e europeia: a meta comunitária para 2020 estabelece a obrigatoriedade de redução do consumo de energia primária em 20%, sendo de 25% no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e de 30% para a administração pública; os objetivos do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) para 2020 preveem a incorporação de 31% de fontes de energia renovável (FER) no consumo final bruto de energia e 10% no setor dos transportes; os compromissos assumidos relativos às emissões de gases de efeito de estufa para 2020 de +1% face a 2005, tendo por base a partilha de esforços de redução ou limitação do aumento das emissões entre os estados-membros. Intervenções novas: apoio à produção e distribuição de energia de fontes renováveis com tecnologias testadas e que não estejam disseminadas no território e respetiva integração na rede; desenvolvimento e implementação de redes inteligentes através de projetos-piloto. Intervenções pouco avaliadas e relativamente novas, nomeadamente, produção de energia a partir de fontes renováveis, construção de redes energéticas inteligentes em cidades, evolução para um sistema de transportes mais ecológico através do desenvolvimento de uma rede de abastecimento e da aquisição e conversão de frotas de transportes públicos. Intervenções relevantes em termos financeiros. 	

Observações
<ul style="list-style-type: none"> O domínio da energia ganhou um destaque neste quadro comunitário face ao anterior, quer em termos de dotações colocadas para apoio, quer em termos de tipologias de ações possíveis, que justificam uma avaliação focada que cubra as diversas áreas desta temática, a que se junta a necessidade de articulação entre as várias entidades, o setor e o território. A sua dimensão financeira face ao anterior quadro, a escassez de avaliações, bem como o apoio de intervenções pouco disseminadas no território ou em fase de projeto-piloto, reforça a necessidade de uma avaliação que, por um lado, avalie a sua implementação e as metas propostas e que por outro verifique o seu contributo líquido para a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores. O compromisso de Portugal em termos de planos nacionais e metas europeias reforça a necessidade de um acompanhamento e avaliação próximos tendo em conta o leque de ações em causa, a abrangência de beneficiários e a fragilidade de capacitação técnica nestas matérias com a consequente adequação e avaliação do mérito das intervenções a apoiar.
Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos
Mensagens das Avaliações 2007-2013
Não foi realizada qualquer avaliação nesta temática no âmbito do QREN.
Critérios de identificação das avaliações a realizar
<ul style="list-style-type: none"> Relevância para a estratégia nacional: vulnerabilidade de pessoas e território e alinhamento das intervenções a apoiar com a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral e outros documentos de planeamento que lhes sucedam. Intervenções que não foram objeto de avaliações no passado.
Observações
<ul style="list-style-type: none"> A grande vulnerabilidade do país aos impactos das alterações climáticas, com fenómenos climáticos extremos, com riscos naturais e antrópicos, com o aumento das secas, das ondas de calor, com riscos para a saúde pública, com perdas financeiras e materiais, é por si só o motivo mais relevante da necessidade de uma avaliação que se centre nos resultados e benefícios das intervenções apoiadas sem perder de vista a imprevisibilidade dos fenómenos em causa. No anterior quadro comunitário, para além dos apoios ao desenvolvimento de infraestruturas de defesa no litoral com vista à minimização do risco de erosão costeira, foram também apoiadas infraestruturas que contribuíram para a valorização do litoral, no entanto, no atual quadro de apoio há uma concentração do foco para as áreas mais vulneráveis da proteção do litoral, em especial a erosão, concentração essa que tendo em conta as vastas necessidades do território e a dotação financeira em causa, justificam uma avaliação focada e articulada no território sobre os resultados a atingir. No que respeita ao fenómeno das secas e fogos, e tendo Portugal registado anualmente uma área ardida superior quer à média europeia, quer à média dos países da bacia mediterrânea, os apoios futuros preveem o reforço da gestão face aos riscos, bem como a capacitação das instituições envolvidas, pelo que, e dado o alargado volume de atores em causa e a necessidade de articulação entre os mesmos e o setor, se torna evidente uma avaliação que também demonstre a melhoria ao nível da resposta e da capacitação face aos diagnósticos identificados. Por último, avaliar esta área justifica-se face aos critérios de relevância para a estratégia nacional e por outro face à inexistência de avaliações anteriores.
Proteção do ambiente
Mensagens das Avaliações 2007-2013
<p>Está em curso o estudo sobre as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados do QREN e afetação dos ecossistemas sensíveis para a conservação da natureza, o qual visa o apuramento de indicadores de monitorização ambiental estratégica, bem como analisar a contribuição do QREN para os seguintes objetivos: reduzir a taxa de perda de biodiversidade, reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas.</p> <p>Prevê-se a sua conclusão no segundo semestre de 2015.</p>
Critérios de identificação das avaliações a realizar
<ul style="list-style-type: none"> Relevância para as estratégias nacionais: no domínio das águas a relevância justifica-se pelo alinhamento das intervenções a apoiar com o PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais – com os Planos de Gestão de Região Hidrográfica e com a Diretiva Águas Residuais Urbanas. Intervenções que não foram objeto de avaliações no passado: nenhum dos domínios foi objeto de intervenção anterior.

- Número de potenciais beneficiários: em ambos os domínios destaca-se uma complexa rede de atores e de diferentes territórios.
- Intervenções relevantes em termos financeiros.

Observações

- No domínio das águas, as futuras intervenções irão abranger estudos que contribuam para a melhoria da qualidade das massas de água e investimentos que permitam a otimização e a gestão dos recursos hídricos e das infraestruturas existentes, nomeadamente, para controlo e redução de perdas e melhoria da qualidade de água fornecida, bem como para a reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais. A abrangência de apoios, a complexidade temática e a articulação da diversidade dos atores, assim como a dotação financeira em causa, justificam uma avaliação que permita analisar os resultados a atingir nas diversas esferas de atuação.
- No domínio dos passivos ambientais e reabilitação urbana, dar-se-á continuidade à recuperação dos passivos prioritários, em linha com o QREN, sendo eles 8 passivos ambientais industriais e 74 antigos locais de exploração mineira. Devido ao risco de contaminação com elevada penalização para a saúde pública, ecossistemas e território, bem como ao nível químico e radiológico, justifica-se a necessidade de avaliar esta área sensível e urgente que ainda não foi objeto de avaliações. Ao nível dos PO Regionais a reabilitação urbana incluirá também a qualificação do espaço público e o desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável, ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano e infraestruturas verdes. Neste caso, justifica-se a avaliação desta temática pela intervenção territorial destas ações, pela necessidade de estabelecimentos de parcerias e de estratégias integradas, pela necessidade de articulação com outros instrumentos de revitalização urbana e pela diversidade de diferentes atores do território.

2. Sistema de Avaliação

Neste capítulo pretende-se apresentar o sistema de avaliação que engloba, em primeiro lugar, a estratégia de gestão da qualidade do próprio processo avaliativo e a gestão do PGA PT2020. Seguidamente são explicitados o processo de avaliação, a utilização dos resultados dos estudos de avaliação e o acompanhamento das suas recomendações, a comunicação dos resultados das avaliações efetuadas e a capacitação das equipas das entidades que acompanharão os estudos de avaliação.

2.1. Estratégia de Gestão da Qualidade do Processo de Avaliação

A estratégia de gestão da qualidade do processo de avaliação sustenta-se na combinação de três fatores: um conjunto de atividades, planeadas e desenvolvidas dentro de um quadro lógico; a definição dos produtos a desenvolver, de acordo com *standards* qualitativos previamente definidos; o estabelecimento do modelo de gestão, designadamente os atores envolvidos e suas atribuições e responsabilidades. Os mecanismos de articulação dos atores, para além de garantirem a qualidade do trabalho desenvolvido, permitirão uma adequada partilha de conhecimento e o acréscimo da capacitação técnica dos envolvidos.

O esquema seguinte sistematiza estes três fatores, apresentando as principais atividades a desenvolver, quer no âmbito da realização do PGA PT2020 quer de cada exercício de avaliação; considera-se ainda os produtos a desenvolver e os atores a envolver ao longo do processo avaliativo. O esquema encontra-se dividido em três fases:

- planeamento e preparação (que inclui a elaboração do PGA PT2020 e a preparação de cada exercício de avaliação, uma vez que o planeamento de cada exercício de avaliação se inicia na fase de elaboração do PGA PT2020, quer na definição dos princípios orientadores quer na identificação das avaliações a efetuar e das suas características);
- a realização das avaliações;
- a divulgação e o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações (follow up).

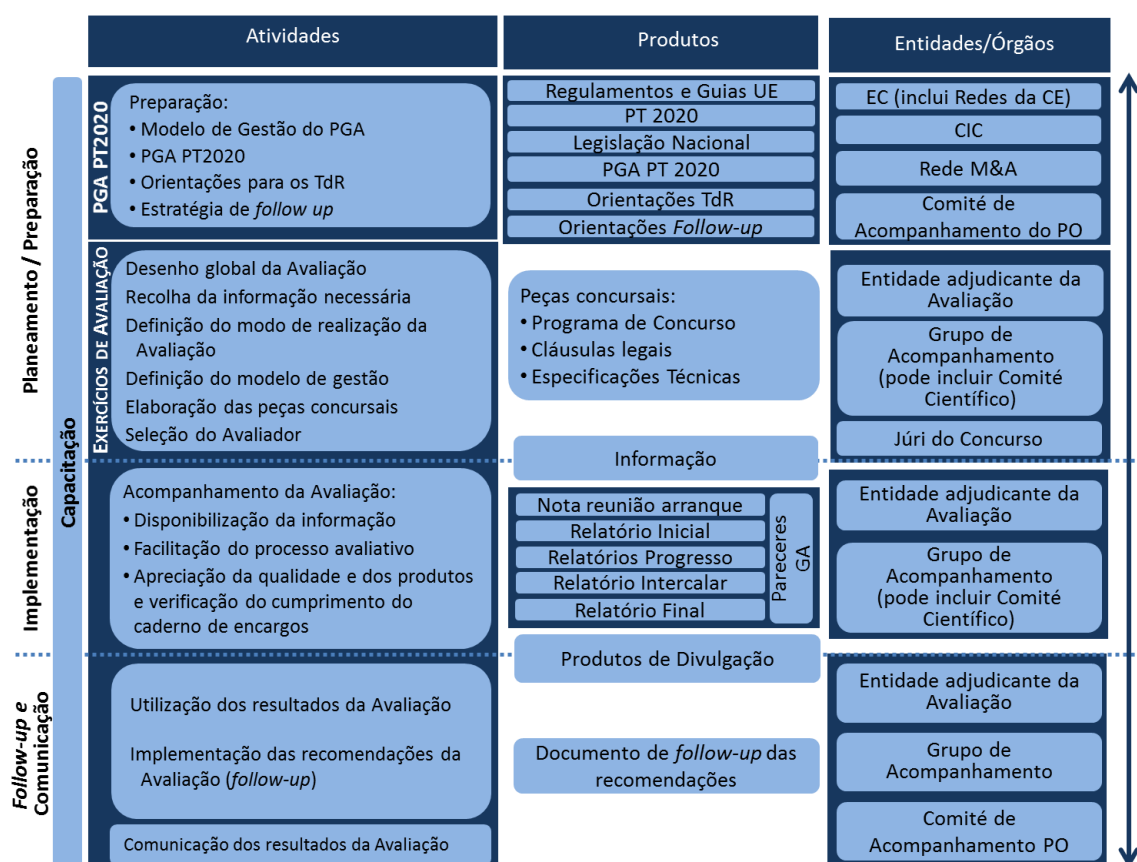


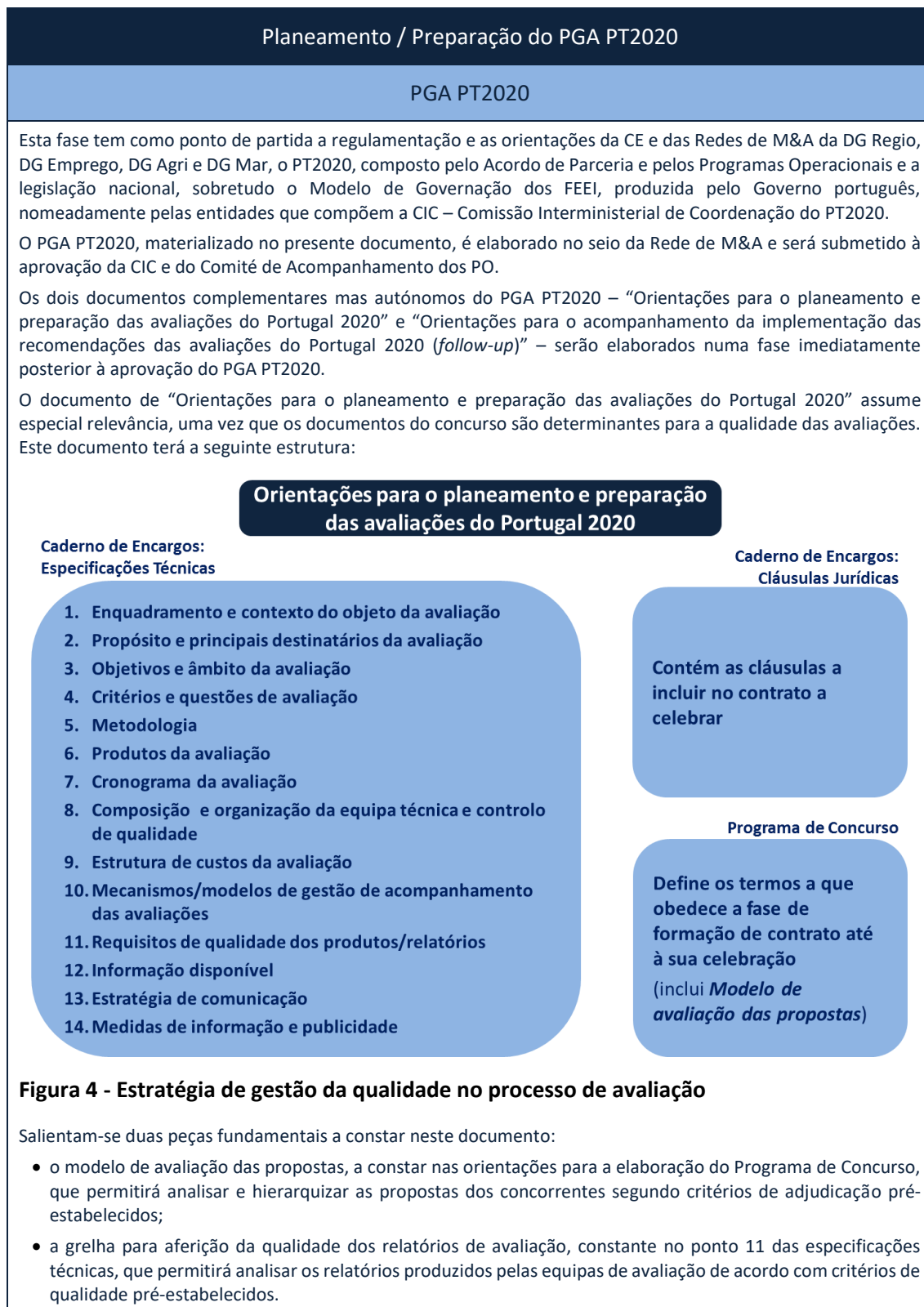
Figura 3 - Estratégia de gestão da qualidade no processo de avaliação

Considera-se que o planeamento rigoroso desta estratégia, o seu cumprimento e a sua revisão, quando necessária, a meta-avaliação e retroação periódica garantirão a qualidade do processo de avaliação.

A explicação e o aprofundamento deste esquema encontra-se:

- nas caixas seguintes, que apresentam uma breve explicação de cada uma das fases;
- nos restantes pontos do Capítulo 2 – Sistema de avaliação, que estabelecem os princípios comuns orientadores para a definição dos elementos constantes no esquema, aprofundando, quando necessário, alguns deles;
- nos dois documentos autónomos do PGA PT2020 – “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020” e “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*)” – que complementam o documento do PGA PT2020, detalhando as matérias relativas à

elaboração dos documentos do concurso e do follow-up, em conformidade com os princípios orientadores constantes neste capítulo.



Exercícios de Avaliação

Esta fase decorre desde a definição global da avaliação até à seleção do avaliador (no caso de avaliações externas ou mistas) que irá realizar a avaliação.

O desenho global da avaliação consiste na revisão e no aprofundamento da ficha da avaliação constante no PGA PT2020, que contém os principais elementos de uma avaliação: Objetivo(s); Tipo de avaliação; Âmbito; Contextualização/Justificação; Critérios e Questões de avaliação; Utilizações específicas dos resultados da avaliação; Métodos a considerar; Objeto de avaliação; Informação a disponibilizar no início da avaliação; Procedimento de contratação; Responsabilidade pelo(a): Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação, Acompanhamento das recomendações e Divulgação dos resultados; Constituição do: Grupo de Acompanhamento, Júri do Concurso e Comité Científico; Calendário: Lançamento do concurso Início da Avaliação, Duração da Avaliação, Fonte de financiamento, Estimativa de custo.

Nesta fase destaca-se a relevância dos seguintes elementos:

- construção definitiva das questões de avaliação;
- compilação da informação a disponibilizar quer no Caderno de Encargos quer aquando da adjudicação da avaliação. Na maioria das situações, a fase de identificação e recolha de informação inicia-se com a elaboração das fichas de avaliações constantes no PGA PT2020, quando necessário, prolonga-se até ao início da preparação da avaliação e termina com a disponibilização final de informação solicitada pelos avaliadores;
- determinação do modo de realização das avaliações (externo, interno ou misto) e do procedimento de contratação do avaliador, no caso das avaliações externas ou mistas;
- definição dos atores efetivos a acompanhar o estudo e das suas atribuições e início do seu envolvimento (caso não tenha ocorrido anteriormente), no âmbito da participação do Grupo de Acompanhamento na elaboração dos documentos do concurso;
- produção dos documentos do concurso da avaliação, seleção e convocação do júri do concurso e seleção da equipa que realizará o estudo.

Esta fase será detalhada nos pontos seguintes deste capítulo e no documento de “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”.

Implementação dos Exercícios de Avaliação

Na fase de realização das avaliações, cabe à entidade adjudicante e ao Grupo de Acompanhamento a disponibilização da informação necessária à realização do estudo (que ainda não foi disponibilizada no Caderno de Encargos) e a solicitada diretamente pelo avaliador, o esclarecimento de questões colocadas pelo avaliador, o apoio à equipa de avaliação no estabelecimento de contactos com entidades ou outros interlocutores, bem como a apreciação dos produtos entregues pelo avaliador previstos no Caderno de Encargos.

A estrutura dos relatórios constará nas “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”. A qualidade dos relatórios, que se pretendem objetivos e com conclusões devidamente fundamentadas, será aferida pelo recurso a uma Grelha para aferição da qualidade dos relatórios de avaliação, constante no mesmo documento.

Nesta fase são ainda elaborados os produtos de divulgação da responsabilidade da equipa de avaliação.

Esta fase será detalhada nos pontos seguintes e no documento de “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”.

Acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações (follow-up) e Comunicação

Os exercícios de avaliação culminam no seu follow-up e na comunicação dos resultados de forma a potenciar a sua utilização.

Esta fase será detalhada nos pontos seguintes e no documento “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal (follow-up)”.

Capacitação

A estratégia de capacitação, transversal a todas as fases de elaboração do PGA PT2020 e de planeamento, realização e follow-up e divulgação das avaliações, é apresentada no ponto 6 deste capítulo.

2.2. Gestão do Plano de Avaliação

Pretende-se neste subcapítulo expor o modelo de governação previsto para a elaboração e implementação do PGA PT2020.

2.2.1. Entidades envolvidas e respetivas funções

Considerando a experiência adquirida na conceção e implementação do PGA do período de programação 2007-2013, definem-se como princípios orientadores do modelo de gestão do PGA PT2020 os seguintes:

- responsabilização partilhada – diferentes responsabilidades assumidas pelos órgãos de coordenação política, técnica e de gestão do PT2020 nas diversas fases do PGA PT2020;
- coordenação em Rede – a Rede M&A como espaço privilegiado de conceção, acompanhamento e avaliação do PGA PT2020, bem como de interligação com outras redes de articulação funcional criadas no âmbito da coordenação do PT2020 e a nível internacional;
- partilha de experiências – consolidar e harmonizar as experiências em matéria de planeamento estratégico e operacionalização das avaliações dos diferentes fundos (FEDER, FC, FSE, FEADER, FEAMP).

O modelo de gestão do PGA PT2020 atribui à AD&C, em articulação com a Comissão de Coordenação Nacional (CCN) e a Comissão de Coordenação para o FEAMP (CCF), a elaboração e submissão do PGA à apreciação e aprovação da CIC Portugal 2020. A elaboração do PGA PT2020 e dos documentos de orientação autónomos que o complementam é efetuada no âmbito da Rede de Monitorização e Avaliação (M&A), que inclui as autoridades de coordenação técnica dos FEEI e as AG. As revisões do Plano seguem o mesmo modelo da sua preparação.

Por sua vez, a elaboração dos Planos de Avaliação dos PO (que decorrem diretamente do PGA PT2020) é da responsabilidade das AG, as quais devem concluir e submeter o Plano de Avaliação dos PO para aprovação do Comité de Acompanhamento (CA) até um ano após a adoção da decisão dos programas pela UE.

No FEADER e FEAMP o Plano de Avaliação é elaborado durante a fase de programação, constando num capítulo do texto da decisão da UE dos respetivos programas. Nestes fundos o modelo de governação assume, igualmente, contornos específicos:

- A coordenação técnica do FEADER cabe à Comissão de Coordenação Nacional (CCN), coordenada pelo Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), que assegura a representação, entre outras entidades, de cada um dos órgãos de gestão dos PDR.

O Grupo de Coordenação da Avaliação (GCA), funcionalmente dependente da CCN, assegura a coordenação das atividades de avaliação e a harmonização de orientações no âmbito do FEADER, bem como a coordenação com os procedimentos de avaliação ao nível de outros fundos. O GCA é constituído pelo GPP, as AG dos três PDR, as equipas de avaliação, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP) (enquanto organismo pagador) e a Rede Rural Nacional (RRN).

Ao contrário dos restantes fundos, as AG do FEADER assumem a responsabilidade da própria avaliação ex post do PDR, pelo que esta consta do Plano de Avaliação.

- No FEAMP, a coordenação técnica é confiada à Comissão de Coordenação para o FEAMP (CCF), presidida pelo Diretor-Geral da Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM), que assegura a representação.

O modelo de governação dos FEEI está consagrado nas decisões dos programas 2014-2020, bem como no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, complementado, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2014 e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/M.

O presente enquadramento nacional visa assegurar o cumprimento das obrigações dispostas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, que estabelece as disposições comuns dos FEEI e prevê especificidades dos Fundos da Política da Coesão (FEDER, FC e FSE), complementado com as obrigações dos Regulamentos Específicos do FSE, FEADER e FEAMP, respetivamente Regulamentos (UE) n.ºs 1304/2013, 1305/2013 e 508/2014.

Quadro regulamentar

FEEI - A autoridade de gestão ou o Estado-Membro define um plano de avaliação que pode abranger mais do que um programa. O plano de avaliação é apresentado em conformidade com as regras específicas dos Fundos (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 56º).

FEDER/FC/FSE - A autoridade de gestão ou o Estado-Membro elaboram um plano de avaliação para um ou vários programas operacionais. O plano de avaliação é apresentado ao comité de acompanhamento até um ano a contar da adoção do programa operacional (Regulamento (UE) n.º 1303/2013 de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 114º).

CIC Portugal 2020 Compete à CIC Portugal 2020 - (...) apreciar e aprovar, sob proposta da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.), o plano global de avaliação do Portugal 2020, que inclui as avaliações de âmbito estratégico e operacional (...). (Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alínea h) do n.º 2 do artigo 10º).

AD&C - Compete à Agência, I.P., no âmbito da coordenação técnica geral do Portugal 2020 (...) e) Coordenar e desenvolver, em articulação com a CCN e a CCF, o sistema de avaliação do Portugal 2020, na perspetiva da sua contribuição para a concretização das políticas públicas cofinanciadas; (...) k) Elaborar e submeter à aprovação da CIC Portugal 2020, em articulação com a CCN e a CCF, o plano global de avaliação do Portugal 2020, que inclui as avaliações de âmbito estratégico e operacional; (...) t) Participar na elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020 e dos respetivos programas (...) (D.L. n.º 137/2014, artigo 12º).

AD&C, CCN e CCF - Compete à Agência, I.P., à CCN e à CCF, enquanto órgãos de coordenação técnica dos FEEI: (...) b) Contribuir para a elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020, a submeter à aprovação da CIC Portugal 2020; (...) d) Coordenar a elaboração do plano global de avaliação dos respetivos PO e PDR, que contempla avaliações de âmbito estratégico e operacional e inclui uma lista indicativa dos exercícios de avaliação previstos para o período 2014 -2020, a sua natureza e calendário (...) (D.L. n.º 137/2014, artigo 13º).

Autoridades de gestão dos POT, POR-C e AT - Compete às comissões diretivas dos PO temáticos, regionais do continente e de assistência técnica: (...) s) Participar na elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020 e elaborar o plano de avaliação do PO (D.L. n.º 137/2014, artigo 27º 1).

Comités de Acompanhamento dos PO FEDER, FSE e FC: (...) O plano de avaliação é apresentado ao comité de acompanhamento até um ano a contar da adoção do programa operacional (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 114º 1); (...) O comité de acompanhamento examina, em especial: (...) b) Os progressos realizados na aplicação do plano de avaliação (...) (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 110º 1); (...) O comité de acompanhamento examina e aprova: (...) c) O plano de avaliação do programa operacional e eventuais alterações, inclusive quando faz parte de um plano de avaliação comum nos termos do artigo 114.º , n.º 1 (...) (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 110º 2); (...) Compete ainda às comissões de acompanhamento [dos PO temáticos e regionais do continente] analisar e aprovar: (...) c) o plano de avaliação dos PO e as suas eventuais alterações (D.L. n.º 137/2014, artigo 54º 2).

Autoridades de gestão do PO RA dos Açores e da Madeira:

RA Açores (...) São competências do Gestor do PO Açores 2020: (...) c) Representar o programa operacional nos órgãos nacionais de Gestão, Monitorização, Avaliação e Acompanhamento do “Portugal 2020”, bem como nas demais instituições nacionais, europeias e internacionais (...). (Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2014 da Presidência do Governo da RAA, artigo 6º 1).

RA Madeira (...) São competências da Autoridade de Gestão: (...) r) Participar na elaboração do plano global de avaliação do “Portugal 2020” (...). (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/M, artigo 4º 1).

Autoridades de gestão dos PDR (...) As autoridades de gestão devem elaborar o plano de avaliação do respetivo PDR, incluindo os indicadores específicos e comuns no quadro de desempenho (...). (D.L. n.º 137/2014, artigo 30º 5).

Comité de Acompanhamento dos PDR: O comité de acompanhamento (...) b) Examina as atividades e as realizações ligadas aos progressos registados na execução do plano de avaliação do programa (...) (REG (UE) n.º 1305/2014, artigo 74º).

Autoridade de gestão do PO MAR (...) Elaborar um plano de avaliação do Mar 2020 (...). (D.L. n.º 137/2014 artigo 33º 1f).

Comité de Acompanhamento do PO MAR:

(...) o comité de acompanhamento verifica o desempenho do programa operacional e a eficácia da sua execução. Para esse efeito, o comité de acompanhamento: (...) b) Examina as atividades e realizações ligadas ao plano de avaliação do programa (...) (REG (UE) n.º 508/2014 Artº 113).

(...) Examinar as atividades e realizações ligadas ao plano de avaliação do programa (...). (D.L. n.º 137/2014 artigo 58º b).

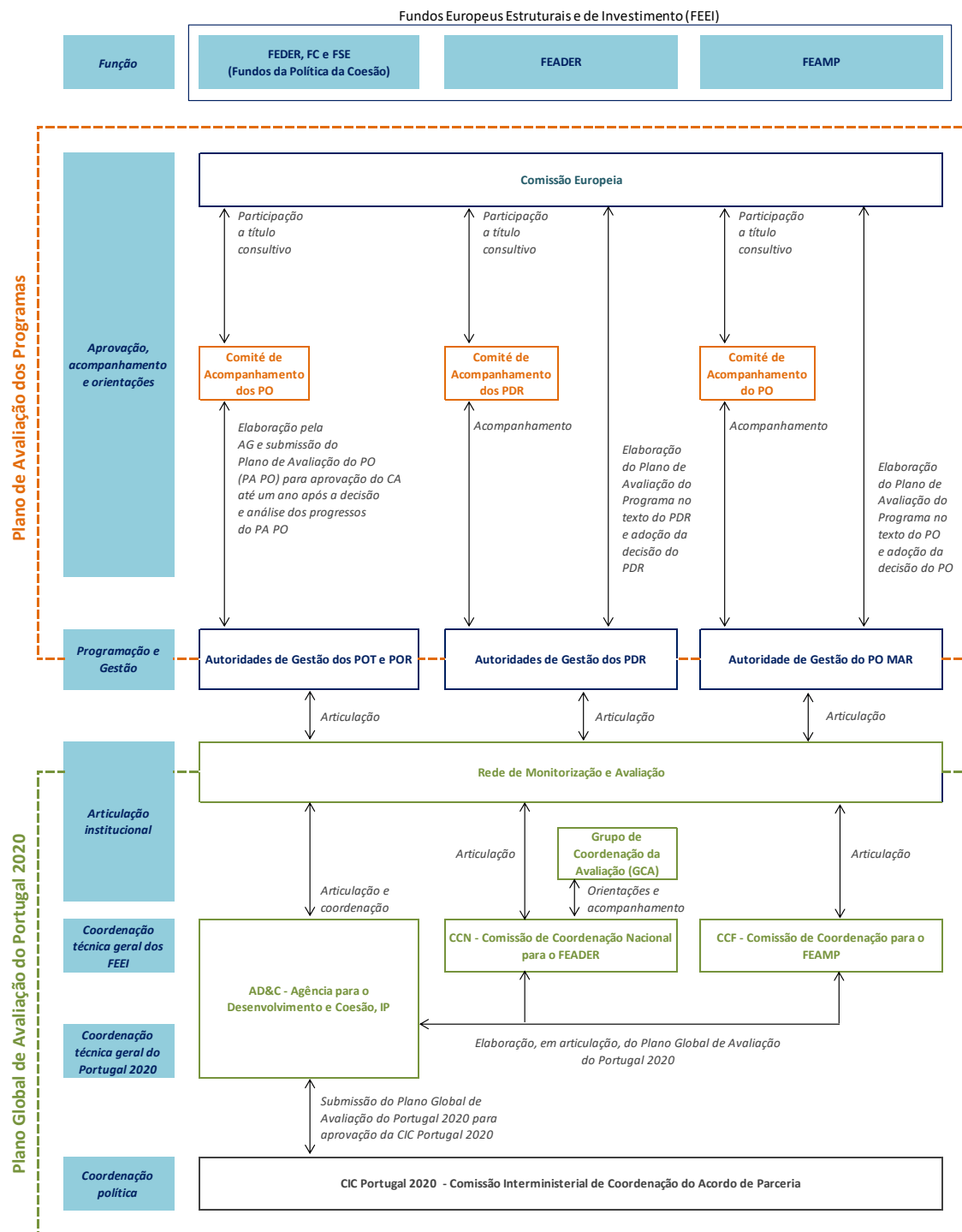


Figura 5 - Modelo de gestão do PGA PT2020 e dos Plano de Avaliação dos Programas

2.2.2. Coordenação do PGA PT2020: Rede de Monitorização e Avaliação

A Rede de M&A, constituída pelos organismos de coordenação técnica dos FEEI e pelas Autoridades de Gestão (AG) dos programas, sob coordenação da AD&C, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento das atividades de M&A de modo a garantir a excelência do sistema de M&A do PT2020.

A articulação e coordenação das funções de M&A assumem, no atual período de programação, uma importância acrescida devido não só à presença de programas e intervenções multifundos, como à elevada transversalidade e complementaridade de intervenções, nomeadamente entre os PO temáticos e os PO regionais. Com efeito, estes programas, ao contribuírem para objetivos comuns, implicam a necessidade de privilegiar a realização de avaliações temáticas e territoriais cujo valor estratégico deve ser consensualizado para servir as necessidades do conjunto e de cada uma das organizações da Rede.

A Rede de M&A dá continuidade à Rede de Avaliação do QREN, acrescentando-lhe a dimensão da monitorização. A experiência desta Rede e a reflexão sobre o seu balanço serviram de base à definição do processo de avaliação no período 2014-2020.

No âmbito da avaliação, a missão primeira da Rede de M&A é a de construir uma proposta de PGA PT2020 a apresentar à CIC Portugal 2020, monitorizar a sua execução, propor alterações e a sua atualização periódica, potenciar o uso das avaliações, nomeadamente junto dos decisores de política, e promover um debate público alargado sobre a relevância da avaliação e sobre os resultados dos exercícios de avaliação. Com efeito, pelas razões apontadas anteriormente, a Rede M&A assume uma importância vital na construção do PGA PT2020, garantindo a produção de um documento estratégico unificado e a definição de um conjunto de avaliações que reflitam os princípios apresentados neste Plano.

No seu papel instrumental, o coletivo da Rede deverá igualmente zelar pela qualidade das funções de M&A do PT2020, criando instrumentos que facilitem a seleção e a aplicação de critérios de qualidade às várias fases da monitorização e da avaliação.

Como suporte daquelas funções, a rede tem igualmente uma função de aprendizagem e de capacitação dos seus membros, das organizações parceiras e ainda das entidades públicas implicadas no PT2020. Esta função deverá ser concretizada através de ações de informação e formação de carácter e âmbito diversos, potenciando desde logo o espaço de interação da rede

como veículo de partilha de informação sobre, nomeadamente, o que de importante se debate e se decide nas redes de avaliação da CE e sobre o interesse da participação em eventos ou ações de formação sobre metodologias e resultados de avaliações.

A Rede M&A, enquanto fórum de articulação e coordenação da M&A do PT2020, tem os seguintes atributos:

Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • promover e articular o desenvolvimento das atividades de M&A de modo a garantir o funcionamento e a eficácia no sistema de M&A do PT2020; • promover o intercâmbio de experiências e de boas práticas entre os membros da rede, a fim de fortalecer a capacidade de M&A de políticas públicas em Portugal.
Membros
<ul style="list-style-type: none"> • Organismos de Coordenação Técnica dos FEEI; • Autoridades de Gestão.
Modo de Funcionamento
<ul style="list-style-type: none"> • reuniões periódicas, sempre que se justifique, de preferência no mínimo três por ano, e workshops temáticos; • grupos de trabalho para tratamento de questões específicas; • partilha de documentos de trabalho em área reservada de uma plataforma informática.
Áreas de atuação
<ul style="list-style-type: none"> • preparar uma proposta de Plano Global de Avaliação a apresentar à CIC do PT2020 e acompanhar a sua execução; • contribuir para a preparação de instrumentos de apoio à Monitorização do PT2020 e acompanhar a sua execução; • produzir orientações e instrumentos que contribuam para a qualidade dos exercícios de avaliação; • debater assuntos de relevo em matéria de M&A (e.g. orientação para resultados); • potenciar o uso dos resultados das avaliações, criando instrumentos de monitorização da implementação das recomendações (follow up); • promover o debate público sobre os resultados das avaliações e o conteúdo dos relatórios de monitorização, propondo públicos e formatos adequados e participando ativamente na sua divulgação; • garantir a aprendizagem organizacional, encontrando formas adequadas de transferir as aprendizagens dos membros da rede para as respetivas organizações; • instituir práticas formativas nas reuniões da Rede, como apresentações temáticas de membros da rede e/ou peritos e exposição sobre participações em eventos (conferências, seminários, reuniões sobre avaliação); • elaborar um diagnóstico de necessidades de formação em M&A que sirva de suporte a um plano de capacitação adequado aos membros da Rede e a outras entidades da administração pública e, subsequentemente, elaborar um plano de formação/capacitação.
Quadro regulamentar
Decreto-Lei. n.º 137/2014, de 12 de setembro
<ol style="list-style-type: none"> 1. A coordenação do PT2020 e a sua capacitação institucional são garantidas através da criação e dinamização de redes de articulação funcional, sem prejuízo das competências das autoridades de gestão. 2. São criadas as seguintes redes de articulação funcional: (...) b) Rede de M&A; 3. As redes referidas nas alíneas a) a d) do número anterior são coordenadas pela Agência, I.P. 4. As redes referidas nas alíneas a) e b) integram todas as entidades com competências na governação dos FEEI, nas respetivas matérias (...) (artigo 61º).

2.3. Processo de avaliação

2.3.1. Questões de avaliação e Métodos

A importância das questões de avaliação (QA) na qualidade das avaliações justifica que se inscreva no PGA PT2020 um conjunto de princípios a atender na sua definição, bem como uma lista de questões de avaliação tipo, por critério de avaliação. Esta lista serve de apoio à construção das QA em cada exercício de avaliação, sendo contudo questões genéricas que podem ser especificadas em função do que se pretende analisar em cada avaliação. Foi dado um maior peso às questões da eficácia, da eficiência e do impacto, pela relevância que assumirão nas avaliações do PT2020. No entanto, o peso das questões de avaliação por critério deverá variar de acordo com os objetivos de cada avaliação.

Princípios Orientadores à construção das questões de avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um encadeamento lógico entre os objetivos específicos, as dimensões de análise do objeto e as questões de avaliação. • Este encadeamento deve corresponder a uma real necessidade de conhecimento, identificação de novas soluções, correspondente à necessidade de um input para uma tomada de decisão. • Definir as QA em função dos critérios de avaliação, priorizados tendo em conta as necessidades dos “stakeholders” e o racional orientador da avaliação. • Identificar os métodos possíveis para responder às QA e verificar a existência da informação necessária para o desenvolvimento desses métodos. • Os temas de maior preocupação devem ser abordados por questões de avaliação específicas. • As QA devem: i) ser suscetíveis de gerar uma resposta, uma vez que todas as QA devem ser respondidas pela avaliação, ii) ser específicas e focalizadas no objeto de avaliação de forma a possibilitar retirar conclusões objetivas, iii) ser equilibradas em número de acordo com o objetivo da avaliação, iv) decorrer diretamente do(s) objetivo(s) da avaliação.
Questões de Avaliação Tipo
Relevância
<ul style="list-style-type: none"> • Em que medida os objetivos da intervenção dão resposta às necessidades dos beneficiários? • Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do território? • Houve mudanças de contexto que justifiquem alterações nos objetivos da intervenção? • Em que medida os objetivos da intervenção são relevantes face às prioridades das políticas públicas associadas?
Coerência externa
<ul style="list-style-type: none"> • Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre a intervenção avaliada e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território?
Coerência interna
<ul style="list-style-type: none"> • As ações da intervenção constituem um conjunto coerente entre si e adequado para atingir os objetivos a que se propôs? • As diferentes atividades da intervenção complementam-se de uma forma lógica para alcançar os objetivos?

Eficácia
<ul style="list-style-type: none"> • A intervenção alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro por efeito da sua realização? • Que fatores externos influenciaram, positiva ou negativamente, o alcance dos resultados? • Ocorreram efeitos imprevistos (positivos ou negativos)? • A intervenção produziu os efeitos esperados? • Poderiam ter sido alcançados mais efeitos se tivessem sido utilizados outros instrumentos? • Que mudanças podem ser observadas em relação aos objetivos da intervenção? • Porque é que a mudança ocorreu? (Avaliação baseada na teoria) • Como é que a intervenção causou essa mudança? (Avaliação baseada na teoria) • Em que medida as mudanças observadas podem ser atribuídas à intervenção? (Contrafactual) • Os resultados obtidos com a intervenção variam segundo os diferentes subgrupos do grupo-alvo principal? (Contrafactual) • O que pode ser feito para que a intervenção possa ser mais eficaz?
Eficiência
<ul style="list-style-type: none"> • As componentes da intervenção foram concretizadas com o mínimo de recursos? • Os resultados da intervenção foram alcançados com o mínimo de recursos? • Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos? • A intervenção foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis? • Foram desenvolvidos procedimentos racionais, nomeadamente, de gestão financeira e de recursos humanos? (Eficiência operativa)
Impacto
<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os efeitos globais da intervenção no contexto socioeconómico (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos ou negativos)? • Que fatores externos influenciaram, positiva ou negativamente, o alcance dos objetivos globais? • Porque é que a mudança ocorreu no contexto socioeconómico? (Avaliação baseada na teoria) • Como é que a intervenção causou essa mudança no contexto socioeconómico? (Avaliação baseada na teoria)
Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Os resultados são duráveis no tempo para além do período da intervenção? • Quais os fatores que determinam a durabilidade/sustentabilidade dos resultados e impactos observados?
Valor Acrescentado Europeu
<ul style="list-style-type: none"> • Qual a vantagem de utilizar os recursos da UE no apoio a uma determinada intervenção? • Qual o valor adicional resultante da intervenção da UE, face ao que seria alcançado ao nível da ação individual do Estado-Membro e/ou respetivas regiões? • Em que medida do problema a que a intervenção visa responder requer a continuação da intervenção ao nível da UE? Quais as consequências da interrupção da intervenção da UE?

Os métodos de avaliação deverão ser escolhidos em função do objetivo/objeto da avaliação e de cada uma das questões de avaliação. Os Cadernos de Encargos serão construídos de forma a garantir a apresentação, nas propostas técnicas, dos métodos mais adequados ao que se pretende analisar em cada avaliação. Em função da especificidade de cada avaliação, poderão ser adotadas uma das seguintes hipóteses relativamente ao grau de explicitação no Caderno de Encargos dos métodos a utilizar:

- a entidade adjudicante define no Caderno de Encargos (para a totalidade ou parte do estudo) os métodos que preferencialmente devem ser desenvolvidos. Nesta hipótese deve solicitar-se que as propostas dos concorrentes fundamentem a adequabilidade dos métodos e como estes vão ser combinados entre si na resposta às diferentes questões de avaliação; as propostas devem, igualmente, apresentar uma análise sucinta da informação existente e necessária para a aplicação dos respetivos métodos, os pontos fortes e fracos dos dados, e os enviesamentos potenciais associados a cada método. Devem igualmente apresentar uma descrição das técnicas de recolha de dados a utilizar;
- os concorrentes propõem, na proposta técnica, os métodos que considerem mais adequados, fundamentando as opções tomadas com base em critérios objetivos de pertinência, robustez e proporcionalidade face ao âmbito, ao tipo e aos objetivos da avaliação, bem como as técnicas de recolha de informação.

O documento “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020” explicitará os métodos existentes e as suas principais características (descrição do método, vantagens, desvantagens, requisitos e situações de aplicação).

O Caderno de Encargos deve fornecer a informação necessária ao desenvolvimento de uma proposta adequada aos objetivos do estudo.

2.3.2. Informação de suporte às avaliações

A exigência de informação requerida para alimentar os indicadores dos programas e para o desenvolvimento de metodologias de análise de impactos (p.e., microdados), bem como o potencial existente atualmente nas bases administrativas dos diversos sistemas da Administração Pública e nos sistemas de informação de suporte à gestão dos fundos da UE, impõem exigências acrescidas à preparação prévia e atempada da informação necessária à realização dos exercícios de avaliação.

Estas condicionantes colocam cada vez mais o enfoque da recolha de informação quantitativa numa fase prévia à realização dos estudos (quer com o recurso a bases de dados existentes, quer através da realização de questionários específicos ou comuns a diferentes avaliações), em alternativa à produção desta informação no decurso da realização das próprias avaliações, como acontecia no passado. Com efeito, a quantidade de registos e o detalhe da informação exigida obriga: i) à recolha administrativa de dados determinantes à avaliação logo na fase inicial das

candidaturas; ii) ao cruzamento destes dados com outras bases de dados administrativas sectoriais, que exigem procedimentos técnicos e de proteção de dados complexos; ou iii) à recolha de informação através de inquéritos próprios, cuja complexidade e dimensão apenas se coaduna com a realização de questionários que deem resposta a diferentes avaliações. Qualquer uma destas opções exige que o processo de planeamento e de recolha de informação se realize com períodos longos (anos) de antecedência.

Consideram-se como passos relevantes, para providenciar a informação necessária às propostas (a disponibilizar nas especificações técnicas) e para desenvolver as avaliações (a disponibilizar no início dos exercícios):

- o preenchimento da Ficha de avaliação inscrita no PGA PT2020 que contém a informação requerida para o desenvolvimento da avaliação;
- assegurar que o sistema de informação do PT2020 é eficaz para efeitos de avaliação, ou seja, que a informação quantitativa responderá cabalmente aos imperativos metodológicos das avaliações (p.e., abordagens contrafactuais);
- desenvolver inquéritos específicos para recolha de informação comum a diferentes estudos de avaliação;
- assegurar o acesso a microdados de fontes administrativas e eventuais cruzamentos de bases de dados, de forma a garantir a caracterização exaustiva dos destinatários e a informação longitudinal que possibilite a constituição de grupos de análise e de controlo;
- assegurar que a interação com as entidades produtoras de informação – designadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Segurança Social – possa assegurar a construção de indicadores relevantes para a avaliação do PT2020;
- garantir os requisitos da proteção de dados nos diferentes processos de recolha de informação referidos nos passos anteriores.

A palavra-chave deste processo é “atempadamente”, uma vez que se trata de mecanismos morosos e que importa garantir que deem os seus resultados a tempo de efetuar as avaliações no período em que estão previstas e em que serão úteis.

Quadro regulamentar

(...) Compete aos Estados-Membros garantir os recursos necessários para efetuar as avaliações, bem como os procedimentos a aplicar para a produção e recolha dos dados necessários a essas avaliações, incluindo os dados relativos aos indicadores comuns e, quando apropriado, aos indicadores específicos dos programas (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 2 do artigo 54º).

2.3.3. Modo de realização das avaliações

As avaliações previstas no Plano de Avaliação serão efetuadas sobretudo com recurso a peritos externos. Em determinadas situações poderão ser constituídas equipas mistas ou internas, nomeadamente nas análises contrafactuais e na elaboração de inquéritos que contribuam para a realização de diferentes avaliações, por estas requererem conhecimentos aprofundados residentes nas entidades adjudicantes, nomeadamente o domínio das bases de dados e a lógica de programação, e também para permitir a capacitação da administração pública em determinados métodos (p.e., contrafactuais). Será utilizado, igualmente, o recurso a equipas mistas e/ou internas em situações de experimentação de métodos inovadores ou de divulgação/utilização ainda restrita.

Será assegurada a independência necessária das pessoas que participam na realização das avaliações do PT2020 face às funções de conceção e/ou de execução das políticas e do programa objeto de análise, de forma a garantir a objetividade e imparcialidade nas conclusões e recomendações da avaliação. Mesmo que, excecionalmente, se encontrem funcionalmente incluídos em departamentos com funções de implementação, essas pessoas estarão adstritas, exclusiva e formalmente, à função de avaliação e de monitorização.

No caso dos avaliadores externos, será assegurada a ausência de conflito de interesses (no Programa de Concurso), garantindo que os elementos que constituem a equipa de avaliação não participaram na fase de programação ou de implementação da política/programa objeto da avaliação.

Quadro regulamentar

A realização das avaliações é assegurada por peritos internos ou externos funcionalmente independentes das autoridades responsáveis pela execução do programa. A Comissão fornece orientações sobre as modalidades de realização das avaliações, imediatamente após a entrada em vigor do presente regulamento (Regulamento (UE) 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 3 do artigo 54º).

Na seleção de peritos externos serão utilizados os procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), designadamente: Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação ou Ajuste direto. Contudo, será privilegiada a adoção de um dos dois primeiros procedimentos mencionados.

Os documentos do concurso especificarão as regras e os critérios de submissão, exclusão, seleção e adjudicação das propostas, nomeadamente o Modelo de avaliação das propostas com

os respetivos critérios de adjudicação. Serão privilegiados critérios de adjudicação associados à qualidade da proposta técnica, em detrimento da proposta financeira (que terá um peso inferior) e do prazo (que não será um critério de adjudicação).

Será garantido que o avaliador detém as competências necessárias para o desenvolvimento da avaliação – nomeadamente, experiência em avaliação, nos métodos requeridos/propostos e nas temáticas, contexto institucional e regional objeto de avaliação – sobretudo através de:

- concurso limitado por prévia qualificação, quando se pretende garantir a contratação de uma entidade com determinadas características/competências;
- inclusão no Modelo de avaliação das propostas do critério de experiência dos elementos que compõem a equipa do avaliador;
- avaliação da qualidade da proposta técnica (como critério de avaliação de propostas);
- demonstração de sistemas de garantia de qualidade por parte dos avaliadores.

Por fim, serão desenvolvidas ações no sentido de trazer para a avaliação de políticas públicas cofinanciadas outras entidades avaliadoras, nomeadamente centros de estudos e instituições de ensino superior, de forma a evitar a concentração das adjudicações num leque limitado de entidades.

2.3.4. Orçamento e Duração das avaliações

A duração da realização de cada avaliação deverá ser planeada pela entidade adjudicante, considerando o seguinte:

- o prazo de realização da avaliação será fixo, não constituindo um fator de pontuação na seleção das propostas dos concorrentes;
- a definição do prazo de realização das avaliações, desde a adjudicação até à entrega do relatório final, deverá situar-se entre os seis a doze meses, em função da complexidade da avaliação, nomeadamente, dos métodos utilizados;
- o tempo de disponibilização da informação solicitada pelo avaliador;
- a contagem do tempo associado à elaboração do parecer do Grupo de Acompanhamento está incluída no prazo;
- assunção de perspetiva realista para a duração da realização das avaliações.

O preço base, ou seja, o preço máximo a alocar a cada avaliação, será definido pela entidade adjudicante, por referência a custos padrão, tendo em consideração os objetivos e o âmbito da avaliação, bem como a sua complexidade em termos do método requerido para o desenvolvimento do estudo e da duração temporal da execução da avaliação.

A definição do preço deverá, assim, considerar:

- Avaliações de processo vs. Avaliação de impacto
- Análise contrafactual vs. Avaliação baseada na teoria
- Programas/multiprograma
- Dimensão dos PO
- Inclusão ou não das Regiões Autónomas
- Duração das avaliações
- O recurso ou não a recolha de informação primária

Apresenta-se nos quadros abaixo o orçamento indicativo de implementação do Plano de Avaliação.

Quadro 3 - Orçamento indicativo do PGA PT2020

Orçamento indicativo da realização das avaliações	Custo (€)
Avaliações previstas no PGA PT2020 ¹	4.892.565
Avaliações que abrangem o PO Norte	3.027.565
Orçamento indicativo da capacitação em avaliação	
Ações de Capacitação com recurso a peritos nacionais e internacionais (12 sessões de 1 dia para 25 pessoas)	60.000
Participação em Ações de Formação /Conferências Internacionais (47 participações/16 AG + AD&C/ 2014-2020, inclui inscrição e despesas de deslocação)	115.000
Participação em Ações de Formação /Conferências Internacionais (133 participações/16 AG + AD&C/ 2014-2020, inclui despesas de deslocação)	135.000
Tradução de documentação técnica	10.000
2 Conferências Internacionais sobre Avaliação ²	40.000
Reuniões Rede de M&A (3 reuniões/ano) e Redes Europeias de Avaliação (4 reuniões/ano) 2014-2020	90.000
Total das ações de capacitação	450.000

Orçamento indicativo da comunicação das avaliações do PGA PT2020	
21 Seminários de apresentação de resultados das avaliações (1/2 dia – 100 pessoas)	55.000
Produção de material de divulgação (Publicações, Brochuras e outros matérias de divulgação)	30.000
Aquisição de serviços de comunicação (Infográficos; Posters; linguagem não técnica)	50.000
Total da comunicação	135.000
Aquisição de Informação	200.000
Total Global	5.677.565

¹ Somatório dos valores máximos previstos para cada exercício de avaliação, ou os valores já contratados no caso dos estudos de avaliação já iniciados.

² Inclui uma conferência realizada em Maio 2015

Os custos acima orçados serão suportados pelo Programa Operacional Assistência Técnica (PO AT) ou pela Assistência Técnica (AT) dos Programas. Note-se a este propósito que, no caso dos exercícios de avaliação, só a Avaliação Intercalar do PO Norte é seguramente uma despesa da AT. No entanto, também outras despesas poderão ser imputadas a este programa desde que relacionadas com ações complementares referidas no ponto 3.1.

2.3.5. Gestão dos exercícios de avaliação

O planeamento e a gestão dos exercícios de avaliação requerem um modelo de gestão específico, que contemple quer a definição dos atores e suas responsabilidades, quer os mecanismos de envolvimento destes. Pretende-se que o processo de avaliação do PT2020 seja de responsabilidade partilhada – envolvendo um conjunto alargado de “stakeholders”, de forma a garantir a utilidade e uma elevada qualidade técnica do processo, com o contributo de diferentes competências e perspetivas – e que se constitua como uma oportunidade de capacitação dos “stakeholders”.

Neste sentido, a definição do modelo de gestão assentará nos seguintes princípios orientadores:

- Subsidiariedade – quando uma avaliação incide apenas num programa a coordenação é garantida pela respetiva AG; quando incide em mais do que um programa é assegurada por uma das entidades de coordenação técnica e/ou temática ou, quando se justifique, por uma AG.
- Envolvimento de atores – garantir mecanismos de participação ativa dos atores nas diferentes fases da avaliação através da constituição de Grupos de Acompanhamento. Estes devem reunir, para além dos organismos diretamente implicados na gestão do

processo da avaliação, outras entidades públicas, parceiros sociais e/ou outras AG não diretamente envolvidas na avaliação em causa, cujas diferentes competências técnicas e perspetivas contribuam para assegurar a qualidade e a utilidade das avaliações.

- Capacidade técnica – existência de unidades técnicas/pessoas com responsabilidade na avaliação e dedicadas prioritariamente a esta área nas AG.

O planeamento e a preparação dos exercícios de avaliação inicia-se com a elaboração do PGA PT2020 e do plano específico de avaliação do Norte 2020, no seio da Rede M&A, que inclui as autoridades de gestão dos PO e as coordenações técnicas dos fundos. Desta forma, a Rede M&A estabelece os princípios orientadores para o processo avaliativo e emite orientações (no PGA PT2020 e nos documentos autónomos) que orientem as entidades adjudicantes no processo de avaliação. Estas orientações permitirão assegurar a harmonização do processo de avaliação, bem como garantir o nível de qualidade pretendido. Realça-se, ainda, a definição, no Capítulo III, das avaliações a efetuar e as respetivas fichas de caracterização. Estas fichas são elaboradas pelas autoridades de gestão e de coordenação técnica, com a participação, sempre que se justifique, de outros atores com responsabilidades nas matérias abordadas.

A CIC e o Comité de Acompanhamento dos PO aprovam, respetivamente, o PGA PT2020 e os Planos de Avaliação dos PO, que inclui as referidas fichas, e respetivas revisões.

Compete à entidade adjudicante coordenar a avaliação em todas as suas fases, assegurando: i) o lançamento do concurso (destacando-se a elaboração dos documentos do concurso por forma a garantir a participação dos concorrentes em condições de igualdade e a promoção da concorrência); ii) a verificação do cumprimento do Caderno de Encargos/contrato durante a realização das avaliações; iii) o acompanhamento da implementação das recomendações; iv) e a divulgação dos resultados da avaliação, nomeadamente da componente sob a sua responsabilidade.

Dando cumprimento ao estabelecido no quadro regulamentar e de forma a concretizar o PGA PT2020 aprovado pela CIC, as Autoridades de Gestão e de Coordenação Técnica deverão mobilizar as competências necessárias para o bom desempenho da função de avaliação.

Para o cumprimento das suas funções, a entidade adjudicante deverá designar dois representantes (um efetiva e outro suplente) como responsáveis pela avaliação e como pontos

de contacto com o avaliador, de forma a garantir uma contínua capacidade de resposta às solicitações do avaliador.

Quadro regulamentar

(...) Compete aos Estados-Membros garantir os recursos necessários para efetuar as avaliações (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 2 do artigo 54º).

(...) Compete aos Estados-Membros garantir uma capacidade de avaliação adequada (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 2 artigo 56º).

Compete ainda à entidade adjudicante a mobilização e coordenação do Grupo de Acompanhamento da avaliação, onde deverão estar representadas entidades ou órgãos com relevância no objeto da avaliação e, caso se considere adequado, poderão participar peritos.

O Grupo de Acompanhamento da avaliação deverá assegurar a função da representação institucional dos parceiros envolvidos na avaliação, aliada à função da supervisão técnica e metodológica da avaliação. Este Grupo desempenhará um papel relevante ao longo de todo o processo avaliativo, sobretudo no contributo para a elaboração das Especificações Técnicas, no acompanhamento dos estudos (garantindo o cumprimento do contrato), através da emissão de pareceres aos relatórios, e na divulgação e follow-up. O Grupo de Acompanhamento reunirá sempre que se justifique, por convocatória da entidade adjudicante.

Estas duas entidades – entidade adjudicante e Grupo de Acompanhamento – terão um papel determinante na análise e elaboração conjunta dos pareceres aos relatórios entregues pelos avaliadores. Estes pareceres, elaborados através de contributos escritos de cada membro do Grupo de Acompanhamento e sistematizados num único parecer pela Entidade adjudicante, farão o controlo de qualidade dos relatórios, que beneficiará das diferentes perspetivas que os elementos do Grupo de Acompanhamento têm das temáticas em causa. A entidade adjudicante aprecia os relatórios com base no parecer do Grupo de Acompanhamento, aprovando o relatório ou exigindo a sua revisão. Os relatórios serão analisados em função do Caderno de Encargos, da proposta técnica e da Grelha para aferição da qualidade dos relatórios da avaliação. Serão exigidas versões dos produtos finais até ao cumprimento destes requisitos e o pagamento de cada relatório dependerá da aprovação do mesmo.

O Caderno de Encargos estabelecerá mecanismos de garantia de qualidade, nomeadamente a possibilidade de aditamento e de cancelamento do contrato em caso de incumprimento, bem

como a definição de uma cláusula de rescisão antecipada do contrato condicionada à qualidade do trabalho desenvolvido.

Quadro 4 - Principais objetivos da participação dos atores a envolver na avaliação

Entidade	Objetivo
Decisores políticos (CIC)	<ul style="list-style-type: none"> Assinalar momentos-chave em que são necessários resultados de avaliações para a decisão política Formular questões de avaliação, nomeadamente relativas a impactos Utilizar os resultados das avaliações nas suas tomadas de decisão
Grupo de Acompanhamento	Autoridades de coordenação e Autoridades de gestão <ul style="list-style-type: none"> Coordenar todo o processo avaliativo, assegurando a sua qualidade (nomeadamente, elaboração dos Cadernos de Encargos incluindo a formulação das questões de avaliação, o lançamento do concurso, a coordenação dos Grupos de Acompanhamento, a aprovação dos Relatórios, o <i>follow-up</i> e a divulgação das recomendações) Implementar os respetivos processos de <i>follow-up</i>
	Representantes da administração pública sectorial e/ou regional que implementam as políticas públicas <ul style="list-style-type: none"> Formular as questões de avaliação Disponibilizar informação relevante para a avaliação Incorporar nos pareceres técnicos o conhecimento que detêm sobre a temática em avaliação potenciando a sua qualidade Implementar os respetivos processos de <i>follow-up</i>
	Representantes dos beneficiários e dos destinatários (parceiros sociais e outras associações relevantes) <ul style="list-style-type: none"> Implementar os respetivos processos de <i>follow-up</i>
	Comité Científico (Peritos) <ul style="list-style-type: none"> Apoiar o Grupo de Acompanhamento com conhecimento sobre a temática em avaliação e/ou sobre metodologias de avaliação
Avaliadores	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar as avaliações e apresentá-las ao Grupo de Acompanhamento Dar conta das dificuldades no desenvolvimento do processo e encontrar soluções no Grupo de Acompanhamento Refletir sobre os pareceres técnicos do Grupo de Acompanhamento tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos da avaliação

Poderá ser constituído um Comité Científico que apoie as atividades do Grupo de Acompanhamento da avaliação em matérias que requeiram conhecimentos técnicos e/ou metodológicos específicos. Este comité deverá pronunciar-se sobre a adequação da metodologia utilizada e a qualidade das análises efetuadas, assim como efetuar recomendações.

O Júri do Concurso será, preferencialmente, constituído por representantes de três entidades integradas na Rede de M&A e envolvidas no objeto da avaliação. Em situações concretas, quando se revelar adequado, o órgão competente para a decisão de contratar poderá designar peritos ou consultores, para apoiarem o júri do concurso no exercício das suas funções, podendo aqueles participar, sem direito de voto, nas reuniões do júri. O júri hierarquizará as propostas através da aplicação do Modelo de avaliação das propostas com os respetivos critérios de adjudicação e apresentará uma proposta de adjudicação.

Na última fase do processo avaliativo, cabe à entidade adjudicante elaborar os produtos de divulgação que forem definidos na estratégia de comunicação, estabelecida durante a elaboração do caderno de encargos, como sendo da sua responsabilidade e construir a sua própria interpretação das conclusões do estudo e divulgar estes produtos e os elaborados pelo avaliador (incluídos no Caderno de Encargos ou propostos pelo próprio avaliador) ou de responsabilidade mista. A entidade adjudicante tem ainda como responsabilidade o envio à CE das avaliações e a disponibilização nos respetivos sítios web. Cabe-lhe igualmente conduzir o processo de follow-up de cada avaliação (sob coordenação geral da AD&C), nomeadamente, junto de outras entidades igualmente destinatárias de recomendações da avaliação. O Grupo de Acompanhamento, enquanto conjunto de entidades interessadas na avaliação e principais destinatários das conclusões e recomendações, é o principal responsável pelo seu uso sistemático, implementando os mecanismos de follow-up nas respetivas entidades e potenciando a divulgação dos resultados junto dos seus públicos específicos.

O Comité de Acompanhamento dos programas analisa as avaliações e efetua o adequado acompanhamento das conclusões e recomendações, monitorizando as medidas adotadas pela AG.

Quadro regulamentar

FEEI (...) O comité de acompanhamento pode fazer observações à autoridade de gestão sobre a execução do programa e a sua avaliação, incluindo ações relacionadas com a redução dos encargos administrativos dos beneficiários. Compete ao comité de acompanhamento monitorizar as medidas tomadas na sequência dessas observações (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 49º 4).

(...) Todas as avaliações são analisadas pelo comité de acompanhamento (...). (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 56º 3).

(...) Durante o período de programação, a autoridade de gestão (...) assegura que as avaliações estão sujeitas ao acompanhamento adequado em conformidade com as regras específicas dos Fundos. (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 56º 3).

FEDER/FC/FSE (...) O comité de acompanhamento examina, em especial: (...) b) o seguimento dado às conclusões das avaliações (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 110º 1).

Compete à Agência, I.P. (...) Participar no acompanhamento dos exercícios de avaliação do Portugal 2020 e dos respetivos programas (D.L. n.º 137/2014 artigo 12º u).

FEADER Compete à CCN (...) b) Emitir orientações técnicas sobre os exercícios de avaliação referidos na alínea d) do artigo 13.º, participar no processo de seleção das entidades que as vão realizar, acompanhar os exercícios de avaliação e emitir parecer sobre os correspondentes relatórios intercalares e finais (...) (D.L. n.º 137/2014 artigo 16º).

FEAMP Compete à CCF (...) Pronunciar -se sobre os relatórios intercalares e finais de avaliação do Mar 2020 (...). (D.L. n.º 137/2014 artigo 18º).

Quadro 5 - Principais atores e respetivas funções (síntese)

	Entidades/Órgãos	Funções
Planeamento / Preparação	EC (inclui Redes da CE)	Emitir orientações para a elaboração e implementação do PGA PT2020)
	CIC	Aprovar o PGA PT2020
	Rede M&A	Coordenar e articular a elaboração do PGA PT2020
	Comité de Acompanhamento PO	Aprovar e analisar a elaboração do PGA PT2020
	Entidade adjudicante da Avaliação	Assegurar a coordenação da avaliação. Elaborar as peças concursais e assegurar todas as atividades associadas ao lançamento do concurso.
	Grupo de Acompanhamento (pode incluir Comité Científico)	Contribuir para a definição das especificações técnicas. Caso necessário, será constituído um Comité Científico que apoie o grupo de acompanhamento em aspetos técnicos e metodológicos.
	Júri do Concurso	Apresentar uma proposta de adjudicação do avaliador
Implementação	Entidade adjudicante da Avaliação	Assegurar os esclarecimentos e prestar o apoio necessários à realização da avaliação. Coordenar o Grupo de Acompanhamento.
	Grupo de Acompanhamento (pode incluir Comité Científico)	Contribuir para o garante do cumprimento das especificações técnicas. Prestar, caso se revele adequado, apoio ao Grupo de Acompanhamento da avaliação em aspetos técnicos e metodológicos
Follow-up e Comunicação	Entidade adjudicante da Avaliação	Assegurar o adequado acompanhamento da implementação das recomendações e a componente que lhe for atribuída de divulgação dos resultados das avaliações
	Grupo de Acompanhamento	Em articulação com a entidade adjudicante, acompanhar o follow up das recomendações e divulgação o resultado das avaliações
	Comité de Acompanhamento PO	Analisar as avaliações Acompanhar o seguimento da implementação das recomendações

2.4. Utilização dos resultados das avaliações e acompanhamento da implementação das recomendações

2.4.1. A utilização dos resultados das avaliações

O objetivo primordial do processo avaliativo é assegurar o uso alargado e sistemático dos resultados das avaliações, promover a aprendizagem e apoiar a tomada de decisão, tendo em vista a melhoria dos processos e das intervenções. Medir o nível de utilização da avaliação significa encontrar evidências de mudanças nas práticas das organizações e nas políticas induzidas pelos conhecimentos adquiridos nas avaliações.

Deste modo, a implementação do PGA PT2020 e, em especial, do Plano de Avaliação do NORTE 2020 deverá considerar que a utilização eficaz dos resultados das avaliações depende, entre outros, dos seguintes fatores:

- a relevância da avaliação para quem a contrata é um fator que influencia o nível de utilização da avaliação, considerando que a avaliação não é um mero exercício administrativo de resposta a exigências legais, mas que os seus resultados respondem a necessidades de informação para a tomada de decisão. Os resultados da avaliação merecem, assim, reflexão, respostas adequadas e disseminação por parte dos responsáveis da organização adjudicante;
- a importância relativa da avaliação no processo de decisão política, pois a avaliação é considerada uma das fases relevantes do processo de decisão, por parte dos decisores políticos e de gestão. Os resultados da avaliação, mesmo que reconhecidamente úteis, bem comunicados e debatidos, concorrem com outros fatores na decisão política. É obrigação das entidades que encomendam a avaliação não só construir um bom argumentário que sustente a utilidade dos resultados para a decisão política mas também encontrar complementaridades e compromissos com outros fatores concorrentes;
- o sentido de oportunidade da avaliação, visto que a decisão política tem tempos de oportunidade que devem ser tidos em conta na definição dos tempos da avaliação. Importantes resultados das avaliações podem deixar de ser utilizados se não forem disponibilizados de acordo com a oportunidade determinada pela necessidade da tomada de decisão;
- o sentido de apropriação dos resultados da avaliação, pois os resultados serão tanto mais apropriados e utilizados quanto maior for o grau de envolvimento dos “stakeholders” (incluindo os decisores políticos) ao longo do processo de avaliação, tendo em conta que cada um dos intervenientes no processo tenderá a influenciar o exercício de avaliação para responder às suas necessidades de tomada de decisão;
- a construção de conhecimento derivado dos estudos de avaliação. A uma realidade social e económica e a uma intervenção política complexa, a avaliação tem vindo a responder com avaliações de programas ou temáticas na tentativa de melhor compreender os efeitos causais das intervenções. No entanto, tendo em vista a informação a colocar à disposição dos responsáveis e decisores políticos, este processo deve ser complementado com outros produtos que incluam, nomeadamente, a sistematização das evidências e das principais mensagens resultantes das diferentes avaliações sobre uma determinada temática, a meta-análises, a conjugação das

conclusões das avaliações com outros estudos de investigação ou fontes estatísticas. Este exercício permitirá igualmente a identificação da necessidade da realização de novas avaliações.

2.4.2. Acompanhamento da implementação das recomendações

Um dos fatores de sustentação do uso das avaliações reside no processo de acompanhamento da implementação das recomendações (follow-up) que se pretende valorizar no PGA PT2020 através da criação de instrumentos específicos para o efeito. Será implementada a seguinte estratégia.

Objetivo geral
Responsabilizar, monitorizar e prestar contas sobre o uso (quem, como e quando) das conclusões e recomendações das avaliações e promover a aprendizagem organizacional, tendo em vista contribuir para a melhoria dos programas e das políticas públicas.
Medidas
<ul style="list-style-type: none"> Definição da entidade responsável pelo follow-up das recomendações de cada avaliação. Elaboração de uma grelha de follow-up, na qual se descreve, entre outras, a recomendação, a interpretação da recomendação pela entidade responsável pelo follow-up, a decisão de aceitação e respetiva justificação. Elaboração de um plano de ação para a implementação das recomendações aceites, que inclua, entre outras, iniciativas de implementação da recomendação a promover, o seu estado de concretização, as entidades responsáveis pela implementação destas iniciativas, calendarização e orçamento/recursos. Inclusão dos resultados do follow-up nos Relatórios Anuais dos PO.
Entidades envolvidas
<ul style="list-style-type: none"> Entidade responsável pela gestão do follow-up das avaliações do PT2020: AD&C, na qualidade de coordenadora da Rede M&A. Entidade responsável pelo follow-up da avaliação: entidade adjudicante. Entidades responsáveis pela implementação das recomendações: a definir de acordo com cada recomendação.
Quadro regulamentar
FEDER/FC/FSE O comité de acompanhamento examina (...) b) (...) o seguimento dado às conclusões das avaliações (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 110º 1).

O processo de *follow-up* está desenvolvido no documento autónomo “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*)”.

2.5. Comunicação dos resultados das avaliações

A comunicação das conclusões e recomendações das avaliações tem um papel fundamental na concretização dos princípios da utilidade, da transparência e da aprendizagem.

Uma sistemática comunicação interna entre todos os “stakeholders” integrantes do Grupo de Acompanhamento, ao longo do processo de avaliação, permite que as tomadas de decisão sejam informadas e refletidas e que a aprendizagem contínua se reflita na melhoria do processo avaliativo.

A utilidade de uma avaliação cumpre-se quando os seus resultados são conhecidos, compreendidos e utilizados. Uma cuidada comunicação externa sobre os resultados da avaliação, com suportes comunicacionais, mensagens, tecnicidade e linguagens adaptadas a diferentes destinatários, permite uma melhor compreensão dos propósitos e resultados da avaliação, potenciando a sua utilização e dando resposta ao princípio da transparência na prestação de contas aos cidadãos. Não menos importante, permite uma maior responsabilização dos decisores e responsáveis das políticas e dos programas públicos pelos resultados alcançados face aos objetivos inicialmente estabelecidos e prometidos, fruto sobretudo de um debate público mais informado.

Quadro regulamentar

(...) Todas as avaliações são tornadas públicas (REG. (UE) n.º 1303/2013 artigo 54º 4).
 (...) Todas as avaliações são (...) transmitidas à Comissão (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 56º 3).
 (...) Todas as avaliações são tornadas públicas e apresentadas nas comissões de acompanhamento dos PO abrangidos, devendo ser implementados mecanismos de seguimento das recomendações das avaliações (D.L. n.º 137/2014 artigo 51º 3)
 Sistema de avaliação da aplicação dos FEEI – Contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação e prestação de contas e para a afirmação da importância dos resultados das avaliações dos programas e das intervenções na tomada de decisão política, serão promovidas avaliações de impacto (multi-método) em áreas consideradas estratégicas e aprofundados os mecanismos de divulgação e debate público (no Acordo de Parceria – capítulo sobre Coordenação operacional entre FEEI).

Neste contexto, para além de ser aconselhável estabilizar, entre os “stakeholders” do Grupo de Acompanhamento, os procedimentos de comunicação interna a observar ao longo do exercício de avaliação, importa que se reflita sobre a comunicação dos resultados da avaliação na fase de planeamento/preparação das avaliações: a quem se destina a avaliação? Que tipos de questões da avaliação são importantes para cada tipo de destinatários? Que tipo de produtos devem ser produzidos para que destinatários? Quem é responsável pela produção dos produtos de comunicação (equipa de avaliadores, adjudicante, “stakeholders”)? Como pretendem os

diferentes interessados na avaliação utilizar interna e externamente os resultados da avaliação?
Que ações de divulgação e se pretende realizar e com que destinatários?

É esta reflexão inicial que permitirá introduzir no caderno de encargos as solicitações específicas relativas a produtos e ações de comunicação adequados a diferentes destinatários. A estratégia global de comunicação no âmbito do PGA PT2020 tem os atributos que se seguem.

Objetivo geral
Divulgar os resultados das avaliações ao nível político, institucional e público, potenciando o debate sobre os mesmos, a fim de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação e de prestação de contas e para a valorização dos processos de avaliação na tomada de decisão e na ação para a mudança.
Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar o uso das avaliações nos processos de decisão política e de gestão dos programas. • Divulgar os resultados das avaliações através de diversos meios de comunicação, de ações de informação/formação e com suporte em produtos de comunicação apropriados aos públicos a que se destinam. • Promover um debate público alargado sobre o processo e os resultados das avaliações, aberto ao questionamento e ao contraditório por pares, peritos e responsáveis de política. • Aprofundar conhecimento através da criação de um repositório de conclusões e evidências sobre as temáticas avaliadas.
Princípios orientadores
<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência e adequação: produzir produtos/ações de natureza diversa adequados a públicos-alvo distintos. • Legibilidade e utilidade: investir na simplificação da linguagem técnica e em formatos atrativos de comunicação para melhorar o entendimento e a utilidade das avaliações. • Coerência: consensualizar e conferir uma lógica de conjunto aos produtos e às ações de divulgação pública das avaliações produzidas no âmbito dos FEEI.
Processo a implementar por exercício de avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • Definir, incorporando os contributos dos “stakeholders” integrados no Grupo de Acompanhamento, as especificidades de comunicação de cada exercício de avaliação (produtos e ações por destinatário). • Especificar, no caderno de encargos da avaliação, a estratégia de comunicação pretendida e solicitar aos avaliadores o aprofundamento da mesma e a especificação da participação da equipa de avaliadores em ações de divulgação e debate (podendo este aprofundamento ser um dos critérios de seleção das propostas). • Promover ações de divulgação dos resultados de avaliação, com base nos produtos de comunicação desenvolvidos, ponderando o recurso a especialistas de comunicação, nomeadamente para tornar o conteúdo, em termos de linguagem, adequado aos públicos-alvo.
Destinatários
<p>No âmbito de cada exercício de avaliação serão identificados os destinatários específicos para a divulgação dos resultados da avaliação, considerando deste já os seguintes segmentos de destinatários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Autoridades de Gestão e de Coordenação dos FEEI • Comissão Europeia • Comitês de Acompanhamento • Decisores políticos (Governo e Ministérios) • Assembleia da República (Comissões Parlamentares) • Organismos Intermédios • Administração Pública central, regional e local • Cidadãos • Comunicação social/jornalistas

- Instituições de ensino superior e centros de investigação
- Avaliadores
- Parceiros Sociais
- Destinatários e beneficiários dos programas

Produtos

A adequação dos produtos de comunicação aos destinatários a abranger é um fator chave para potenciar a compreensão e, como consequência, a utilidade e a utilização dos resultados da avaliação.

Na estratégia de comunicação do PGA PT2020 consideram-se como produtos de base os que se apresentam na tabela seguinte. O Relatório Final, o Sumário Executivo e o “Policy Brief” são produtos comuns à comunicação das diversas avaliações, enquanto os restantes serão selecionados consoante a especificidade de cada avaliação. Existe, no entanto, flexibilidade para poderem ser definidos outros produtos para dar resposta a necessidades específicas.

Quadro 6 - Produtos e destinatários de comunicação dos resultados das avaliações

Tipo de produtos de comunicação	Características	Principais destinatários
Relatório final (incluindo anexos)	Documento base do estudo donde sairão todos os outros documentos de comunicação. Deve especificar-se no caderno de encargos os conteúdos e formato exigido. Desenhado de modo a que diferentes partes do relatório se dirijam a diferentes públicos (especificados no índice – interativo no caso da publicação digital).	<ul style="list-style-type: none"> • Adjudicante(s) da avaliação • “Stakeholders” (membros do Grupo de Acompanhamento) • Decisores políticos • Comissão Europeia • Responsáveis de entidades públicas interessadas
Sumário Executivo e Executive Summary	Documento autónomo do Relatório com uma importância central – divulgação abrangente e operacional. Importante documento para decisores políticos. Deve ser sintético e evidenciar as recomendações. Deve apresentar um encadeamento lógico entre: contexto, metodologias e condicionantes, conclusões e recomendações. O <i>Executive Summary</i> assegura uma difusão mais extensa e permite uma utilização global, nomeadamente por parte dos outros Estados-Membros.	<ul style="list-style-type: none"> • Adjudicante (s) da avaliação • “Stakeholders” • Decisores políticos • Comissão Europeia • Responsáveis de entidades públicas interessadas • Comunicação social • Cidadãos
“Policy briefs”	Documento (1/2 páginas) que deriva do sumário executivo mas mais condensado e com uma linguagem menos técnica. Apresenta a relevância e pertinência do objeto da avaliação, os principais resultados e as principais recomendações.	<ul style="list-style-type: none"> • Decisores políticos • Comissão Europeia • Comunicação social • Cidadãos <p>(Documento para distribuir em sessões de divulgação)</p>
Comunicado de imprensa	Documento para servir de base à publicação de notícias ou divulgação de eventos ligados à avaliação. Pode transcrever os conteúdos do “policy briefs” mas com linguagem apropriada aos <i>media</i> .	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação social
Notícias	Notícias com as principais conclusões e recomendações para divulgar nas <i>newsletters</i> e boletins internos dos “stakeholders”. Os	<ul style="list-style-type: none"> • “Stakeholders” internos e externos

	conteúdos derivam dos “policy briefs” mas com linguagem acessível.	
PowerPoint	Documento de suporte a apresentações públicas sobre os resultados da avaliação. Pode ser construído para servir vários níveis de público.	<ul style="list-style-type: none"> • Adjudicantes das avaliações • “Stakeholders”
Infográficos	Documentos nos quais a informação é transmitida com uma linguagem rigorosa mas não técnica, transposta para gráficos e imagens (desenhos) de fácil leitura e perceção o mais ampla possível. Os Infográficos para a <i>web</i> podem ser animados e com voz.	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação Social • Cidadãos (p.e. através da divulgação em <i>websites</i>)
Posters	Cartaz de grande formato (p.e.: 1,20cmx90cm), usual nas apresentações científicas. Apresenta uma informação sucinta mas mais desenvolvida que os “policy briefs”. Têm um carácter predominantemente académico. Interessa descrever a metodologia. Podem servir de apoio a apresentações públicas mas também podem estar em exposição sem mediação.	<ul style="list-style-type: none"> • Adjudicantes das avaliações • “Stakeholders” • Comissão Europeia • Académicos • Avaliadores • Especialistas na temática
Vídeos	Documento para apresentação de resultados das avaliações de uma forma mais viva e com possibilidade de ser ilustrada com testemunhos ou casos concretos (<i>story telling</i>). São bons materiais para divulgação nomeadamente em <i>websites</i> .	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos
Repositório de evidências	Documento em aberto ao qual se vão juntando os resultados, as evidências, as principais mensagens e as lições resultantes dos exercícios de avaliação e estabelecendo interligações com outras investigações e dados estatísticos, de forma a consolidar conhecimento que informe a decisão política e identifique áreas temáticas com défices de avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> • Decisores políticos • Comissão Europeia • Responsáveis de entidades públicas interessadas • Académicos • Avaliadores • Especialistas na temática

A estratégia de comunicação de cada exercício de avaliação deverá explicitar quem são os responsáveis pelos produtos: i) determinados produtos (caso dos relatórios, dos sumários executivos) são necessariamente da responsabilidade das equipas de avaliação, que ao longo do processo terão em consideração o parecer conjunto do Grupo de Acompanhamento, embora mantendo a independência dos seus juízos de valor; ii) outros produtos serão fundamentalmente da responsabilidade dos adjudicantes, que devem elaborar e priorizar as suas próprias conclusões e recomendações a partir da sua interpretação das conclusões dos avaliadores (caso, p.e., dos “policy briefs” e dos comunicados de imprensa); outros ainda poderão ser de responsabilidade mista e concertada.

Ações de divulgação e debate público:

Dando continuidade à estratégia de comunicação do QREN, apresenta-se no quadro seguinte um conjunto de ações de divulgação a desenvolver no período 2014-2020. As primeiras ações serão desenvolvidas para todos os exercícios de avaliação, enquanto as seguintes serão

definidas para cada avaliação, em função da sua adequabilidade face ao exercício de avaliação e aos públicos a que se pretende dar a conhecer os resultados da mesma.

Quadro 7 - Exemplos de ações de divulgação

Ação	Características	Principais destinatários
Reuniões	Apresentação e debate sobre resultados e recomendações, tendo em vista potenciar a importância dos estudos de avaliação no processo de decisão política e implicar os órgãos políticos, nomeadamente, nos mecanismos de acompanhamento da implementação das recomendações.	<ul style="list-style-type: none"> • Decisores políticos • Responsáveis de entidades públicas • Comissão Europeia • Comissões parlamentares pertinentes
Divulgação nos websites pertinentes	Divulgar os produtos produzidos pelo estudo a fim de possibilitar a utilização alargada da informação e servir de base para estudos posteriores sobre a temática (à semelhança do que foi desenvolvido durante a vigência do QREN).	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os destinatários
Apresentação pública (conferência, seminário...)	Apresentações feitas pelos avaliadores, promotores da avaliação, peritos na temática, responsáveis da política (à semelhança dos <i>workshops</i> temáticos de divulgação de resultados de avaliações do QREN). Pode realizar-se em formato de painel de discussão com a participação de “Critical Friends” (peritos na matéria encarregues de colocar as questões mais críticas e pertinentes).	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridades de Gestão dos FEEI • Decisores políticos • Comissão Europeia • Responsáveis de entidades públicas • Investigadores • Avaliadores • Cidadãos
Outras conferências	Apresentação do estudo em outras conferências sobre a temática (nacionais e/ou internacionais).	<ul style="list-style-type: none"> • Universidades/Investigadores
Workshops	<i>Workshops</i> informativos e formativos.	<ul style="list-style-type: none"> • Destinatários e beneficiários de projetos cofinanciados pelos FEEI
Ações de divulgação promovidas pelos “stakeholders”	Incentivar os “stakeholders” integrados no Grupo de Acompanhamento da avaliação a promoverem ações de divulgação	<ul style="list-style-type: none"> • Destinatários pertinentes para os “stakeholders”
Comunicado de imprensa	Envio de comunicado de imprensa (com convocação de conferência de imprensa se for caso disso), para divulgação do estudo e/ou divulgação da conferência de debate público;	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação social
Entrevistas	Demonstrar o interesse da temática à comunicação social e a disponibilidade para o aprofundar através de entrevistas (e.g., a atores-chave das intervenções; a responsáveis da política avaliada; a responsáveis pelo estudo de avaliação) em órgãos de comunicação escrita, TV e rádio.	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação social • Cidadãos
Divulgação em redes sociais	Divulgação do estudo (principais conclusões e recomendações) nas redes sociais (Facebook; Twiter; Blogs) dos adjudicantes da avaliação e restantes “stakeholders”.	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os destinatários

As ações que implicam a participação da equipa de avaliadores serão especificadas no caderno de encargos. A programação das ações deve ser realizada em interligação com os responsáveis pela comunicação das entidades adjudicantes.

Importa ainda considerar a Comissão Europeia como um destinatário relevante da comunicação do processo e dos resultados das avaliações do PT2020. Considerando as avaliações como uma fonte importante de conhecimento, a comunicação do PGA deve contribuir para um repositório ao nível da UE (alimentado pelos Estados-Membros através do SFC) de relatórios de avaliação, de termos de referência, de metodologias de avaliação inovadoras, de processos participados, de resultados de políticas com evidências credíveis e robustas, permitindo enriquecer a comunidade de avaliação e construir meta-análises de evidências para a construção da política europeia. Neste sentido, os Termos de Referência e os Relatórios das avaliações serão submetidos no SFC (Structural Funds Common database).

2.6. Capacitação em avaliação

A capacitação em avaliação tem sido fortemente impulsionada para responder quer às exigências da CE na avaliação de programas cofinanciados, quer às necessidades de avaliação das políticas públicas em geral. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de se criar e consolidar uma cultura de avaliação. A construção de sólidas competências e capacidades em avaliação é uma tarefa complexa, que, como se explicita no Guia Evalsed, é tanto mais bem-sucedida e consistente quanto se dirige aos vários níveis possíveis de capacitação.

Níveis possíveis de capacitação e respetivos objetivos

- Individual – investir na aquisição de competências através da experiência profissional, da formação profissional e/ou da disponibilizada por instituições de ensino superior;
- Organizacional – promover a integração da avaliação na gestão da organização, a criação de mecanismos de acompanhamento da implementação das recomendações, o recurso à avaliação e ao repositório de evidências como fonte de melhoria da gestão e da decisão política;
- Inter-organizacional – promover a criação de redes de coordenação entre organizações que assegurem a consistência e a qualidade das várias fases dos processos de avaliação e o desenvolvimento de um mercado de avaliação com regras claras e baseado em standards de qualidade da avaliação que incentive a capacitação dos avaliadores;
- Societal – fomentar hábitos de escrutínio dos resultados das políticas públicas na sociedade, através da divulgação e do debate sobre os resultados das avaliações, criando-se, assim, condições para uma maior responsabilização dos decisores perante os seus constituintes e para a utilização desses resultados na decisão política.

Embora circunscrito à avaliação dos programas cofinanciados pelos FEEI, as ações de capacitação a implementar no âmbito do PGA PT2020 têm por objetivo reforçar as competências dos níveis referidos. A estratégia global de capacitação no âmbito do PGA PT2020 tem os atributos que se seguem.

Objetivo geral
Desenvolver competências e capacitar para a avaliação as entidades com responsabilidades na governação dos FEEI e outras entidades da Administração Pública, central regional e local envolvidas na formulação, operacionalização e avaliação de programas e políticas públicas.
Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> • aprofundar o conhecimento sobre conceitos, métodos e técnicas de avaliação; • aprofundar o conhecimento sobre métodos de avaliação adequados aos objetivos dos estudos, às especificidades dos setores/objetos de estudo, o âmbito da problemática, ao grau de territorialização e ao estágio de desenvolvimento das políticas/programas/intervenções a avaliar; • qualificar os processos de avaliação capacitando para a produção de cadernos de encargos de qualidade, a elaboração de pareceres tecnicamente sustentados e a exigência de resultados credíveis.
Princípios orientadores
<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência – mobilizar um número alargado e diversificado de entidades e atores. • Utilidade – atender às necessidades dos participantes e criar competências que permitam a mobilização das aprendizagens na resolução de problemas concretos. • Qualidade – envolver instituições do ensino superior, centros de investigação e peritos no processo de capacitação. • Participação e reflexividade – estimular a autoinformação e autoaprendizagem contínua.
Medidas
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar um diagnóstico de necessidades de formação no âmbito, nomeadamente, da Rede M&A • Realizar ações de capacitação de conteúdo, abrangência, formato e público-alvo diversificado. • Estabelecer protocolos de colaboração com instituições do ensino superior. • Instituir práticas, nomeadamente no seio da Rede M&A, que viabilizem a divulgação e o debate sobre a informação e o conhecimento adquiridos nas redes da UE ou noutros fóruns de avaliação. • Desenvolver mecanismos de cooperação e aprendizagem colaborativa, nomeadamente no quadro da Rede M&A, motivando os participantes a partilhar e a construir conhecimento. • Acompanhar as boas práticas no domínio da M&A a nível internacional, nomeadamente através da participação ativa em cursos, workshops e conferências internacionais onde se discutam experiências e inovações neste domínio.
<ul style="list-style-type: none"> • Responsáveis e técnicos das entidades com responsabilidade na governação dos FEEI (AD&C, organismos integrantes da CCN do FEADER, organismos integrantes da CCF do FEAMP e Autoridades de Gestão e respetivos organismos intermédios). • Outras entidades públicas centrais, regionais e locais com responsabilidades no planeamento, na execução e na avaliação de programas e políticas públicas.
Exemplos de ações
<ul style="list-style-type: none"> • Formações específicas de curta-média duração (p.e., lecionadas em instituições do ensino superior ou organizadas por um programa mobilizando formadores e avaliadores experientes). • Ações de formação no contexto de reuniões da Rede de M&A (com eventual participação de peritos externos).

- Construção de práticas e de ferramentas adequadas e atribuição de funções e responsabilidades que permitam a cooperação e a aprendizagem colaborativa entre os participantes na Rede de M&A (difusão de informação, benchmarking de boas práticas, reflexão e debate informal e construção de conhecimento sobre avaliação).
- Tradução, publicação e divulgação de guias metodológicos (p.e., da CE) e outros documentos e publicações sobre avaliação.
- Divulgação e mobilização para a participação em cursos, ações de formação, seminários e conferências internacionais sobre avaliação.
- Participação em redes/fóruns nacionais e europeus sobre avaliação (p.e., dinamizadas pela CE) e partilha do conhecimento aí adquirido, no âmbito da Rede M&A.
- Organização e participação em eventos de divulgação de resultados das avaliações.

Quadro regulamentar

(...) Compete aos Estados-Membros garantir uma capacidade de avaliação adequada (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 56º 2).

(...) Rede de M&A, enquanto instância de coordenação do Sistema [de avaliação da aplicação dos FEEI] e de capacitação institucional (no Acordo de Parceria – capítulo sobre Coordenação operacional entre FEEI - Sistema de avaliação da aplicação dos FEEI).

(...) A coordenação do Portugal 2020 e a sua capacitação institucional são garantidas através da criação e dinamização de redes de articulação funcional, sem prejuízo das competências das autoridades de gestão [Rede de articulação funcional - Rede de M&A] (D.L. n.º 137/2014 artigo 61.º).

Promover a realização de ações de formação e disseminação de conhecimento, tendo em vista o desenvolvimento de competências e a capacitação da administração pública em matéria de avaliação de políticas e programas. - Competências da Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica. (Portaria n.º 351/2013 – Estatutos AD&C (artigo 6º f)).

3. Planeamento das avaliações

3.1. Listagem e calendarização indicativa das avaliações a realizar

O cronograma de realização das avaliações do PGA PT2020 é planeado considerando, nomeadamente, os seguintes fatores: (i) o período necessário para a produção de impactos (no caso das avaliações de impacto); (ii) as necessidades de análises aprofundadas para a melhoria da programação/implementação dos programas atuais e/ou futuros, de forma a assegurar a oportunidade e a utilidade das avaliações; (iii) as necessidades de reporte; (iv) um período de três meses para a seleção da equipa de avaliação.

A lista de avaliações que se apresenta em seguida, consensualizada na Rede M&A, reflete a aplicação dos princípios orientadores apresentados no Capítulo 1, que se materializam nos pontos que em seguida se salientam.

Equilíbrio entre os diferentes fundos, sobretudo FEDER/FC e FSE, uma vez que as avaliações específicas do PO MAR e dos PDR 2020 não são aqui consideradas. Estes fundos apenas são considerados neste Plano quando associadas a avaliações Multi-PO. Verifica-se uma predominância das avaliações Multi-PO devido ao predomínio das avaliações transversais (globais, temáticas e territoriais). As avaliações que abrangem um único PO são, salvo raras exceções (p.e., IEJ), avaliações de programa.

Quadro 8 - Síntese das avaliações por fundo, abrangência de PO e tipo de avaliação

Incidência		Fundo		
		FEADER FEAMP	FEDER/FC	FSE
Global			Multi-PO (4)	
Programa			PO (1)	PO (2)
			Multi-PO (1)	
			PO (8)	
			Multi-PO (2)	
			Multi-PO (1)	
			Multi-PO (5)	
			Multi-PO (1)	
				PO (3)
				Multi-PO (1)
			Multi-PO (1)	
Temáticas	Competitividade e Internacionalização			Multi-PO (5)
	Inclusão Social e Emprego			Multi-PO (1)
	Capital Humano			Multi-PO (5)
	Sustentabilidade		Multi-PO (2)	
	Outras		Multi-PO (1)	
			Multi-PO (1)	
Territorial			Multi-PO (2)	
			Multi-PO (1)	Multi-PO (1)

Nota: Os números correspondem à quantidade de avaliações

Coerência da calendarização das avaliações com os reportes inscritos na regulamentação comunitária. A opção pela elaboração de um conjunto significativo de avaliações até 2019 deve-se à necessidade de obter informação sobre a eficácia, a eficiência e o impacto dos programas em tempo oportuno para a introdução de alterações nos respetivos programas. Esta opção também não é alheia ao facto de haver necessidade de disponibilizar informação para a realização do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria em 2019.

Quadro 9 - Síntese da calendarização das avaliações

Incidência		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
		Calendarização							
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Global							3		1
Programa							8	4	
Temáticas	Competitividade e Internacionalização	1			2	2	1	2	1
	Inclusão Social e Emprego	1			1		3		
	Capital Humano				1		3	1	
	Sustentabilidade	1					2		
	Outras						1		
Territorial		1				2	1		

Nota: As avaliações estão representadas no ano em que terminam;
Os números correspondem à quantidade de avaliações

1 avaliação
>1 e <=5 avaliações
>5 avaliações

Equilíbrio entre os diferentes tipos de avaliação, tendo em consideração a respetiva calendarização:

- Em 2015 realizaram-se as avaliações ex ante dos Instrumentos Financeiros.
- Em 2016 elaboraram-se os cadernos de encargos das avaliações de impacto QREN que estavam previstas para 2016 e que são lançadas em 2017. Tratam-se de avaliações de impacto de intervenções cofinanciadas no período de programação 2007-2013, e que terão continuidade no PT2020. Esta opção permite antecipar algumas avaliações de impacto, nomeadamente em áreas cujos efeitos apenas se produzirão na segunda fase do PT2020. Acresce que, para além das avaliações deverem ser realizadas quando já se estão a produzir efeitos de uma dada intervenção, a disponibilidade da informação que permite a análise destes efeitos não é imediata, sendo necessário entre seis meses a um ano, no mínimo, para a sua disponibilização.
- Em 2017 e 2018 realizaram-se avaliações de processo e as avaliações de impacto QREN anteriormente referidas.

- Em 2019 e 2020 serão concluídas as avaliações de processo, a maioria das avaliações de impacto QREN e, dar-se-á início às primeiras avaliações de impacto referentes ao PT2020, incluindo as meta-análises, como a Avaliação Intercalar do NORTE 2020. Estas meta-análises, globais e de programas, alimentar-se-ão das avaliações de impacto já realizadas e farão análises específicas para as intervenções não cobertas por estes exercícios. Esta opção garantirá que, além de todas as prioridades (ou eixos, no caso dos Fundos da Política da Coesão) serem alvo de avaliações de impacto, também a totalidade dos objetivos específicos será objeto de avaliações de impacto, alguns de forma mais aprofundada, nas avaliações temáticas, e outros através de avaliações mais genéricas (nas avaliações de programa ou globais).
- A partir de 2021 pondera-se a realização de atualizações das avaliações de impacto, isto é, avaliações sobre temáticas anteriormente avaliadas, quer sob a forma de avaliações de processo, de impacto QREN ou de impacto PT2020.

Quadro 10 - Síntese da calendarização das avaliações por tipo de avaliação

Incidência		Calendarização							
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Global							2	1	1
Programa							8	4	
Temáticas	Competitividade e Internacionalização	1			2	2	1	2	1
	Inclusão Social e Emprego	1			1		1	2	
	Capital Humano				1		3	1	
	Sustentabilidade	1					2		
	Outras						1		
Territorial		1				1	1		

Nota: As avaliações estão representadas no ano em que terminam;
Os números correspondem à quantidade de avaliações

Ex ante IF
 Processo PT2020
 Impacto QREN (algumas avaliações incluem processo PT2020)
 Impacto PT2020
 Processo e Impacto PT2020
 Impacto (Meta-análise) e Meta-avaliação

A lista das avaliações a realizar é flexível na medida em que nas revisões do PGA PT2020 podem ser excluídas avaliações programadas e incluídos novos exercícios de avaliação que se considerem necessários à data. Poderão, igualmente, vir a ser incluídas no PGA PT2020 outras avaliações a realizar por entidades da administração pública que incidam em políticas públicas cofinanciadas pelos fundos comunitários.

Para que um Plano de Avaliação deste âmbito possa ter as melhores condições para ser bem-sucedido é importante desenvolver outras ações que aumentem a eficiência e eficácia da gestão e elevar o conhecimento de técnicas de avaliação que permitam potenciar os seus resultados.

Deste modo, devem ser desenvolvidas ações que salientem a importância da avaliação das políticas públicas e, em particular, das financiadas pelos Fundos Estruturais. Essas ações visam o aparecimento de novos atores e avaliadores, permitindo-se, deste modo, alargar um mercado que tem, em Portugal e na Região do Norte, uma oferta extremamente exígua e que, por essa razão, é determinado por ela. Essas ações podem e devem ser dinamizadas em articulação com outros agentes envolvidos na gestão dos Fundos Estruturais à escala nacional, em especial a AD&C. Na prática, estas ações podem concretizar-se através do apoio à realização de trabalhos académicos e seminários sobre as questões de avaliação e à participação de agentes regionais e nacionais em redes europeias e mundiais associadas a este mesmo tema.

Dada a especificidade do PDR e do PO MAR, que incluem nos próprios programas as avaliações a realizar, a lista seguinte não inclui as suas avaliações. Assim, estes programas surgem nesta lista apenas nas avaliações transversais a outros programas do PT2020.

No quadro seguinte são apresentados apenas os exercícios de avaliação em que o PO Norte possa ser abrangido e não a totalidade das avaliações constantes dos quadros anteriores.

Quadro 11 - Lista das avaliações previstas no PGA PT2020 que abrangem o NORTE 2020 – Atualização 2020

Lista de avaliações PT 2020		Tipo de Avaliação	Calendarização de realização												Programas																
			Processo (P) Impacto (I) ABT (Avaliação Baseada na Teoria) ACF (Avaliação Contrafactual)		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PO CI	PO CH	PO ISE	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALENTEJO	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA	PDR CONTIN	PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020				
					Semestres																										
					1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º																1º	2º	1º	2º
Global	1. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a realização da estratégia UE 2020 / PNR	I (meta-análise) ABT																													
	3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020	I ABT																													
	5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar	I (meta-análise) ABT																													
	6. Meta-avaliação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020	Meta-avaliação																													
Programa	11. Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do PO NORTE (Avaliação Intercalar)	I (meta-análise) ACF ABT																													
Temáticas	Competitividade e Internacionalização	18. Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas	I (QREN) ACF																												
		19. Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020	P																												
		20. Avaliação do impacto do Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial na concorrência	I ACF e ABT																												
		21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento	I (QREN) / P (PT2020) ABT																												
		22. Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública	I (QREN) / P (PT2020) ABT																												
		23. Avaliação da implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados	P																												
		24. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a concretização das Estratégias RIS 3	I ABT																												
		25. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a internacionalização	I ABT																												
	Inclusão Social e Emprego	26. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para o apoio direto às empresas (Lote 1)	Ex ante IF																												
		31. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a inovação e empreendedorismo social, para o microempreendedorismo e criação do próprio emprego e para os empréstimos a estudantes do ensino superior (Lote 2)	Ex ante IF																												
		32. Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada	I (QREN e PT2020) ABT																												
		Capital Humano	34a) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho dos adultos	I ACF ABT																											
	34b) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados																														
	35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens		I ACF ABT																												
	Sustentabilidade	38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono	P I ABT																												
		40. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos (Lote 3)	Ex ante IF																												
	Outras	41. Avaliação da aplicação dos custos simplificados	P																												
Territorial	42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial	P																													
	43. Avaliação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): operacionalização e primeiras realizações	P																													
	48. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas (Lote 4)	Ex ante IF																													

Data de realização da avaliação

Atualização da avaliação (a ponderar)

Avaliações realizadas

Avaliações em curso

A realizar

A ponderar em função da oportunidade de realização e da abrangência da avaliação

● Data de realização da avaliação

■ Atualização da avaliação (a ponderar)

■ Avaliações realizadas

■ Avaliações em curso

● Arealizar

● Aponderar em função da oportunidade de realização e da abrangência da avaliação

3.2. Articulação das avaliações previstas com os objetivos específicos dos programas operacionais

O PGA PT2020 apresenta matrizes que relacionam as avaliações previstas com as prioridades de investimento ou com os objetivos específicos que estruturam cada um dos Programas Operacionais. Nessas matrizes estão representadas apenas as avaliações temáticas e territoriais inscritas no PGA PT2020 (no caso destas últimas somente nas situações em que é possível estabelecer uma relação direta com os objetivos específicos). Estas matrizes são apresentadas no Anexo 1, sendo apenas apresentadas matrizes que contemplam exercícios de avaliação que englobam o NORTE 2020.

Atendendo a que os objetivos específicos são diferenciados entre os vários programas e de modo a permitir uma leitura articulada do seu conteúdo, procedemos à organização das matrizes por tipologias de intervenção. Em regra, um objetivo específico corresponde a uma tipologia de intervenção, mas existem situações em que um objetivo específico inclui mais do que uma tipologia de intervenção.

Desta forma, a representação gráfica permite visualizar os objetivos específicos, apresentados sob a forma de tipologias de intervenção, que serão alvo de avaliações temáticas ou territoriais. Os objetivos específicos não abrangidos por estas avaliações serão analisados nas avaliações de Programa e/ou globais, que não são consideradas nestas matrizes. Apenas é representada a abrangência principal das avaliações (principais tipologias de intervenção/objetivos específicos), por uma questão de simplificação gráfica.

3.3. Especificação das avaliações a realizar

Conforme referido anteriormente, os estudos de avaliação que constam do PGA PT2020 são classificados em avaliações globais, de programas, temáticas e territoriais. As avaliações que abrangem o NORTE 2020, distribuídas por todas estas classificações, são apresentadas neste ponto, na caixa da página a seguir. No âmbito da preparação do PGA PT2020 foi elaborada uma ficha modelo (Anexo 2) para caracterizar os aspetos essenciais de cada um dos exercícios previstos.

Globais
<p>1. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a realização da estratégia UE 2020 / PNR</p> <p>3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020</p> <p>5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar</p> <p>6. Meta-avaliação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020</p>
Programa
<p>11. Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do PO por eixo prioritário (avaliação Intercalar) - PO NORTE</p>
Temáticas
Competitividade e Internacionalização
<p>18. Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas</p> <p>19. Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos</p> <p>20. Avaliação do impacto do Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial na concorrência</p> <p>21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento</p> <p>22. Avaliação do contributo dos FEEI para a capacitação da administração pública</p> <p>23. Avaliação do processo de constituição das estratégias RIS 3: rede e primeiros resultados</p> <p>24. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a concretização das Estratégias RIS 3</p> <p>25. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a internacionalização</p> <p>26. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para o apoio direto às empresas (Lote 1)</p>
Inclusão Social e Emprego
<p>31. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a inovação e empreendedorismo social, para o microempreendedorismo e criação do próprio emprego e para os empréstimos a estudantes do ensino superior (Lote 2)</p>
Capital Humano
<p>32. Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada</p> <p>34a) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho dos adultos</p> <p>34b) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados</p> <p>35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens.</p>
Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos
<p>38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono</p> <p>40. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos (Lote 3)</p>

Outras
41. Avaliação da aplicação dos custos simplificados
Territoriais
42. Avaliação dos processos de convergência e coesão territorial e efeito de medidas de discriminação territorial
43. Avaliação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): operacionalização e primeiras realizações
48. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas (Lote 4)

Inclui-se neste documento, para consulta, as fichas de caracterização de todos estes estudos. Assim, as fichas de caracterização dos exercícios de avaliação globais são apresentadas no Anexo 3, enquanto a ficha da “Avaliação Intercalar do PO Norte” constitui o Anexo 4; as avaliações temáticas são organizadas do seguinte modo: o domínio temático da “Competitividade e Internacionalização” no Anexo 5, o domínio temático “Inclusão Social e Emprego” no Anexo 6, o domínio temático “Capital Humano” no Anexo 7, o domínio temático “Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos” no Anexo 8 e o tema “Outras avaliações temáticas” no Anexo 9; finalmente, as fichas relativas às avaliações territoriais são apresentadas no Anexo 10.

Atualização de 2020 do Plano de Avaliação do NORTE 2020: apresentação e fundamentação das alterações

A revisão de 2019 do Plano Global de Avaliação do PT2020 aprovada, por consulta escrita, na Deliberação n.º 32/2019, de 13 de dezembro de 2019, da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020) apresenta um conjunto de alterações que têm implicações na atualização de 2020 do Plano de Avaliação do NORTE 2020. Estas alterações traduzem-se, fundamentalmente, na revisão da calendarização das avaliações previstas, que se concretiza sobretudo no adiamento de algumas avaliações. Este adiamento justifica-se pelo ajustamento necessário da realização das avaliações ao nível da implementação das intervenções objeto de avaliação. Contudo, também é incluída a eliminação de 2 exercícios de avaliação,

No quadro apresentado a seguir são especificadas as alterações e a respetiva fundamentação da atualização de 2020 do Plano de Avaliação do NORTE 2020.

Apresentação e fundamentação das alterações de 2020 do Plano de Avaliação do NORTE 2020

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DE CALENDÁRIO E RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO

- 1. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a realização da estratégia UE 2020 / PNR** – Avança um semestre (para o 1º semestre de 2020) para ajustar ao ritmo de implementação das intervenções objeto de avaliação.
- 3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020** – Avança um semestre (para o 1º semestre de 2020) para permitir incluir dados de execução reportados ao final de 2019.
- 5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar** – Avança 1 semestre (para o 1º semestre de 2020) para ajustar ao ritmo de implementação das intervenções objeto de avaliação.
- 6. Meta-avaliação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020** – Avança três semestres (para o 2º semestre de 2021) para ajustar ao ritmo de implementação do PGA PT2020.
- 20. Avaliação do impacto do Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial na concorrência** – Avança dois semestres (para o 2º semestre de 2020) pela inexistência de projetos encerrados em número suficiente que permita uma avaliação de impacto.
- 24. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a concretização das Estratégias RIS 3** – A pertinência da realização desta avaliação será ponderada em 2021.
- 25. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a internacionalização** – Avança dois semestres (para o 1º semestre de 2021) pela inexistência de projetos encerrados em número suficiente que permita uma avaliação de impacto.
- 29. Avaliação das medidas de promoção de Inovação social** – Avança um semestre (para o 1º semestre de 2020) para ajustar ao ritmo de implementação das intervenções objeto de avaliação.
- 43. Avaliação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial: operacionalização e primeiras realizações** – Avança dois semestres (para o 2º semestre de 2020) para permitir incorporar as aprendizagens da avaliação em curso (42. Avaliação da operacionalização da abordagem territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial) sobre o mesmo objeto.
- 47. Avaliação da implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): operacionalização e primeiras realizações** – Avança dois semestres (para o 2º semestre de 2020), para permitir incorporar as aprendizagens da avaliação em curso (42. Avaliação da operacionalização da abordagem territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial) sobre o mesmo objeto.
- Estas duas últimas avaliações 43. Pactos e 47. DLBC serão integradas numa única avaliação.

PROPOSTAS DE ELIMINAÇÃO DE AVALIAÇÕES

- 2. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o emprego e a empregabilidade em Portugal** – A componente de empregabilidade será reforçada na Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a realização da estratégia UE 2020 / PNR; a pertinência da realização da avaliação 2 será ponderada, após a finalização das avaliações objeto de meta-avaliação.
- 4. Avaliação do contributo do Portugal 2020 na concretização das medidas do compromisso para o crescimento verde** – Esta será retirada do PGA PT2020 porque se encontra descontextualizada face ao atual cenário político e estratégico, uma vez que o Compromisso para o Crescimento Verde é um documento datado de 2014, em que teve apenas um exercício de monitorização que consta do “Relatório de Monitorização do Compromisso para o Crescimento Verde de 2014-2016”. A Coligação para o Crescimento Verde foi lançada em fevereiro de 2014, integra setenta instituições nacionais, mas presentemente não se encontra com funções executivas.

Apresentação e fundamentação das alterações do Plano de Avaliação do NORTE 2020

OUTRAS ALTERAÇÕES

A avaliação **34. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e empregabilidade dos adultos** foi lançada em dois lotes dando origem a duas avaliações distintas: a **34a) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho dos adultos** e a **34b) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados**.

Conforme referido anteriormente as avaliações **43. Avaliação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial: operacionalização e primeiras realizações** e **47. Avaliação da implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): operacionalização e primeiras realizações** serão integradas num mesmo exercício de avaliação que se passará a designar por **43. Avaliação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): operacionalização e primeiras**

Em síntese e após a revisão de 2020, dos 43 exercícios avaliativos previstos no PGA PT2020, o NORTE 2020 será objeto de análise em 25, sem contabilizar as possíveis atualizações já previstas de alguns estudos de avaliação. Os restantes estudos de avaliação do PGA PT2020 incluem as avaliações intercalares dos restantes programas operacionais do Portugal 2020 (11), ou seja, uma por cada programa operacional do PT2020, bem como cinco estudos temáticos e um territorial. Indica-se a seguir os estudos de avaliação temáticos e territoriais que não abrangem o NORTE 2020 (para conhecer as fichas de caracterização deste conjunto de exercícios deve ser consultado o PGA PT2020).

Temáticas
Inclusão Social e Emprego
27. Avaliação da implementação, eficácia e eficiência da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)
28. Avaliação do impacto da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)
29. Avaliação das medidas de promoção de Inovação social
50. Avaliação do impacto das medidas de emprego apoiadas pela MADEIRA 14-20
Capital Humano
36. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior
Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos
39. Avaliação da implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas
Territoriais
46. Avaliação do impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

Bibliografia

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2015), **Guidance Document on Evaluation Plans**, February.

Disponível na internet: <URL:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2014/working/evaluation_plan_guidance_en.pdf

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2014), **Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European Cohesion Fund European Regional Development Fund – Concepts and Recommendations**, March.

Disponível na internet: <URL:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2014/working/wd_2014_en.pdf

Barca, Fabrizio; McCann, Philip (2011), **Outcome Indicators and targets – Towards a Performance oriented EU Cohesion Policy**, June.

Disponível na internet: <URL:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/doc/performance/outcome_indicators_en.pdf

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2013), **Guidance Document on Monitoring and Evaluation European Cohesion Fund European Regional Development Fund Policy – Guidance for the Terms of Reference for Impact evaluations**, October.

Disponível na internet: <URL:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/guidance_for_impact_evaluation_102013.pdf

Comissão Europeia (2013), **EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development – Evaluation guide**, September.

Disponível na internet: <URL:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/guide/guide_evalsed.pdf

Comissão Europeia (2013), **EVALSED Sourcebook: Method and Technics**, September.

Disponível na internet: <URL:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/guide/evaluation_sourcebook.pdf

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), **Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy European Social Fund – Guidance document**, September.

Disponível na internet: <URL:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=701&langId=en&moreDocuments=yes>

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), **Guidance on Evaluation of the Youth Employment Initiative**, July.

Disponível na internet: <URL:

<http://ec.europa.eu/social/keyDocuments.jsp?advSearchKey=YEl+Evaluation+Guidance+July+2014+%282015%29&mode=advancedSubmit&langId=en&policyArea=&type=0&country=0&year=0>

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), **Guidance Document on Indicators of Public Administration Capacity Building**, June.

Disponível na internet: <URL:

http://www.esfhellas.gr/el/Documents/%CE%91%CE%BE%CE%B9%CE%BF%CE%BB%CF%8C%CE%B3%CE%B7%CF%83%CE%B7/%CE%A3%CE%95%CE%A3/Guidance%20Indicators%20on%20Public%20Administration%20capacity%20building_FINAL.pdf

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, **Guidance on theory-based evaluation**.

Disponível na internet: <URL:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/theory_impact_guidance.pdf

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2012), **Design and Commissioning of Counterfactual Impact Evaluations - A Practical Guidance for ESF Managing Authorities**, October.

Disponível na internet: <URL:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=7646&type=2&furtherPubs=yes>

Governo de Portugal (2014), **Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020**, julho.

Disponível na internet: <URL:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf

Governo de Portugal (2014), **Programas Operacionais Portugal 2020**.

Disponível na internet: <URL: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>

Regulamento (UE) N.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro (disposições comuns relativas aos FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de dezembro de 2013.

Disponível na internet: <URL:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1303&rid=1>

Regulamento (UE) N.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro (relativo ao **Fundo Social Europeu**). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de dezembro de 2013.

Disponível na internet: <URL:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1304&rid=1>

Regulamento (UE) N.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro (relativo ao apoio ao **desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)**). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de dezembro de 2013.

Disponível na internet: <URL:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:347:0487:0548:pt:PDF>

Regulamento (UE) N.º 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio (relativo ao **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)**). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de maio de 2014.

Disponível na internet: <URL:

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0508&from=PT>

Decreto-Lei n.º137/2014 de 12 de setembro (**Modelo de Governação** do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020). *Diário da República n.º 176, 1.ª Série*. Presidência do Conselho de Ministros.

Disponível na internet: <URL:

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/09/17600/0489804926.pdf>

Portaria n.º 351/2013 de 4 de dezembro. *Diário da República n.º 235 -1ª Série (estatutos da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.)* Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças.

Disponível na internet: <URL:

https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/legislacao/legislacao_adc/portaria351_2013.pdf

Anexo 1

Matrizes de representação das avaliações a realizar

DOMÍNIO COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

OT1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (2.328.812.052 € : 26,6% do DT; 11,3% do AP)						
PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
1.1. Reforço da infraestrutura de I&I FEDER	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica
1.2. Investimento das empresas em I&I FEDER	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico
	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial
	19. Implementação SI (P)					
	18. Desempenho empresas (ACF)					
	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação
	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME
	18. Desempenho empresas (ACF)					
	19. Implementação SI (P)					
	20. Inovação Empresarial (ACF e ABT)					
	23. e 24. RIS3 (P e ABT)					
	21. Transferência (ABT)					

OT2 - Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade (294.924.687 € : 3,4% do DT; 1,5% do AP)						
PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT2 e OT3)						
EP. Capacitação Institucional/Capacitar a Administração/Acesso às TIC Utilização e Qualidade						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
2.3. TIC na administração FEDER	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	Promoção das TIC na administração e serviços públicos		Promoção das TIC na administração e serviços públicos	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	Promoção das TIC na administração e serviços públicos
	22. Administração Pública (ABT)					

OT3 - Reforço da Competitividade das PME; nos PO Regionais - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP) (4.477.308.033 € : 51,1% do DT; 21,8% do AP)

PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT2 e OT3)	EP. Reforço da competitividade das PME				
	23. e 24. RIS3 (P e ABT)	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)				
3.1. Promoção do espírito empresarial FEDER	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo
	18. Desempenho empresas (ACF)			19. Implementação SI (P) 21. Transferência (ABT)		
3.2. Novos modelos para as PME, internacionalização FEDER	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME
				25. Internacionalização (ABT)		
3.3. Capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços FEDER	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME
				20. Inovação Empresarial (ACF e ABT)		
3.4. Capacidade das PME de crescerem em mercados regionais FEDER					Investimento empresarial (Açores)	

OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (551.751.874 € : 6,3% do DT; 2,7% do AP)

PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego					
	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)					
8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança FSE		Emprego altamente qualificado nas empresas	Emprego altamente qualificado nas empresas	Emprego altamente qualificado nas empresas		
	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas
					A dotação financeira do OT 8/PI 8.5 está alocada ao DT ISE.	A dotação financeira do OT 8/PI 8.5 está alocada ao DT ISE.
				34. Formação adultos (ACF e ABT)		

OT11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração públicas (249.696.283 € : 2,8% do DT; 1,2% do AP)

PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública					
	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)					
11.1. Capacidades institucionais e eficiência das administrações e dos serviços públicos FSE	Sistema de Requalificação trabalhadores da AP					Sistema de Requalificação trabalhadores da AP
	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos		Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos		Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos
	Formação dos trabalhadores da AP	Formação dos trabalhadores da AP		Formação dos trabalhadores da AP	Formação dos trabalhadores da AP	Formação dos trabalhadores da AP
					34. Formação adultos (ACF e ABT)	
11.2. Capacidades dos agentes da educação, formação, emprego e políticas sociais, através de pactos setoriais e territoriais FSE		Capacitação institucional nas parcerias territoriais		Capacitação institucional nas parcerias territoriais	Capacitação institucional nas parcerias territoriais	
					22. Administração Pública (ABT)	

DOMÍNIO INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (1.453.046.802 € : 40,2% do DT; 7,1% do AP)						
PI Fundo	POISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
8.1. Acesso ao emprego de inativos e desempregados; apoio à mobilidade dos trabalhadores FSE	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral Integração dos jovens no mercado laboral
8.2. Integração jovens no mercado de trabalho, em especial dos NEET, inclusive através da Garantia Jovem FSE	Integração dos jovens no mercado laboral				Integração dos jovens no mercado laboral	
8.2. Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial dos NEET YEI	EP2 Iniciativa Emprego Jovem Iniciativa Emprego Jovem 27. e 28. IEJ (P e ACF/ABT)					50. Medidas de emprego (MADERA 14-20) (ABT)
8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro e PME inovadoras FSE		Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas 31. IF (P)

OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (continuação)						
PI Fundo	POISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego (continuação)						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios FSE	Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada Empreendedorismo feminino		Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada Empreendedorismo feminino	Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada Empreendedorismo feminino	Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada Empreendedorismo feminino	
8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT1 e 3) FSE	Formação de ativos para a empregabilidade		Formação de ativos para a empregabilidade	Formação de ativos para a empregabilidade	Formação de ativos para a empregabilidade Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de ativos para a empregabilidade Formação de empresários e trabalhadores das empresas
8.7. Criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho; aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores FSE	Modernização das instituições do mercado de trabalho Capacitação das entidades do CPDS				Fomento da mobilidade laboral em espaço europeu	Modernização das instituições do mercado de trabalho
8.8. Viveiros de empresas; atividade por conta própria, microempresas, criação de empresas e microempresas FEDER		Promoção de microempreendedorismo		Promoção de microempreendedorismo		
8.9. Crescimento através do desenvolvimento do potencial endógeno FEDER		Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos		Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos		

OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (2.160.611.583 € : 59,8% do DT; 10,5% do AP)						
PI Fundo	PO ISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
9.1. Inclusão ativa; promoção da igualdade de oportunidades; participação ativa e a melhoria da empregabilidade FSE	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade		Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade		Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade
	Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral		Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral		Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral	
	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	Inclusão ativa de grupos vulneráveis
		Projetos Inov./experimentais na área social	Projetos Inov./experimentais na área social	Projetos Inov./experimentais na área social	34. Formação adultos (ACF e ABT)	
				29. Inovação Social (P)		
	Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas		Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas	Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas		
	Intervenções integradas em territórios vulneráveis	Intervenções integradas em territórios vulneráveis	Intervenções integradas em territórios vulneráveis	Intervenções integradas em territórios vulneráveis		
				46. CLDS (ABT)		
	Promoção do voluntariado					

OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
PI Fundo	PO ISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades FSE	Combate às discriminações e aos estereótipos		Combate à violência de género/doméstica	Combate à violência de género/doméstica	Combate à violência de género/doméstica	
9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral FSE	Serviços e redes de intervenção social e de saúde		Serviços e redes de intervenção social e de saúde	Serviços e redes de intervenção social e de saúde	Serviços e redes de intervenção social e de saúde	Serviços e redes de intervenção social e de saúde
9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego FSE	Inovação social 29. Inovação Social (P)				Inovação social	Inovação social 31. IF (P)
9.6. Investimentos no contexto de estratégias de DLBC FSE		Desenvolvimento socioeconómico de base local	Desenvolvimento socioeconómico de base local	Desenvolvimento socioeconómico de base local		
				47. DLBC (P)		

OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
PI Fundo	PO ISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais; Transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária FEDER		Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (serviços hospitalares) Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (serviços de proximidade) Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (cuidados continuados)	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde
9.8. Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais FEDER		Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas EP. Sistema Urbano (OT4;OT6;OT9) Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas EP. Desenvolvimento urbano sustentável (OT4;OT6;OT9) Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas		Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas 48. IF (P)
9.10 Investimentos no contexto de estratégias de DLBC FEDER		Desenvolvimento socioeconómico de base local	Desenvolvimento socioeconómico de base local	Desenvolvimento socioeconómico de base local 47. DLBC (P)		

DOMÍNIO CAPITAL HUMANO

OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida [4.327.255.652 € : 21,0% do AP]						
PI Fundo	PO CH	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida /Desenvolver o Capital Humano/ Reforçar Competências						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso	EP1. Sucesso educativo; abandono escolar; qualificação dos jovens para a empregabilidade	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	
	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar
FSE	EP4. Qualidade e inovação do sistema de educação e formação				35. Abandono escolar (ACF e ABT)	
	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior
10.2. Qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo	EP2. Reforço do ensino superior e da formação avançada					23. e 24. RIS3 (P e ABT)
	Ensino superior (ofertas, qualidade e igualdade)	Ensino superior (ofertas, qualidade e igualdade)			Ensino superior (ofertas, qualidade e igualdade)	Ensino superior (ofertas, qualidade e igualdade)
	36. Ensino Superior (ABT)					
	Formação avançada	Formação avançada			Formação avançada	Formação avançada
FSE		32. Formação Avançada (ABT)				
OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (cont.)						
PI Fundo	PO CH	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida /Desenvolver o Capital Humano/ Reforçar Competências						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais	EP3. Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade				Aumentar a empregabilidade de licenciados	
	Aprendizagem ao longo da vida		Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida
FSE						34. Formação adultos (ACF e ABT)
10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho - sistemas de ensino dual	EP1.Reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade					
	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens
FSE					35. Abandono escolar (ACF e ABT)	
10.5. Desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.					Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior (Açores)	
		Infraestruturas de ensino pré-escolar	Infraestruturas de ensino pré-escolar	Infraestruturas de ensino pré-escolar	Infraestruturas de ensino pré-escolar	
		Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário
		Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior
FEDER		Infraestruturas de formação	Infraestruturas de formação		Infraestruturas de formação	Infraestruturas de formação

DOMÍNIO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS

OT4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores (1.590.114.998 € : 41,0% do DT; 7,7% do AP)						
PI Fundo	PO SEUR	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
4.1. Produção e distribuição de energia de fontes renováveis FC – PO SEUR FEDER – POR	Produção e distribuição de fontes de energia renováveis				Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	
4.2. Eficiência energética e energias renováveis nas empresas FEDER		Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas
4.3. Energias renováveis nas infraestruturas públicas, edifícios públicos e setor habitação FC – PO SEUR FEDER – POR	Eficiência energética nas infraestruturas públicas Eficiência energética nas habitações	Eficiência energética nas infraestruturas públicas Eficiência energética nas habitações	Eficiência energética nas infraestruturas públicas Eficiência energética nas habitações	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Eficiência energética nas infraestruturas públicas Eficiência energética nas habitações	Eficiência energética nas infraestruturas públicas Eficiência energética nas habitações
						40. IF (P)
4.4. Implantação de sistemas inteligentes de energia que operem a níveis de baixa e média tensão FC	Sistemas de distribuição de energia inteligentes					
4.5. Estratégias baixo teor carbono para todos territórios, zonas urbanas; mobilidade urbana multimodal FC – PO SEUR FEDER – POR	Eficiência energética nos transportes públicos Mobilidade urbana sustentável	Mobilidade urbana sustentável EP. Sistema Urbano (OT4;OT6;OT9) Mobilidade urbana sustentável	EP8. Desenvolvimento urbano sustentável (OT4;OT6;OT9) Mobilidade urbana sustentável	Mobilidade urbana sustentável	Mobilidade urbana sustentável	Mobilidade urbana sustentável
						38. Baixas emissões de carbono (ABT)

OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos (1.854.634.271 € : 47,8% do DT; 9,0% do AP)						
PI Fundo	PO SEUR	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
6.1. Investimentos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União FC – PO SEUR FEDER – POR	Resíduos				Resíduos	
6.2. Investimentos no setor da água requisitos UE às necessidades de investimento identificadas pelos EM FC – PO SEUR FEDER – POR	Ciclo urbano da água Gestão dos recursos hídricos				Ciclo urbano da água Gestão dos recursos hídricos	
						40. IF (P)
6.3. Desenvolvimento do património natural e cultural FEDER		Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural
6.4. Proteção da biodiversidade e dos solos e rede Natura 2000 e infraestruturas verdes FC – PO SEUR FEDER – POR	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas				Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	
6.5. Melhorar o ambiente urbano; revitalizar as cidades; recuperar zonas industriais abandonadas; reduzir a poluição do ar e ruído FC – PO SEUR FEDER – POR	Regeneração de instalações industriais abandonadas	EP. Sistema Urbano (OT4;OT6;OT9) Reabilitação urbana Reabilitação urbana Alentejo: Regeneração de instalações industriais abandonadas	EP8.Desenvolvimento urbano sustentável (OT4;OT6;OT9) Reabilitação urbana	Reabilitação urbana	Reabilitação urbana	Reabilitação urbana
						48. IF (P)

OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos [1.854.634.271 € : 47,8% do DT; 9,0% do AP]						
PI Fundo	PO SEUR	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
6.1. Investimentos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União FC – PO SEUR FEDER – POR	Resíduos				Resíduos	
6.2. Investimentos no setor da água requisitos UE às necessidades de investimento identificadas pelos EM FC – PO SEUR FEDER – POR	Ciclo urbano da água Gestão dos recursos hídricos				Ciclo urbano da água Gestão dos recursos hídricos 40. IF (P)	
6.3. Desenvolvimento do património natural e cultural FEDER		Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural
6.4. Proteção da biodiversidade e dos solos e rede Natura 2000 e infraestruturas verdes FC – PO SEUR FEDER – POR	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas				Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	
6.5. Melhorar o ambiente urbano; revitalizar as cidades; recuperar zonas industriais abandonadas; reduzir a poluição do ar ruído FC – PO SEUR FEDER – POR	Regeneração de instalações industriais abandonadas	EP. Sistema Urbano (OT4;OT6;OT9) Reabilitação urbana Reabilitação urbana Alentejo: Regeneração de instalações industriais abandonadas	EP8.Desenvolvimento urbano sustentável (OT4;OT6;OT9) Reabilitação urbana	Reabilitação urbana	Reabilitação urbana	Reabilitação urbana 48. IF (P)

Anexo 2
Modelo de ficha de caracterização das avaliações a realizar

AVALIAÇÃO..... (designação da avaliação)		
Objetivo(s)		Identificar os objetivos a alcançar com a avaliação
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Avaliação de Processo ou Avaliação de Impacto
	Incidência	Programa / Temática / Territorial / Global
Âmbito	Programático	Programas Operacionais / Programas
	Territorial	Territórios a considerar
	Temático	Quando aplicável, fazer referência a: Programa, Domínio Temático, Objetivo Temático, Prioridade de Investimento/Medidas, Eixo Prioritário, Objetivos Específicos, Ações
	Temporal	Período QREN, PORTUGAL 2020 ou ambos
Contextualização/Justificação		Explicação do Porquê da avaliação
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Ex. Relatórios de monitorização, decisões de gestão, programáticas e de política
Critérios e Questões de avaliação		Questões de avaliação a constar no Caderno de Encargos; Questões de avaliação genéricas
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Contrafactual e/ou Avaliação Baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		Informação SI PO (especificar principais variáveis) e/ou informação de outros SI (especificar SI e principais variáveis) e/ou de processos de inquirição específicos (especificar principais variáveis)
<ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 		Descrição do processo de recolha de informação (proveniente de outros SI e/ou de processos de inquirição específicos) e indicação do calendário
Procedimento de contratação preferencial		Concurso Público; Concurso limitado por prévia qualificação; Ajuste direto
Responsabilidade pelo(a):		
<ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 		AD&C ou PO AD&C, PO e outros elementos do Grupo de Acompanhamento
Constituição do:		
<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 		Entidades representadas no Grupo de Acompanhamento; Principais entidades representadas no Grupo de Acompanhamento Entidades representadas no Júri (propor, em regra, 3 entidades da RM&A) (Quando aplicável) Entidades que constituem o Comité Científico
Calendário:		
<ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 		Semestre/ano (publicação do procedimento em Diário da República, em regra, 1 semestre antes do início da avaliação) Semestre/ano (assinatura do contrato) N.º de semestres (desde a assinatura do contrato até à aprovação do Relatório Final)
Fonte de financiamento		PO AT ou PO
Custo (Valor máximo indicativo)		Intervalo de custo (em mil euros)
Observações		

Nota: Esta ficha corresponde à versão mais completa, exigida para os exercícios de avaliação que se realizem de 2015 a 2019. Para os exercícios que se prevê realizar em 2021 ou 2022 as fichas respetivas poderão ter menos informação.

Anexo 3

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações Globais

1. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA UE 2020 / PLANO NACIONAL DE REFORMAS (PNR)

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o contributo do PT 2020 para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 e na sua ligação aos objetivos do Programa Nacional de Reformas (PNR). Identificar e explicitar eventuais desvios e potenciais constrangimentos no cumprimento das metas. Identificar domínios do PT2020 com relevantes contributos para a Estratégia Europa 2020 /PNR (instrumentos, medidas, políticas, etc.).
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto (inclui Meta-análise) Global
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	Todos os programas do PT2020 Portugal (Não aplicável, atendendo à dimensão global e transversal ao PT2020) PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Avaliar o contributo das intervenções do PT2020 em cada domínio temático para a prossecução da Estratégia Europa 2020/PNR no âmbito da Política de Coesão e a sua capacidade de resposta. Visa aferir o modo como a implementação do PT2020 está a dar resposta aos constrangimentos estruturais e orientações estratégicas, nacionais e comunitárias, para a Política de Coesão.</p> <p>Contributo a incorporar no Relatório Intercalar sobre a execução do Acordo de Parceria de 2019 (Regulamento de Execução da Comissão n.º 2015/207, de 20 de janeiro).</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para o Relatório intercalar AP 2019; Contributo para os Relatórios Anuais dos Fundos; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Análises de acompanhamento dos Domínios Temáticos; Reflexões no âmbito do acompanhamento dos macro objetivos do PT2020 e eventuais propostas de ajustamento; contributo para o PNR; Contributo para a fundamentação da posição de Portugal sobre o futuro da política de coesão e a preparação do período de programação pós 2020.
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> Em que medida é concretizado no PT2020 a integração dos objetivos da Estratégia Europa 2020 e dos objetivos relevantes do PNR: <ul style="list-style-type: none"> Matriz de contributos diretos e indiretos do PT2020 para a execução da Estratégia Europa 2020 Integração das recomendações da avaliação <i>ex ante</i> do AP. Qual o contributo da implementação do PT2020, na sua dimensão estratégica e quadro operacional (PO), para a execução dos 3 pilares da Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo), tendo presente os objetivos estratégicos (reforço da I&D e da inovação; melhor e mais educação; clima e energia; aumentar o emprego; combate à pobreza e desigualdades sociais)? <ul style="list-style-type: none"> Descrição e avaliação dos progressos registados na realização dos objetivos nacionais (e dos PO) no âmbito da estratégia Europa 2020; Grau de cumprimento das metas nacionais da Estratégia Europa 2020; Coerência através do contributo dos FEEI para os objetivos temáticos selecionados, e nomeadamente quanto aos objetivos intermédios adotados no quadro de desempenho para cada Programa. Existem domínios prioritários com menor desempenho e com risco de não cumprimento das metas? Quais, os principais elementos explicativos e recomendações.
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Avaliação Baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao Portugal 2020 (cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") <ul style="list-style-type: none"> Acordo de Parceria Portugal 2020 Avaliação Ex-Ante do Acordo de Parceria Portugal 2020 Textos integrais dos Programas do Portugal 2020 Relatórios das Avaliações Ex-Ante dos Programas do Portugal 2020 Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia Relatório Anual dos Fundos da União Europeia Relatórios Anuais dos Programas Avisos de abertura do Portugal 2020 Lista de Operações Aprovadas no Portugal 2020 Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. idem) <ul style="list-style-type: none"> Regulamento (UE) n.º 1303/2013 Geral dos Fundos Estruturais e de Investimento do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao

1. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA UE 2020 / PLANO NACIONAL DE REFORMAS (PNR)

	<p>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento (UE) n.º 1301/2013 do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de investimento no crescimento e no emprego - Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Conselho - Regulamento (UE) n.º 1300/2013 do Fundo Coesão, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo de Coesão - Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) - Outros Regulamentos da Política de Coesão e Investimento 2014-2020 (a consultar no sítio da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.) • Legislação nacional referente ao Portugal 2020 (cf. idem) <ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei n.º 137/2014 – D.R. n.º 276/2014, Série I de 2014-09-12 - Modelo de Governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020 - Decreto-Lei n.º 159/2014 - D.R. n.º 207/2014, Série I de 2014-10-27 - Estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período de programação 2014-2020 - Outra legislação nacional relativa ao período de programação 2014-2020 (a consultar no sítio web do Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.). • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 (cf. idem) <ul style="list-style-type: none"> - Portaria n.º 60-C/2015 - D.R. n.º 42/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-03-02, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Ciência - Adota o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano; Consultar alterações ao Regulamento no sítio web do Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. - Portaria n.º 97-A/2015 - D.R. n.º 62/2015, Série I de 2015-03-30, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Adota o Regulamento Específico do domínio da Inclusão Social e Emprego; Consultar alterações ao Regulamento no sítio web do Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. - Portaria n.º 57-A/2015 - D.R. n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série 1 de 2015-02-27, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia - Adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização; Consultar alterações ao Regulamento no sítio web do Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. - Portaria n.º 57-B/2015 – D.R. n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série 1 de 2015-02-27, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia - Adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (Índice Auxiliar do Regulamento Específico); Consultar alterações ao Regulamento no sítio web do Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. • Avaliações realizadas anteriormente (a especificar): • Avaliações ex ante do Acordo de Parceria e dos PO (a especificar) • Avaliações intercalares PO e temáticas (nomeadamente por eixo prioritário) (a especificar) • Sistema de Informação do Portugal 2020 (a especificar): • Informação de realização física e financeira dos PO (a especificar) • Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. idem) <ul style="list-style-type: none"> - Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 (2015), Plano Global de Avaliação Portugal 2020 - Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 (2016), Plano Global de Avaliação Portugal 2020 – Orientações para o planeamento e preparação das avaliações - Planos de Avaliação dos Programas Operacionais - Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2014), Guidance Document on Monitoring and Evaluation - Portugal 2020 - Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2015), Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy European Social Fund – Guidance document; Annex D - Practical guidance on data collection and validation - Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2015), Guidance Document on Evaluation Plans - Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Guidance on theory-based evaluation
--	---

1. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA UE 2020 / PLANO NACIONAL DE REFORMAS (PNR)

	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2012), Design and Commissioning of Counterfactual Impact Evaluations - A Practical Guidance for ESF Managing Authorities. (tradução para português) - Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), Guidance on Evaluation of the Youth Employment Initiative - Comissão Europeia (2013), EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development – Evaluation guide. - Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2013), EVALSED Sourcebook: Method and Technics
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	AD&C AD&C e GPEARI
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	AD&C, GPEARI, outras agências públicas relevantes para cada área de política pública incluída na avaliação e AG dos Programas PT2020 AD&C, GPEARI/Ministério das Finanças, 1 AG do PO Temático e/ou 1 AG do PO Regional (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	2º semestre 2019 1º semestre 2020 1 semestre
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	A avaliação deverá ser efetuada após a conclusão das avaliações intercalares por PO e eixo prioritário.

3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO MACROECONÓMICO DO PORTUGAL 2020

Objetivo(s)		Percecionar os impactos macroeconómicos sobre a economia e os territórios, no médio e longo prazo, da implementação do Portugal 2020; Identificar a desagregação regional dos impactos macroeconómicos do Portugal 2020.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Global
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	Todos os programas do PT2020 Portugal (Não aplicável, atendendo à dimensão global e transversal ao PT2020) PT2020
Contextualização/Justificação		Identificar os impactos macroeconómicos do PT2020 a nível nacional e regional. Contributo a incorporar no Relatório Intercalar sobre a execução do Acordo de Parceria de 2019 (Regulamento de Execução da Comissão n.º 2015/207, de 20 de janeiro)
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para o Relatório intercalar AP 2019 e Relatórios Anuais dos Fundos; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Reflexões no âmbito do acompanhamento dos macro objetivos do PT2020 e eventuais propostas de ajustamento; Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020; CIC.
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> Qual o impacto do PT2020 no PIB? Qual o impacto do PT2020 no investimento, em particular no investimento público, e seu perfil? Qual o impacto do PT2020 nas exportações e seu perfil? Qual o impacto do PT2020 no emprego (e na sua qualificação)? Qual o impacto do PT2020 na redistribuição do rendimento? Qual o impacto macroeconómico do PT2020 nas regiões NUTS II (PIB, investimento, exportações, emprego, redistribuição do rendimento)? Qual o impacto do PT2020 na redução das assimetrias regionais? Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação (valor acrescentado europeu)
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Avaliação Baseada na Teoria: Modelos de previsão macroeconómicos
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		<ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes <ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao PT2020 (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (Cf. idem) Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (Cf. idem) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (Cf. idem) Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020 (Cf. idem) Avaliações realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> "Avaliação do Impacte Macroeconómico do QREN 2007-2013" "Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013" Sistema estatístico nacional e internacional: <ul style="list-style-type: none"> Indicadores gerais de impacto macroeconómico (PIB, VAB sectorial, Taxa de desemprego, Défice público, Dívida pública, etc.) Indicadores de impacto sobre o emprego Indicadores de impacto sobre a balança de bens e serviços Indicadores de impacto regionais (VAB, Produção, Procura e Exportações por regiões) Indicadores de impacto sobre setores Informação recolhida no Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> Informação de realização física e financeira dos PO (Sistema de Monitorização do PT2020).
Procedimento de contratação preferencial		Concurso público ou Protocolo entre entidades da Administração Pública
Responsabilidade pelo(a):		AD&C
<ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação 		

3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO MACROECONÓMICO DO PORTUGAL 2020

<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação do <i>follow-up</i> das recomendações • Comunicação dos resultados 	AD&C e AG dos Programas do PT2020
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	<p>AD&C, GPEARI/Ministério das Finanças, Gabinete de Planeamento do Ministério da Economia, Ministério do Emprego (entidade com responsabilidades em projeções, caso exista) e CCDR</p> <p>AD&C (e eventualmente GPEARI)</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	<p>2º semestre 2019</p> <p>1º semestre 2020</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	

5. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR

Objetivo(s)		<p>A avaliação integrada da utilização dos FEEI no mar deve procurar caracterizar o seu desempenho e identificar os principais motivos para o sucesso e constrangimentos da aplicação dos Fundos enquanto suporte à implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o impacto dos FEEI nos objetivos da ENM 2013-2020 • Avaliar o contributo do Mar para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 • Avaliar o contributo das operações Mar, financiadas pelos FEEI, para a concretização do Plano de Ação da UE para a Área do Atlântico
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	<p>Impacto (inclui Meta-análise, dos exercícios de avaliação intercalar dos PO)</p> <p>Temática (predominante) e Territorial (avaliação por NUTII e NUT III, se possível e em casos em que o investimento tenha elevada incidência territorial)</p>
Âmbito	Programático	POT, POR-C, POR-RA, PO MAR
	Territorial	Portugal
	Temático	PI com incidência no Mar, no caso dos Fundos da Política de Coesão, e prioridades/ objetivos específicos, no caso do FEAMP
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>As prioridades políticas da União Europeia estabelecidas no documento “Europa 2020” terão concretização na componente mar e oceanos através da Política Marítima Integrada (PMI) e na Bacia do Atlântico, através da Estratégia Marítima da União Europeia na Área do Atlântico e respetivo Plano de Ação. Em Portugal a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM) é o instrumento de política pública que apresenta a visão para aquele período, onde é expressa a vontade e a prioridade em proteger o Oceano e em explorar de forma sustentável o seu potencial de longo prazo.</p> <p>O instrumento “ITI MAR”, conforme expresso no Acordo de Parceria, será o instrumento de operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 no sentido de promover as realizações do mar no quadro do modelo de governação dos FEEI.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<p>Cumprimento no estabelecido no Acordo de Parceria.</p> <p>Apoio à decisão no plano estratégico, nomeadamente CIC e CIAM (Comissão Interministerial dos Assuntos do Mar), e no plano da gestão.</p> <p>Apoio à comunicação estratégica no plano dos FEEI e da ENM 2013- 2020.</p> <p>Suporte à comunicação com a CE, nomeadamente com a DG MARE.</p> <p>Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022).</p> <p>Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020.</p>
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> • Qual o contributo dos FEEI para os objetivos da ENM 2013-2020, tendo em conta a matriz do respetivo Plano de Ação - Plano Mar Portugal (Domínios/Áreas Programáticas/Programas de Ação, respetivos objetivos e efeitos, e Projetos inscritos no Plano Mar Portugal)? • Qual o contributo dos apoios pelos vários domínios (ver domínios da Conta Satélite do Mar) da economia do mar e áreas programáticas/programas de ação da ENM 2013-2020? • Qual o contributo dos apoios para o desempenho das empresas apoiadas na esfera da economia do mar? • Qual o contributo dos investimentos nos portos para a competitividade da economia portuguesa e aumento dos respetivos interland? • Qual o contributo dos investimentos realizados na área energética, incluindo em projetos da bacia do Atlântico como seja no domínio do GNL (gás natural liquefeito), tendo presente as políticas energéticas nacionais? • Qual o contributo do investimento para apoiar a prioridade da economia do mar da ENEI/RIS3? E como se distribuem os apoios pelas várias áreas da economia do mar referidos na ENEI? E no que se refere às RIS3 regionais? • Como se avalia o desempenho das Estratégias de Eficiência Coletiva, Cluster do Mar, designadamente face ao anterior ciclo de programação? Quais os resultados positivos e negativos a destacar relativamente ao apoio às Estratégias de Eficiência Coletiva, Cluster do Mar, tendo presente as questões de avaliação listadas para a avaliação 12. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência de conhecimento e de cooperação e clusterização? • Qual o contributo dos FEEI ao desporto escolar dedicado à náutica, aos cursos tecnológicos, ensino recorrente, cursos profissionais, cursos vocacionais, cursos de educação e formação de jovens e adultos, cursos de especialização tecnológica, ou outros dedicados especificamente a áreas de mar, no âmbito do Quadro Nacional de Qualificações? Qual o resultado em matéria de empregabilidade dos formandos ou desempenho dos empregadores, no caso de formação de adultos? • Qual o contributo dos FEEI na área do mar para ações dedicadas à eficiência energética e reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono? Qual o papel neste contexto das ações na área dos portos, de pesca e comerciais, e transporte marítimo? E na área das energias renováveis marinhas, incluindo no contexto da ENEI e EREI?

5. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR

	<ul style="list-style-type: none"> Qual o contributo da ITI (desenvolvidas pelas CIM) na área do mar? Qual o desempenho das DLBC costeiras e Gal Pesca em matéria do reforço do emprego e diversificação de atividades produtivas, com ênfase nas ligadas ao mar? Qual o incentivo aos jovens para a economia do mar, no âmbito das DLBC e GAL pesca, como seja através de ações de desporto escolar ligado à náutica? Qual a sua importância para a coesão territorial? Qual o contributo dos FEEI para as ações de conhecimento, monitorização, avaliação e ações de recuperação das águas marinhas nacionais? Qual a importância dos FEEI na concretização dos Programas de Monitorização e de Medidas definidos no contexto da aplicação da Diretiva Quadro Estratégia Marinha em Portugal? Quais os constrangimentos encontrados ao desempenho dos FEEI neste domínio? Qual a importância dos FEEI para as ações no contexto da gestão de riscos, incluindo meios de combate à poluição marinha? Qual o contributo dos apoios na área do Mar para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020? Qual o contributo das operações Mar financiadas pelos FEEI para a concretização do Plano de Ação da UE para a Área do Atlântico? Quais os constrangimentos e fatores de sucesso na aplicação dos FEEI para promoção da ENM 2013-2020? Em que medida os formulários e os sistemas de informação estão adequados aos requisitos de M&A previstos no ITI Mar? Em que medida o mecanismo de governação da "ITI Mar" promove a eficácia na promoção da ENM 2013-2020 e respetiva articulação multinível? <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelo princípio do desenvolvimento sustentável.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao Portugal 2020 (cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. idem) Legislação nacional referente ao Portugal 2020 (cf. idem) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 (cf. idem) Documentos de políticas públicas relacionadas com o Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> Texto da ENM 2013-2020, aprovada pela RCM n.º 12/2014, de 23 de janeiro, na qual são definidos os objetivos da política pública para o mar. As fichas de projeto do Plano de Ação da ENM 2013-2020 (Plano Mar-Portugal), devendo ser considerada a versão permanentemente disponível no sítio da internet da DGPM, atualizada após cada reunião da CIAM. Quadro de Referência a ser elaborado através da Rede de Comunicação e Avaliação ou pela Comissão de implementação e execução do ITI Mar, quando o diploma do ITI Mar estiver publicado (excluirá no âmbito desta avaliação os PO da cooperação territorial por não estarem no âmbito deste documento). Sistema estatístico nacional e internacional <ul style="list-style-type: none"> Informação disponível em sites institucionais, nomeadamente em sites de entidades com responsabilidade em áreas do mar, bem como site do INE. Destaque para os documentos produzidos ao nível do projeto da Conta Satélite do Mar, projeto de parceria entre o INE e a DGPM. Informação que esteja disponível relativamente à monitorização e avaliação da ENM 2013-2020 (website da DGPM) Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. idem) Sistema de informação do Portugal 2020 (a especificar)
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	<p>AD&C ou DGPM</p> <p>AD&C, DGPM e AG dos Programas do PT2020</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AD&C, DGPM e AG dos Programas do PT2020</p> <p>AD&C, DGPM e AG de um Programa</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso 	2º semestre 2019

5. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR

• Início da Avaliação	1º semestre 2020
• Duração da Avaliação	2 semestres
Fonte de financiamento	FEAMP ou PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	125 mil euros
Observações	

6. META-AVALIAÇÃO DO PLANO GLOBAL DE AVALIAÇÃO PORTUGAL 2020

Objetivo(s)		Avaliar a qualidade e o rigor dos processos, dos resultados e dos produtos das avaliações do PT2020 contribuindo para: Qualificar as avaliações subsequentes; Acrescentar valor às competências das entidades adjudicantes e dos avaliadores; Fortalecer uma cultura de avaliação tecnicamente exigente.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Meta-avaliação Global
Âmbito	Programático	Todos os programas PT2020
	Territorial	Portugal
	Temático	(Não aplicável)
	Temporal	Processos, resultados e produtos das avaliações do PT2020
Contextualização/Justificação		A avaliação de políticas e programas públicos é uma preocupação crescente em Portugal, sendo necessário prosseguir o investimento na qualificação e exigência de rigor dos exercícios de avaliação e na capacitação dos atores da avaliação impulsionado no QREN. A meta-avaliação (avaliação dos processos e dos resultados de avaliações realizadas) revelou-se no QREN um poderoso exercício de aprendizagem para todos os atores (entidades adjudicantes e equipas de avaliadores) e as recomendações têm sido importantes fontes de informação na construção do atual PGA. Num período de programação em que é imperativa a exigência na transparência dos processos, na qualidade metodológica das avaliações e na utilidade e rigor dos resultados, justifica-se a necessidade de avaliar o PGA, e a sua implementação enquanto documento programático, e as avaliações realizadas de forma a melhorar os exercícios futuros e construir conhecimento sobre avaliação baseado na avaliação rigorosa da prática.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Decisões de gestão - melhorias nos instrumentos e na prática da conceção e implementação e divulgação de novas avaliações; Relatório de síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020.
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> Relativa à fase de realização, questões sobre a: adequação e rigor dos métodos para resposta às questões de avaliação; pertinência da informação utilizada, rigor das técnicas de recolha e tratamento da informação; fiabilidade da informação tratada; nível da diversidade da inquirição de atores e stakeholders com diferentes perspetivas sobre as avaliações; dinamização do grupo de acompanhamento e qualidade e utilidade dos respetivos pareceres; cumprimento dos tempos de realização. Sobre os resultados das avaliações, questões sobre a: qualidade dos produtos das avaliações e conformidade com os TdR; o grau relevância, rigor da fundamentação, e utilidade das conclusões e recomendações. Sobre a divulgação de resultados, questões sobre: o nível de difusão dos resultados; a diversidade e adequação de produtos e ações de divulgação a públicos específicos. Sobre os mecanismos de monitorização das recomendações (follow-up), questões sobre: os instrumentos criados para a monitorização das recomendações; as alterações (melhorias) introduzidas nos programas/políticas na sequência das avaliações.
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Abordagens específicas para as meta-avaliações (avaliação de avaliações)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020 Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (follow-up) Avaliações realizadas anteriormente (a especificar) Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. idem) Informação relativa aos processos avaliativos do Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> Cadernos de Encargos (Termos de Referência) Composição dos júris de análise das propostas Processo de seleção - critérios de análise das propostas Propostas contratadas Composição dos grupos de acompanhamento Pareceres do grupo de acompanhamento Ações de disseminação de resultados das avaliações Grelhas de acompanhamento das avaliações (ex. tableau de board e outras) e de monitorização das recomendações

6. META-AVALIAÇÃO DO PLANO GLOBAL DE AVALIAÇÃO PORTUGAL 2020

Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	AD&C AD&C e AG dos Programas do PT2020
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	AD&C, AG dos Programas com avaliações objeto da meta-avaliação AD&C e 2 AG dos Programas (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	1º semestre de 2021 2º semestre 2021 2 semestres
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros

Anexo 4

Ficha de exercício de avaliação que abrange o PO NORTE:

Avaliação do Programa

11. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA OS OBJETIVOS DO PO POR EIXO PRIORITÁRIO (AVALIAÇÃO INTERCALAR) – PO NORTE

Objetivo(s)		<p>Objetivos globais:</p> <p>Contribuir para melhorar a estratégia e os objetivos do NORTE 2020 através da avaliação da eficiência e da eficácia da implementação do programa, bem como da avaliação dos impactos potenciais da execução do NORTE 2020 no desenvolvimento socioeconómico da Região do Norte.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a relevância e a coerência da estratégia definida no NORTE 2020, tendo em consideração os problemas estruturais da Região do Norte, bem como a evolução conjuntural entretanto ocorrida; • Analisar em que medida as recomendações de exercícios de avaliação anteriores de implementação ou temáticas do PT2020 têm sido consideradas na gestão do NORTE 2020; • Verificar a pertinência das prioridades de investimento e dos objetivos específicos definidos na programação face à evolução da conjuntura económica, social e territorial da Região do Norte; • Avaliar a adequação, pertinência e grau de cumprimento das metas estabelecidas nos diversos objetivos específicos do programa analisando, ainda, a relação das metas com os custos de investimento associados por forma a aferir da sua eficiência.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto (inclui Meta-análise) Programa
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	PO Norte Área Geográfica do PO Norte Eixos I a X do PO Norte PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Numa fase de implementação adiantada do programa importa analisar a necessidade eventual de efetuar ajustamentos no programa.</p> <p>Pretende-se melhorar o acompanhamento com um enfoque particular na análise dos resultados e dos efeitos da execução do programa.</p> <p>A pertinência de avaliar as realizações, os resultados e os impactos, bem como a análise dos desvios e possibilidade de fundamentar eventuais necessidades de reprogramação do programa, decisões de gestão e de política.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para as decisões de gestão da AG, nomeadamente, decisões de ajustamento do programa; Contributo para o Relatório de Execução de 2019 do Norte 2020; Contributo para o Relatório Intercalar da execução do Acordo de Parceria em 2019; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Informação de base para divulgação do programa, através de <i>newsletters</i> , <i>press releases</i> , relatórios de monitorização, etc.
Critérios e Questões de avaliação		<p>Relevância:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do território? • Houve mudanças de contexto que justifiquem alterações nos objetivos da intervenção? <p>Coerência interna</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades e os resultados permitem alcançar os objetivos de uma forma lógica? <p>Coerência externa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre a intervenção avaliada e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território? <p>Eficácia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O programa está a alcançar os seus objetivos específicos (por Eixo Prioritário) ou irá alcançá-los no futuro através das realizações previstas nas operações aprovadas? Que mudanças podem ser observadas em relação aos objetivos da intervenção? • Como é que as intervenções causaram essa mudança? (Avaliação Baseada na Teoria)? • Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos resultados? Ocorreram efeitos imprevistos (positivos ou negativos)? O que pode explicar os eventuais desvios ao cumprimento dos objetivos? • O que pode ser feito para que o PO possa ser mais eficaz?

11. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA OS OBJETIVOS DO PO POR EIXO PRIORITÁRIO (AVALIAÇÃO INTERCALAR) – PO NORTE

	<p>Eficiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> As realizações da intervenção foram alcançadas com o mínimo de recursos? Os resultados da intervenção foram alcançados com o mínimo de recursos? Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos? A intervenção foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis? Foram desenvolvidos os procedimentos mais adequados na gestão do programa para o cumprimento dos objetivos? (Eficiência operativa)? <p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Quais são (e quais podem vir a ser) os efeitos globais da intervenção no contexto socioeconómico, nomeadamente no contributo para a estratégia da UE (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos ou negativos)? Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos efeitos globais? O que pode explicar os eventuais desvios ao que era expectável? Como é que a intervenção causou (ou poderá vir a causar) essa mudança no contexto socioeconómico? (Avaliação Baseada na Teoria)? <p>Valor acrescentado europeu (apenas, e caso se considere pertinente, nas políticas que não foram objeto de análise noutras avaliações):</p> <ul style="list-style-type: none"> Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades e desenvolvimento sustentável.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas, nomeadamente contrafactuais)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao Portugal 2020 : (cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. Idem) Legislação nacional e regional referente ao Portugal 2020 (Ccf. idem) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 (cCf. idem) Documento de políticas públicas relacionadas com o Portugal 2020 (a especificar) Avaliações realizadas em períodos de programação anteriormente: - “Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013” - “Avaliação Intercalar POR Norte – Programa Operacional Regional do Norte” Estudos sobre a temática a avaliar (a especificar) Sistema estatístico nacional e internacional (a especificar) Referenciais metodológicos sobre avaliação (Ccf. idem) Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020 (a especificar)
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	<p>AG do PO Norte</p> <p>AD&C e AG do PO Norte</p>
<p>Constituição do:</p> <p>Grupo de Acompanhamento</p> <p>Júri do Concurso</p> <p>Comité Científico</p>	<p>AD&C, AG do PO Norte, CIM/AMP, DLBC e Serviços regionalmente desconcentrados</p> <p>AD&C e AG do PO Norte</p> <p>(Não aplicável)</p>

11. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA OS OBJETIVOS DO PO POR EIXO PRIORITÁRIO (AVALIAÇÃO INTERCALAR) – PO NORTE

Calendário:	
Lançamento do concurso	2º semestre 2019
Início da Avaliação	1º semestre 2020
Duração da Avaliação	1 semestre
Fonte de financiamento	AT do PO Norte
Custo (Valor máximo indicativo)	75 mil euros
Observações	<p>A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação Intercalar do PO a realizar em 2022 será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.</p> <p>Incorpora as QA das avaliações suprimidas 30. Avaliação das Políticas Públicas de Estímulo ao Empreendedorismo e 45. Avaliação do Impacto das Políticas Públicas (Cofinanciadas) de Regeneração e Revitalização Urbanas.</p>

Anexo 5

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações temáticas no domínio da Competitividade e
Internacionalização

18. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FEEI NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Objetivo(s)		<p>A avaliação tem como objetivo central identificar o impacto dos apoios proporcionados através dos Sistemas de Incentivos do QREN no desempenho das empresas portuguesas, quantificando em que medida a evolução desse desempenho se deve, efetivamente, ao apoio concedido e não a outros fatores endógenos ou exógenos às empresas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar os impactos das intervenções, considerados como os efeitos isolados sobre o desempenho das empresas atribuíveis ao apoio recebido por parte das empresas através de cada um dos Sistemas de Incentivos e respetivas tipologias de apoio, bem como aferir a eventual diferenciação desses impactos em função dos territórios abrangidos ou de diferentes subgrupos-alvo desses instrumentos (consideradas as características das empresas, como a dimensão, idade ou o sector de atividade). Identificar as relações de custo-eficácia de cada um dos Sistemas de Incentivos (e respetivas tipologias) analisados, tendo em consideração o impacto estimado sobre as variáveis de resultado mais relevantes em cada instrumento e o encargo público dos apoios concedidos. Aspetos a considerar: i) os impactos ao nível de cada um dos Sistemas de Incentivos tendo por referência os objetivos específicos que cada um desses instrumentos e respetivas tipologias prosseguiram; ii) a comparação dos efeitos dos três Sistemas de Incentivos em análise, designadamente sob os objetivos comuns aos diferentes Sistemas. Devem ainda ser considerados os efeitos de interdependência entre cada um dos Sistemas de Incentivos na produção desses resultados. Emitir recomendações concretas, fundamentadas e viáveis, que podem ir desde propostas de ajustamentos aos instrumentos de apoio a aspetos de natureza programática dos PO ou a recomendações de orientação da política pública que enquadra os PO e respetivos instrumentos de apoio.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve. Continente Apoios a Empresas dos Sistemas de Incentivos do QREN (PO FC e Programas Operacionais Regionais) Instrumentos: SI Inovação; SI Qualificação de PME; SI I&DT QREN
Contextualização/Justificação		<p>Esta avaliação pretende isolar o “efeito de incentivo” nas empresas apoiadas, a partir dos resultados e impactos dos projetos. Considerando o contexto económico adverso que acompanhou o QREN, importa determinar se os apoios contribuíram para um melhor desempenho das empresas, em que áreas esses efeitos se fizeram sentir com maior intensidade (Maior orientação para mercados internacionais? Aumento da I&D? Atração de IDE?) e se se estão a verificar novas tendências de especialização no tecido produtivo e em que medida as mesmas se encontram alinhadas com os objetivos de política económica assumidos pelos Programas Operacionais.</p> <p>Visa simultaneamente aprofundar metodologias mais eficazes no isolamento dos efeitos e resultados dos projetos aprovados nas empresas.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Relatórios Finais dos PO QREN, Relatório intercalar AP 2017 e Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos. A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Critérios e Questões de avaliação		<p>Eficácia</p> <ol style="list-style-type: none"> Qual o efeito dos apoios concedidos através dos Sistemas de Incentivos sobre o desempenho das empresas (i.e., em que medida podem ser atribuídas à intervenção dos Sistemas de Incentivos as mudanças, se observadas, nas empresas), nomeadamente em relação a: <ul style="list-style-type: none"> a) Internacionalização das empresas; b) Produtividade; c) Criação de emprego e, em particular, emprego qualificado; d) Incorporação e valorização de atividades de I&DT; e) Sobrevivência das empresas; f) Competitividade (traduzida, nomeadamente, pelo grau de transformação da produção, crescimento da empresa ou desempenho financeiro); e) (Outros efeitos relevantes identificados na teoria de mudança das intervenções). Em que medida varia o impacto das intervenções em função da dimensão, setor de atividade e localização das empresas ou da forma de incentivo de que beneficiaram? Que outras variáveis se apresentam como determinantes e diferenciadoras dos resultados obtidos?

18. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FEEI NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

	<p>Eficiência</p> <p>3. Qual a relação de custo-eficácia para os principais resultados das intervenções? Essa relação é sensível à intensidade do apoio concedido, aos grupos alvo ou às tipologias de apoio de cada um dos Sistemas de Incentivos?</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>4. Se o apoio produziu efeito sobre o desempenho das empresas, qual é a sustentabilidade do mesmo e em que momento é que este regista maior intensidade (logo após a conclusão do projeto ou numa fase posterior)? De que fatores parecem depender a maior ou menor sustentabilidade dos impactos?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Contrafactual
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao QREN (cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do PT2020”) • Legislação nacional e regional referente ao Portugal 2020 (cf. <i>idem</i>) • Avaliações realizadas anteriormente <ul style="list-style-type: none"> – Análise contrafactual dos impactos dos incentivos do POE/PRIME na sobrevivência e no crescimento das empresas – Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade – Avaliação Estratégica do QREN – Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular as PME (Lote 3) – Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters – Avaliações intercalares dos Programas Operacionais • Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. <i>idem</i>) • Sistema de Informação do QREN: <ul style="list-style-type: none"> – Informação sobre períodos de abertura a candidaturas – Avisos, candidaturas apresentadas – Informação sobre projetos aprovados compromisso, execução e pagamentos (investimento total, investimento elegível, incentivo) – Informação sobre candidaturas e projetos aprovados, compromisso, execução e pagamentos (investimento, investimento elegível, incentivo); – Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; VBP; VAB; Resultados Operacionais; Resultados Antes de Impostos; Resultados Líquidos; EBE; Ativo Tangível e Intangível; Amortizações; Ativo Total; Capitais Próprios, Passivo Total; PT Totais e PT Qualificados; – Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização; – Calendarização do projeto; – Pontuações obtidas nos critérios de seleção; – Lista de despesas elegíveis de cada projeto; – Dados relativos ao contributo para os indicadores de resultado dos PO e outros indicadores relevantes dos projetos. • Informação disponibilizada através da mediação da AD&C: <ul style="list-style-type: none"> – A AD&C contratualizou uma “Aquisição de serviços de informação estatística, compreendendo a disponibilização de dados e o apoio técnico especializado, visando a realização do estudo “Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas”, que permitirá à equipa técnica do estudo agora em concurso aceder aos microdados de informação estatística na área das empresas residente no Instituto Nacional de Estatística, designadamente aquela que integra o Sistema de Contas Integradas das Empresas e os Quadros de Pessoal de acordo com as variáveis listadas no Anexo V do Caderno de Encargos.
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Responsabilidade pelo(a):	AD&C
<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação 	

18. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FEEI NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	AD&C e AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos)
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	<p>AD&C, AG do PO CI, do PO Norte, PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve, INE, representantes do Conselho Económico e Social (CES) (CIP e CCP), GEE do Ministério da Economia, agências públicas: IAPMEI; ANI; AICEP; Turismo de Portugal, I.P.</p> <p>AD&C, AG do PO CI e do PO Alentejo</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	<p>1º semestre 2017</p> <p>2º semestre 2017 (a ponderar atualização no 1º semestre 2021)</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	

19. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS DO PORTUGAL 2020

Objetivo(s)		<p>A avaliação pretende analisar a implementação e o funcionamento do Sistema de Incentivos do Portugal 2020 e perceber o seu efeito na produção dos resultados esperados, tendo como principais objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a adequação dos instrumentos de apoio e da sua configuração face aos objetivos traçados para o domínio Competitividade e Internacionalização; • Avaliar se a forma como o Sistema de Incentivos está a ser implementado (despesas elegíveis, condições de elegibilidade, critérios de avaliação de mérito,...) é a que maximiza os resultados esperados para a economia nacional, ou seja, se estão a ser selecionados os projetos com maior potencial de induzir mudanças estruturais e dar resposta aos constrangimentos identificados para a economia portuguesa; • Avaliar a qualidade (eficácia e eficiência) dos procedimentos de candidatura, análise, decisão e acompanhamento dos projetos (formulários, notificações, prazos, pagamentos, ...), ou seja, perceber se existe margem para uma maior simplificação e redução dos encargos administrativos para os beneficiários e para as entidades envolvidas na atribuição dos fundos; • Avaliar se o modelo de governação e o sistema de monitorização e de contratualização dos resultados é o que mais se adequa à operacionalização deste tipo de instrumento; • Avaliar se estratégia de comunicação utilizada é a que permite mobilizar procura qualificada e o acesso a novos investidores (ferramentas de marketing e comunicação utilizadas, motivação para recurso aos apoios, perceção do conhecimento dos Programas e dos valores a eles associados).
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	<p>Processo</p> <p>Temática</p>
Âmbito	<p>Programático</p> <p>Territorial</p> <p>Temático</p> <p>Temporal</p>	<p>PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve</p> <p>Continente</p> <p>PI 1.1, 1.2, 3,3 e 8.5</p> <p>PT2020</p>
Contextualização/Justificação		<p>Esta avaliação visa aferir se a forma como os apoios estão a ser atribuídos tende a maximizar os resultados previstos para o domínio “Competitividade e Internacionalização”, permitindo, dada a sua realização ainda numa fase inicial de execução dos PO, a incorporação atempada de ajustes e correções processuais.</p> <p>Dada a continuidade de muitos dos instrumentos atuais face ao anterior período de programação, este exercício deverá considerar a experiência do QREN e os primeiros resultados obtidos na avaliação de impacto anterior.</p> <p>A avaliação deverá ainda analisar, com base nos dados relativos aos primeiros avisos do PT2020, se as alterações introduzidas face ao QREN (novos instrumentos, critérios de seleção, condições de acesso, ...) estão a contribuir para a melhoria dos instrumentos e para a prossecução dos objetivos dos Programas.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> • Relatório anual de execução dos PO; Relatório Anual dos Fundos da União Europeia, Relatório intercalar da execução Acordo de Parceria 2019; Relatório de Síntese dos resultados das avaliações, a apresentar à CE (2022) • Decisões de revisão programática, nomeadamente reprogramações dos Programas; Decisões de gestão relativas a alterações regulamentares possíveis dentro do conteúdo programático existente, nomeadamente regulamentos específicos e critérios de seleção
Critérios e Questões de avaliação		<p>Relevância</p> <p>1. Em que medida os objetivos e desenho dos SI dão resposta às necessidades e prioridades dos territórios/beneficiários? 1.1. Qual a perceção dos potenciais promotores da qualidade e adequação das respostas às suas necessidades de investimento? 1.2. Considerando as características da procura aos Sistemas de Incentivos, os instrumentos criados (e as respetivas condições de admissibilidade) estão desenhados de forma a satisfazer as necessidades diagnosticadas? 1.3. Houve alteração do perfil dos potenciais beneficiários e da procura dirigida aos Fundos?</p> <p>Eficácia</p> <p>2. Considerando as características da procura aos SI, os instrumentos criados (e as respetivas condições de admissibilidade) estão desenhados de forma a atingir os resultados previstos em cada prioridade de investimento? 2.1. Considerando os projetos já apoiados, o alinhamento dos Sistemas de Incentivos com as RIS3, em especial no OT 1, é um fator que potencia a especialização da economia, nomeadamente direcionando os apoios para setores de maior valor acrescentado? 2.2. Em que medida a valorização dos desafios sociais na programação se pode refletir nos resultados da política pública em matéria de competitividade e internacionalização? 2.3. Os instrumentos desenhados e os mecanismos previstos permitem acelerar a transferência e valorização de conhecimento e atingir, da forma mais eficiente, os resultados</p>

19. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS DO PORTUGAL 2020

	<p>esperados nesta matéria, considerando, em particular as alterações introduzidas face ao QREN? 2.4. Os instrumentos criados permitem contribuir para o princípio do desenvolvimento sustentável, ou seja para a preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente? 2.5. Os instrumentos em causa contribuem para um efetivo reforço da coesão territorial, contribuindo de forma eficaz para atenuar as assimetrias regionais?</p> <p>Coerência</p> <p>3. Os instrumentos previstos no Sistema de Incentivos garantem complementaridades/ sinergias internas e externas? 3.1. Os instrumentos previstos no Sistema de Incentivos cobrem todas as fases do investimento empresarial? 3.2. Como potenciar a utilização articulada pelas empresas dos diferentes instrumentos e assegurar a complementaridade destes apoios com os Instrumentos Financeiros a implementar no âmbito do Portugal 2020?</p> <p>Eficiência operativa</p> <p>4. Os processos de candidatura, análise e seleção dos projetos são adequados face aos objetivos a atingir em cada Tipologia/Prioridade de Investimento? 4.1. Os AAC são adequados aos objetivos específicos dos Programas Operacionais? São suficientemente claros e potenciadores de procura qualificada? A regulamentação específica e outras regras e orientações aplicáveis são claras e facilmente apreendidas? 4.2. As grelhas de análise e critérios de admissibilidade e seleção são coerentes e os mais adequados face aos objetivos e metas definidas para cada Tipologia/Prioridade de Investimento? 4.3. Que tipo de projetos está a ser valorizado pelo critério regional? Quais as vantagens, evidenciadas pelos projetos apoiados, da utilização da diferenciação regional? 4.4. As candidaturas apresentadas e aprovadas aos Projetos Simplificados correspondem ao perfil desejável tendo em conta os objetivos das respetivas Prioridades de Investimento? A forma de acreditação das entidades prestadoras de serviços garante, de algum modo, a qualidade dos serviços prestados?</p> <p>5. Os aspetos procedimentais garantem uma gestão eficiente das candidaturas/ projetos? 5.1. Os formulários e os respetivos guias têm-se mostrado simples e com grau de exigência consonante com a dimensão do projeto? Os mecanismos de apoio e esclarecimento a potenciais candidatos e a beneficiários e respetivos tempos de resposta são adequados? 5.2. O Sistema de Informação e respetivos formulários e funcionalidades associadas permitem a gestão e operacionalização do ciclo do projeto de forma eficiente? 5.3. O Balcão 2020 está a contribuir para a simplificação e diminuição da carga administrativa sobre os beneficiários? Quais os principais pontos críticos e aspetos a melhorar? 5.4. A operacionalização dos Projetos Simplificados tem um nível de simplificação ajustado para este tipo de projetos? 5.5. Quais os principais constrangimentos ao arranque e implementação dos projetos por parte dos beneficiários e de que forma a configuração dos instrumentos de apoio e respetivas regras de aplicação poderiam ser ajustadas para responder mais eficazmente às necessidades dos promotores, assegurando o cumprimento da regulamentação europeia?</p> <p>6. O modelo de governação do domínio Competitividade e Internacionalização é adequado aos objetivos definidos e permite ganhos de eficiência de recursos e de eficácia das intervenções? 6.1. Qual a avaliação do funcionamento da Rede de Sistemas de Incentivos? 6.2. O relacionamento dos beneficiários com os intervenientes nos Programas, designadamente com os Organismos Intermédios, para efeitos de pedidos de informação e durante o ciclo de vida do projeto é efetuado de forma eficiente? Quais os principais pontos críticos e aspetos a melhorar? 6.3. O modelo de delegação de competências das Autoridades de Gestão nos Organismos Intermédios traduz uma melhoria da eficiência de governação dos Sistemas de Incentivos? 6.4. O Sistema de Informação de suporte à Rede Sistemas de Incentivos é suficientemente robusto, funcional e eficiente como ferramenta de apoio às Autoridades de Gestão, Organismos Intermédios e promotores?</p> <p>7. Os processos de contratualização e de acompanhamento dos resultados são adequados aos objetivos definidos? 7.1. A contratualização de indicadores de realização e resultado tem efeitos sobre a concretização dos projetos? Os indicadores contratualizados são adequados? 7.2. Os processos previstos para acompanhamento dos resultados dos projetos são os mais eficazes (assegurando que os objetivos dos projetos serão cumpridos e que as condições que permitiram a sua aprovação serão respeitadas)?</p> <p>8. A estratégia de comunicação com os potenciais beneficiários é adequada? 8.1. A divulgação dos apoios foi devidamente publicitada junto dos públicos-alvo? Como são percecionados os apoios pelos destinatários? A mensagem é clara? Estão a ser utilizados os meios adequados para captar procura qualificada? 8.2. Quais as principais dificuldades dos beneficiários no cumprimento das regras de publicitação dos apoios?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)

19. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS DO PORTUGAL 2020

<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao PT2020 (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (Cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (Cf. <i>idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 • Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020 <ul style="list-style-type: none"> – ENEI - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente e 7 EREI –Estratégias Regionais de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente • Avaliações realizadas anteriormente <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade, 2011 – Avaliação Estratégica do QREN - Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular as PME (Lote 3) – Relatório, Anexos, 2013 – Avaliação Intercalar do PO Fatores de Competitividade (2007-2012) – Sumário Executivo, Relatório, 2013 – Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC - Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters, 2013 • Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. <i>idem</i>) • Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> - Informação sobre candidaturas e projetos aprovados e respetivo compromisso (investimento, investimento elegível e incentivo); - Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; Valor Acrescentado Bruto; Postos de Trabalho Totais e Postos de Trabalho Qualificados; - Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização do investimento; - Calendarização do projeto; - Pontuações obtidas nos critérios de seleção; - Lista de despesas elegíveis de cada projeto.
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C e AG do PO CI</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	<p>AD&C; AG PO CI; do PO Norte, do PO Centro; do PO Lisboa, do PO Alentejo e do PO Algarve; IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A.; AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e Turismo de Portugal, I.P.; Representantes do CES – Conselho Económico e Social (CIP, CCP e Comissão Especializada Permanente de Política Económica e Social (CEPES))</p> <p>AD&C, AG do PO CI e 1 AG do PO Norte</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	<p>1º semestre 2017</p> <p>2º semestre 2017</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	130 mil euros
Observações	

20. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA CONCORRÊNCIA

Objetivo(s)		A avaliação tem como objetivos: i) apreciar os efeitos positivos e negativos relativos ao regime de incentivo, ou seja, o objetivo público dos auxílios em relação ao seu impacto sobre a concorrência e as trocas comerciais entre Estados-membro e ii) confirmar se ainda são válidos os pressupostos subjacentes à aprovação ex ante do regime de incentivo, podendo contribuir para melhorar a concessão de futuros regimes e suas regras, adaptando a intervenção de modo a aumentar a eficácia e a eficiência no sentido de garantir que os efeitos positivos são suficientes para justificar a aceitação da distorção do mercado causada pela intervenção.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de investimento em atividades inovadoras (alinhados com as prioridades da RIS3), incluindo de natureza produtiva (corpórea ou incorpórea), por parte de Não PME, desde que a inovação seja de âmbito nacional/internacional. Apoio a investimento produtivo, de natureza inovadora (e.g. ao nível de produto, de processo ou organizacional), por parte das PME, no domínio da qualificação, diferenciação, diversificação e inovação, na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado.
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no Artigo 1.º (2) (a) do Regulamento (UE) n.º 651/2014
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> Relatório anuais; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022) A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política. Apresentação à DG Concorrência no prazo estabelecido (seis meses antes do final do período de aplicação)
Critérios e Questões de avaliação		<p>Impacto direto nos beneficiários:</p> <p>Desempenho dos Beneficiários / Efeito de Incentivo: O apoio contribuiu para a melhoria do desempenho das empresas apoiadas (e.g. VAB, Volume de Negócios, criação de postos de trabalho, produtividade)? A sua evolução é distinta das empresas não apoiadas? O apoio foi decisivo para a concretização do projeto (efeito de incentivo)? Em que medida (dimensão, âmbito ou prazo do investimento)?</p> <p>Impacto indireto dos apoios concedidos (externalidades positivas e negativas):</p> <ul style="list-style-type: none"> Efeito de Arrastamento: Qual o impacto (efeito de arrastamento) dos projetos de investimento apoiados (em especial dos projetos de maior dimensão), designadamente sobre o emprego; o desenvolvimento socioeconómico do território e a coesão regional; a criação de valor nas atividades a montante e a jusante e pela utilização e valorização de inputs, sobretudo quando fornecidos por PME; a interação com entidades não empresariais do Sistema de I&I, no desenvolvimento da inovação a nível de produtos e ou processos, através de I&D ou de transferência de tecnologia; o desenvolvimento de Clusters? Impacto sobre a Concorrência: Quais os impactos sobre os principais concorrentes (não apoiados) das empresas apoiadas? Registaram-se falências de concorrentes devido ao efeito de distorção na concorrência? Houve reforço de dinâmicas de clusterização com benefício geral para as empresas do setor? Houve efeito de <i>crowding out</i> sobre o investimento devido ao apoio concedido? Resposta aos objetivos da política pública: Os apoios contribuíram para a prossecução dos objetivos de política pública inicialmente estabelecidos (indicados no ponto 1)? O regime de auxílios enquadrou-se na estratégia de desenvolvimento da região? O regime contribuiu para a alteração do perfil produtivo nacional, designadamente através da RIS3? <p>Proporcionalidade e adequação do regime:</p> <ul style="list-style-type: none"> Proporcionalidade dos apoios: Os apoios atribuídos foram os mais adequados aos objetivos atingidos? Seria possível alavancar o mesmo grau de investimento com um nível de apoio inferior? Seria possível, através de um maior nível de apoio, obter resultados muito superiores? <p>Para além das questões anteriores, elencam-se, em seguida, algumas questões adicionais, para as quais o exercício de avaliação poderá procurar dar resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> Qual o efeito líquido dos auxílios estatais atribuídos? Qual a sustentabilidade dos resultados alcançados pelas empresas apoiadas?

20. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA CONCORRÊNCIA

	<ul style="list-style-type: none"> As taxas de apoio (limitadas ao mapa de auxílios regional) contribuem efetivamente para a localização de investimento direto estrangeiro estruturante compensando a localização periférica de Portugal na Europa? ou com outro tipo de instrumento de política pública? Os resultados alcançados pelas empresas apoiadas correspondem aos previstos aquando da aprovação dos seus projetos? Quais as principais razões para os eventuais desvios (positivos ou negativos)? Existe diferenciação regional/setorial nos resultados alcançados, designadamente considerando as diferentes estratégias de especialização inteligente? 										
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	<table> <thead> <tr> <th>Questões de avaliação</th><th>Métodos previstos</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Impacto direto sobre os beneficiários</td><td> Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. </td></tr> <tr> <td>Efeito alavanca</td><td> Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. Avaliação Baseada na Teoria: Estudos de caso ao nível da indústria/região (complementarmente) </td></tr> <tr> <td>Efeitos sobre a concorrência</td><td> Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. </td></tr> <tr> <td>Proporcionalidade do auxílio</td><td> Avaliação de Impacto Baseada na Teoria: <i>Benchmarking</i> </td></tr> </tbody> </table>	Questões de avaliação	Métodos previstos	Impacto direto sobre os beneficiários	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.	Efeito alavanca	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. Avaliação Baseada na Teoria: Estudos de caso ao nível da indústria/região (complementarmente)	Efeitos sobre a concorrência	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.	Proporcionalidade do auxílio	Avaliação de Impacto Baseada na Teoria: <i>Benchmarking</i>
Questões de avaliação	Métodos previstos										
Impacto direto sobre os beneficiários	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.										
Efeito alavanca	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. Avaliação Baseada na Teoria: Estudos de caso ao nível da indústria/região (complementarmente)										
Efeitos sobre a concorrência	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.										
Proporcionalidade do auxílio	Avaliação de Impacto Baseada na Teoria: <i>Benchmarking</i>										
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao PT2020 (cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>idem</i>) Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (cf. <i>idem</i>) Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020: (a especificar) Avaliações realizadas anteriormente (a especificar) Estudos sobre a temática a avaliar (a especificar) Sistema estatístico nacional e internacional (a especificar) Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. <i>idem</i>) Informação do Sistema de Informação do PT2020: A seleção de um grupo de controlo credível é fundamental para garantir a comparabilidade e para a validação dos resultados da avaliação, devendo a sua qualidade ser devidamente assegurada. O grupo de controlo será selecionado entre as entidades não apoiadas (porque não se candidataram ou porque não cumpriram os requisitos de acesso ou de elegibilidade) constantes das bases de dados do Sistema Estatístico Nacional. Em termos de abordagem econométrica, a análise incidirá, principalmente, sobre a diferença de abordagem <i>difference-in-difference</i> e os efeitos fixos. Esta opção está em consonância com experiências anteriores e permite controlar ambas as fontes potenciais observáveis e não observáveis. No entanto, no processo de avaliação outros métodos podem ser utilizados de forma complementar ou para superar alguns problemas inesperados na aplicação dos pressupostos da presente contrafactual. O "Inovação Empresarial" está suportado num Sistema de Informação robusto que contém informação exaustiva das empresas apoiadas, com informação económica e financeira proveniente da IES (Informação Empresarial Simplificada), permitindo uma caracterização detalhada das mesmas. Esta informação poderá 										

20. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA CONCORRÊNCIA

	<p>ser recolhida junto do promotor nas fases pré e pós projeto, bem como junto das autoridades nacionais competentes entre as fases pré e pós projeto.</p> <p>O sistema de informação contém ainda informação detalhada pré-projeto referente às empresas com candidaturas apresentadas que não foram apoiadas.</p> <p>Os dados para o grupo de controlo serão recolhidos a partir da informação estatística oficial disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no âmbito do Sistema de Contas Integradas das Empresas, obtida a partir da IES.</p> <p>Neste sentido, está garantida a comparabilidade dos dados, já que a fonte de informação é a mesma para todas as empresas (apoiadas e não apoiadas).</p> <p>A análise poderá ser complementada com inquéritos às empresas em estudo.</p>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	
<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AD&C ou AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos)</p> <p>AD&C e AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos)</p>
Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	<p>AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais do Continente, Organismos Intermédios e INE</p> <p>AD&C, AG do PO CI e 1 AG do PO Regional do Continente</p> <p>(A ponderar)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	<p>1º semestre 2020</p> <p>2º semestre 2020</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	

21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO		
Objetivo(s)	Percecionar o grau de eficácia e o impacto dos apoios concedidos no QREN, através dos diferentes instrumentos e em diferentes contextos territoriais, explicitando a forma como as intervenções apoiadas produziram esses resultados. Identificar, à luz dos resultados da avaliação do QREN, a adequação dos instrumentos de apoio previstos PT2020 e eventuais necessidades de ajustamento que favoreçam a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções a apoiar.	
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PDR Continente
	Territorial	Portugal
	Temático	Instrumentos de Apoio QREN: Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, Sistema de Apoio a Parques de C&T e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Promoção do Emprego Científico, Programas de Doutoramento em Ambiente Empresarial; Medidas PRODER: Cooperação para a Inovação, Redes Temáticas de Informação e Divulgação, Serviços de Apoio ao Desenvolvimento PT2020: PI 1.1, 1.2, 3.1, 3.2, 3.3 e 8.5
	Temporal	QREN e PT2020
Contextualização/Justificação	<p>Face à ainda reduzida valorização da eficiência coletiva no Sistema de I&I, não obstante o investimento apoiado nos períodos de programação anteriores e, muito particularmente, no QREN, esta constituiu uma área à qual foi conferida especial incidência na programação do PT2020. A potenciação de uma rede consolidada entre as entidades do Sistema de I&I, reforçando a relação entre empresas e entidades de investigação, assume-se como um fator crítico para a efetiva transferência de conhecimento e sua posterior incorporação em bens e serviços inovadores e de maior valor acrescentado, com vista à superação dos atuais desafios de competitividade que se colocam às empresas portuguesas. No atual período de programação é reforçada a focalização da estratégia de valorização económica do conhecimento, o aumento do investimento empresarial em I&D e da articulação entre empresas e entidades do SCTN como elementos centrais de uma estratégia mais alargada de alteração do modelo de especialização da economia portuguesa.</p> <p>Considerando o volume muito expressivo dos apoios concedidos no QREN a estas prioridades estratégicas e não obstante alguma evidência produzida ao longo desse período quanto à implementação das intervenções e à eficácia dos instrumentos de apoio, a maturação mais longa dos seus resultados não permitiu apreender, imediatamente, os impactos daqueles apoios. Nesse sentido, importa identificar os impactos dos apoios registados no QREN e os mecanismos que conduzem à mudança, aferindo com base na experiência e resultados daquele período de programação o grau de adequação dos instrumentos propostos no PT2020 face aos objetivos a que se propõem e informar, se necessário, a concretização de propostas de ajustamento estratégico e/ou de política pública, ajustamentos programáticos dos Fundos e do seu quadro regulamentar e instrumental, desde logo na afinação dos instrumentos de apoio do PT2020 por forma a maximizar a eficácia na utilização dos Fundos.</p>	
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	Decisões de gestão, programáticas/regulamentares e de política, relatórios anuais de execução dos PO envolvidos (2017), Relatório Anual dos Fundos da União Europeia	
CrITÉrios e Questões de avaliação	<p>Relevância (QREN/PT2020) QA1. Em que medida os objetivos de política pública que enquadram os instrumentos de apoio à transferência de conhecimento e valorização económica de conhecimento financiados pelos Fundos dão resposta às necessidades dos grupos-alvo a que são dirigidos e às especificidades territoriais? Em que medida esses instrumentos de apoio respondem aos objetivos de política definidos? Qual o racional de mobilização desses instrumentos de apoio no âmbito dos Fundos Comunitários na prossecução desses objetivos?</p> <p>Coerência (QREN/PT2020) QA2. Como é que os instrumentos de apoio no âmbito dos Fundos Comunitários se articulam/complementam entre si e com os demais instrumentos da política (policy mix) com vista à promoção da transferência e valorização de conhecimento?</p> <p>Eficácia (QREN) QA3. Existe evidência do reforço das dinâmicas de transferência de conhecimento e de valorização económica de conhecimento? Qual o contributo dos diferentes instrumentos de apoio para essa mudança (se ocorreu)? QA4. Quais os fatores críticos que potenciaram a eficácia (de cada um) dos instrumentos de apoio neste domínio (e quais se revelaram prescindíveis)? Quais os elementos de contexto que condicionaram ou potenciaram os resultados da política?</p>	

21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

QA5. As especificidades dos territórios abrangidos e dos grupos-alvo revelaram-se igualmente atendidas pelos instrumentos ou explicam níveis de sucesso diferenciados?

Eficiência (QREN)

QA6. A dimensão financeira bem como as diferentes formas de financiamento adotadas foram adequadas e suficientes para fazer a diferença ao nível dos objetivos da política pública?

QA7. A intervenção dos instrumentos de apoio foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis?

Impacto / Sustentabilidade (QREN)

QA8. Em que medida o estímulo das dinâmicas de produção, transferência e valorização económica de conhecimento se traduziram numa efetiva alteração do padrão de especialização produtiva nacional? E do padrão de especialização produtiva das regiões? São identificados ganhos de produtividade, de competitividade internacional ou de emprego qualificado associados a essas dinâmicas, à escala regional e à escala nacional? Que outros impactos (positivos ou negativos) se observam em resultado dessa política?

QA9. Em que medida os diferentes os efeitos produzidos ou induzidos pelos diferentes instrumentos de apoio perduraram para além da duração do apoio?

Valor Acrescentado Europeu (QREN)

QA10. Qual o valor acrescentado europeu das intervenções apoiadas no âmbito da transferência e valorização económica de conhecimento?

A resposta às questões de avaliação deverá incluir a análise das seguintes dimensões:

- i. Impacto dos diferentes apoios à produção, transferência e valorização do conhecimento, incluindo a criação e qualificação de infraestruturas de acolhimento empresarial, designadamente parques de C&T e incubadoras de empresas de base tecnológica, nas dinâmicas inerentes ao ecossistema do empreendedorismo e no surgimento de uma nova geração de empreendedores com potencial para acrescentar valor à economia por via da maior incorporação de ciência e tecnologia nos seus produtos, processos e serviços e mais aptos a enfrentar os desafios da globalização.
- ii. O contributo dos apoios no âmbito do SI I&DT, designadamente os Vale I&DT, para aproximar as PME, principalmente as de menor dimensão ou inseridas em setores menos intensivos em tecnologia e conhecimento, das entidades de investigação e produção de conhecimento (designadamente instituições de ensino superior, institutos e centros de investigação, centros tecnológicos, Laboratórios do Estado) e das entidades de interface do sistema nacional de I&I.
- iii. O contributo dos apoios dirigidos às atividades de I&DT empresarial para o fomento da procura mais alargada, pelas empresas, de respostas junto das instituições científicas e tecnológicas e de formas colaborativas de criação e valorização de conhecimento e partilha de risco entre os diversos atores do sistema nacional de I&I. O contributo da relação colaborativa entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas para a alavancagem de novos projetos/atividades de I&D por parte do tecido empresarial, fomentando a sua apetência pelo desenvolvimento de atividades de I&D e inovação de forma mais intensiva e regular
- iv. O contributo dos projetos empresariais de I&D apoiados, bem como os instrumentos de apoio ao emprego científico e ao doutoramento em contexto empresarial para o incremento das qualificações dos recursos humanos das empresas. A qualificação dos recursos humanos como forma de capacitação empresarial para a endogeneização e incorporação do conhecimento científico e tecnológico na sua atividade produtiva.
- v. Os efeitos de disseminação dos projetos de demonstração e difusão dos resultados dos projetos apoiados, em particular dos resultados obtidos por instituições científicas e tecnológicas. Esses resultados chegaram ou estão acessíveis às restantes empresas e setores que deles possam beneficiar?
- vi. A relação colaborativa entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas e a endogeneização de novos conhecimentos suscetíveis de ser aplicados na atividade produtiva das empresas envolvidas e na incorporação de valor nos produtos, serviços e processos visados nos projetos apoiados. Caracterização dessa incorporação de valor, motivações e constrangimentos à prossecução de práticas colaborativas.
- vii. O contributo dos diferentes instrumentos de apoio para o alinhamento das atividades de IC&DT promovidas por entidades não empresariais do sistema de I&I com as necessidades do tecido empresarial (incluindo novas agendas e programas de investigação e inovação conjuntos) e o contributo para a valorização económica de conhecimentos e competências residentes nas entidades de investigação e produção de conhecimento.
- viii. A adequação dos mecanismos e formas de apoio à proteção da propriedade industrial, quer no caso da defesa da propriedade inerente aos resultados decorrentes de atividades de I&D apoiadas, quer relativamente a atividades de I&D não cofinanciadas.
- ix. O papel dos processos de clusterização empresarial na dinamização e consolidação de redes, cadeias de valor e iniciativas de eficiência coletiva assentes na transferência de conhecimento e inovação tecnológica.
- x. O papel das estratégias nacional e regionais para a especialização inteligente enquanto quadros de referência às intervenções a apoiar no PT2020 com vista ao desenvolvimento e consolidação de ecossistemas regionais de inovação.

21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao QREN (cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) • Informação relativa ao Portugal 2020 (cf. Idem) • Regulamentos europeus referentes ao período de programação do QREN • Regulamentos europeus referentes ao período de programação do PT2020 • Legislação nacional e regional aplicável (QREN e PT2020) • Regulamentos específicos do QREN e dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 • Documentos de políticas públicas relacionadas com o objeto da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva - ENEI - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente - Estratégias Regionais de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente • Avaliações realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas - Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters - Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade - Avaliações intercalares do PO Regionais • Outras avaliações e estudos sobre a temática a avaliar: <ul style="list-style-type: none"> - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2013), Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação – desafios, forças e fraquezas rumo a 2020 - Comissão Europeia, Ex Post Evaluation of the ERDF and CF – Work package 2 – Small and medium sized enterprises, innovation, ICT - Comissão Europeia, Ex Post Evaluation of the ERDF and CF – Work package 3 – Financial Instruments for Enterprises - Comissão Europeia, Ex Post Evaluation of the ERDF and CF – Work package 4 – Large Enterprises - Comissão Europeia, European Innovation Scoreboard • Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. Idem) • Informação dos Sistemas de Informação do QREN e do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> - Informação sobre candidaturas e projetos aprovados, compromisso, execução e pagamentos (investimento, investimento elegível e incentivo); - Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; VBP; VAB; Resultados Operacionais; Resultados Antes de Impostos; Resultados Líquidos; EBE; Ativo Tangível e Intangível; Amortizações; Ativo Total; Capitais Próprios, Passivo Total; PT Totais e PT Qualificados; - Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização; - Calendarização do projeto; - Pontuações obtidas nos critérios de seleção; - Lista de despesas elegíveis de cada projeto; - Dados relativos ao contributo para os indicadores de resultado dos PO e outros indicadores relevantes dos projetos.
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C, AG do PO CI, do PO CH, dos PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve e do PDR</p>

21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais do Continente, AG do PDR, FCT, IAPMEI, ANI, representantes do Conselho Económico e Social (CIP - Confederação Empresarial de Portugal e CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (efetivos); CCP- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e UGT - União Geral de Trabalhadores (suplentes)</p> <p>AD&C, AG do PO CI e AG do PO do Centro</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>28 de outubro de 2016</p> <p>1.º trimestre 2017</p> <p>270 dias</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	80 mil euros
Observações	A ponderar atualização no 1º semestre 2021

22. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo(s)		Analisar os efeitos dos apoios à modernização e à capacitação da administração pública concedidos no âmbito do QREN e do PT2020, considerados os objetivos de política prosseguidos em cada período de programação. No âmbito da avaliação de impacto QREN procura-se a) Aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos no QREN e identificar o seu efeito e contributo face aos objetivos prosseguidos pela política pública em análise; b) Explicitar a forma como as intervenções apoiadas no QREN produziram os efeitos observados, que mecanismos causais lhes deram origem e em que contextos o fizeram, assim como os fatores críticos de sucesso (e de insucesso) para a produção dos resultados desejados. A análise do contexto deve considerar as dimensões nacional, regional e local e a tipologia das entidades da Administração envolvidas (Administração Pública central, desconcentrada e local); c) Identificar e produzir conhecimento sobre as melhores práticas do QREN, em domínios críticos para a modernização e capacitação da Administração Pública, a identificar pelo avaliador. No âmbito da Avaliação de processo PT 2020 os objetivos são: a) Avaliar a adequação dos instrumentos de apoio e da sua configuração face às necessidades diagnosticadas e aos objetivos traçados para o domínio da modernização da Administração Pública e do modelo de governação instituído para a intervenção dos FEEI neste domínio; b) Avaliar se a forma como as tipologias de apoio estão a ser implementadas (divulgação, elegibilidades, critérios de avaliação de mérito, resultados contratualizados...) é a que maximiza os resultados esperados, selecionando os projetos com maior potencial de induzir mudanças estruturais e dar resposta aos objetivos específicos neste domínio; c) Identificar necessidades e oportunidades de ajustamento no plano programático, regulamentar e de operacionalização da intervenção dos FEEI no domínio da modernização e capacitação da administração pública.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto QREN e Processo PT2020 Temática
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Portugal PI 2.3 e PI 11.1 QREN (maior incidência) e PT2020
Contextualização/Justificação		Não obstante alguma evidência produzida ao longo do período de programação do QREN quanto à implementação das intervenções e à eficácia dos instrumentos de apoio à modernização e capacitação da Administração Pública, o volume muito expressivo dos apoios concedidos no QREN a esta prioridade estratégica e a maturação mais longa dos seus efeitos justificam a necessidade da presente avaliação, especialmente orientada para a identificação e explicitação da eficácia e impacto daqueles instrumentos de política. Por outro lado, a intervenção estratégica proposta para 2014-2020 visa aprofundar a linha de intervenção iniciada no período de programação anterior, ao nível da integração e interoperabilidade entre os vários sistemas existentes, com a necessária complementaridade no que se refere à qualificação e melhoria de competências, de forma a reforçar o cumprimento dos princípios que devem pautar a atuação dos agentes públicos, como a independência e a transparência. Nesse sentido, pretende-se ainda analisar a implementação e o funcionamento dos apoios à Modernização da Administração Pública do Portugal 2020, à luz da aprendizagem sobre os resultados do QREN e das alterações programáticas introduzidas no atual período de programação.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> • Produzir um conjunto fundamentado de recomendações de ajustamento, nos planos de atuação – estratégico, programático, regulamentar ou de operacionalização – que resultem mais adequados à natureza de cada recomendação • Avaliar futuras decisões de gestão, desde logo as que permitam a afinação dos instrumentos de apoio do PT2020
Critérios e Questões de avaliação		<p>Eficácia (QREN)</p> <p>1. A intervenção do QREN atingiu os objetivos a que se propunha em matéria de capacitação e modernização da Administração Pública?</p> <p>2. A relação entre os recursos mobilizados e os resultados das intervenções é satisfatória, face aos objetivos prosseguidos?</p> <p>Impacto e Sustentabilidade (QREN)</p> <p>3. Face à natureza e magnitude dos problemas identificados em fase de diagnóstico e à evolução do contexto em que se desenvolveu o QREN, os efeitos produzidos pela intervenção foram resposta adequada às principais necessidades das empresas e cidadãos? Esses efeitos perduraram para além da duração do apoio?</p> <p>Valor Acrescentado Europeu (QREN)</p> <p>4. Qual o valor acrescentado da intervenção dos fundos europeus no apoio à modernização e capacitação da administração pública?</p> <p>Relevância (PT2020)</p>

22. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	<p>5. Em que medida os instrumentos de apoio à modernização e capacitação da Administração Pública financiados pelos PT2020 dão resposta às necessidades das empresas e dos cidadãos, às prioridades de política pública a que estão subordinados e às especificidades dos territórios?</p> <p>Eficiência operativa (PT2020)</p> <p>6. O modelo de governação e os processos de candidatura, análise e seleção dos projetos, bem como os mecanismos de contratualização e acompanhamento, são os mais adequados para alcançar os objetivos identificados na programação do PT2020?</p> <p>Eficácia (PT2020)</p> <p>7. Considerando a implementação registada até ao momento, o contributo esperado das operações aprovadas para as realizações, resultados e metas definidas na programação é satisfatório? Se (e onde) não, qual a justificação para esse desempenho e o que pode ser feito para melhorar a eficácia da intervenção dos FEEI?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao QREN (cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) • Informação relativa ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (cf. <i>idem</i>) • Documento de políticas públicas relacionadas com o objeto de avaliação: <ul style="list-style-type: none"> - SIMPLEX - Plano Global Estratégico de Redução e Racionalização das Tecnologias de Informação e Comunicação - Estratégia nacional “Um Estado Melhor”, aprovada em Conselho de Ministros de 8 de maio de 2014 - Programa Nacional de Reformas - SIMPLEX+ - Estratégia TIC 2020 • Avaliações realizadas anteriormente <ul style="list-style-type: none"> - “Meta-Avaliação do primeiro ciclo de Avaliações do QREN e dos Programas Operacionais (2007-2013)” - “Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013” - “Avaliação Intercalar do PO FC – Programa Operacional Fatores de Competitividade” • Outras avaliações e estudos sobre a temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> - Avaliações ex ante dos Programas Operacionais do PT2020 • Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. <i>idem</i>) • Informação no Sistema de Informação do QREN e do Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> - Informação sobre candidaturas e projetos aprovados, compromisso, execução e pagamentos (investimento, investimento elegível e incentivo); - Dados relativos ao contributo para os indicadores de resultado dos PO e outros indicadores relevantes dos projetos.
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C e AG do PO CI e dos PO</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso 	<p>AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve, do PO Madeira, do PO Açores, do PO ISE, Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), Agência para a Modernização Administrativa (AMA), Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA); a Associação Nacional dos Municípios (ANMP); representantes do Conselho Económico e Social (CES) (CGTP IN)</p> <p>AD&C, AG do PO CI e 1 AG do PO Regional</p>

22. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

• Comité Científico	(Não aplicável)
Calendário:	
• Lançamento do concurso	1º semestre 2019
• Início da Avaliação	2º semestre 2019
• Duração da Avaliação	2 semestres
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	120 mil euros
Observações	

23. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3): REDE, REALIZAÇÕES E RESULTADOS ESPERADOS

Objetivo(s)		<p>A avaliação pretende produzir aprendizagens relativamente à adequação do modelo de operacionalização da RIS3 no âmbito do PT2020, tendo como principais objetivos os seguintes.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliar se a integração das ENEI/EREI no processo de implementação do PT2020 está a alcançar os objetivos esperados ou a criar condições para os alcançar, nomeadamente a contribuir para promover a especialização inteligente dos territórios a que respeitam, nomeadamente através de uma crescente integração das cadeias-de-valor e maior articulação entre os atores. – Avaliar a adequação da arquitetura e dinâmica de construção permanente das ENEI/EREI (nomeadamente ao nível do envolvimento dos atores pertinentes) aos objetivos de criação de ecossistemas de inovação propiciadores de crescimento inteligente, inclusivo e sustentável. – Avaliar o processo de implementação, a adequação e a eficácia do modelo de governação (numa lógica multinível que integra a governação da ENEI e das EREI com a governação estabelecida no Acordo de Parceria) para alcançar os objetivos pretendidos. – Explicitar a forma como é expectável que as intervenções associadas à RIS3 produzam os efeitos esperados, em que circunstâncias e em que contextos e os fatores críticos de sucesso/insucesso (ou seja, explicitar a teoria de mudança associada a este processo). – Produzir recomendações claras e objetivas que possibilitem, de forma sustentada e realista, melhorar a eficácia dos processos conducentes a uma especialização inteligente.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Temática
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	<p>PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR do Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR</p> <p>Portugal</p> <p>OT1, OT3, OT 8 e OT10 e outros OT/PI/Categorias de intervenção dos PO e medidas dos PDR referenciados nos documentos das ENEI/EREI</p> <p>PT2020</p>
Contextualização/Justificação		<p>No âmbito do OT 1 foi obrigatório o cumprimento de condicionalidade <i>ex ante</i> que se traduzia na existência de uma estratégia nacional ou regional de especialização inteligente. Por opção do Governo português foram desenvolvidas 7 Estratégias Regionais de Especialização Inteligente e uma Estratégia Nacional. Os domínios prioritários identificados nas ENEI/EREI constituem condição de admissibilidade ao nível das operações do OT 1 e de prioridade ao nível dos OT 3, OT 8 e OT 10 (2/3 da dotação FSE para formação avançada doutoral e pós-doutoral tem de estar alinhada com as prioridades ENEI/EREI).</p> <p>Pela primeira vez foi desenvolvida de forma coerente uma Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente com prioridades e objetivos claramente territorializados, pelo que assumindo-se como um modelo inovador no panorama de implementação dos Fundos estruturais, exige-se a criação de mecanismos de M&A adequados.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para os Relatórios Intercalares do AP; Contributo para os Relatórios Anuais dos Fundos; Monitorização e propostas de ajustamento ao modelo de integração das EREI/ENEI no PT2020; Análises comparativas da COM; A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Critérios e Questões de avaliação		<p>Eficiência operativa</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os processos de candidatura, análise e seleção dos projetos (p.e. avisos de abertura de candidaturas, formulários, critérios de seleção, condições de admissibilidade) e contratualização são os mais adequados para alcançar os objetivos das ENEI/EREI? 2. Os mecanismos de gestão das ENEI/EREI (informação, dinamização e divulgação, capacitação das agências públicas, acompanhamento e monitorização, ...) facilitam o cumprimento dos seus objetivos? 3. Qual a adequação e influência dos modelos de governação das ENEI/EREI na implementação das mesmas no PT2020? <p>Eficácia</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. As ENEI/EREI estão a ser capazes de dinamizar os ambientes adequados à descoberta empreendedora e o desenvolvimento dos respetivos Sistemas Regionais de I&I? Quais os fatores críticos de sucesso/principais obstáculos (dinamização, informação, cultura organizacional das entidades envolvidas...)? 5. Qual o papel dos FEEI na concretização dos objetivos das ENEI/EREI (considerando a sua configuração e primeiras realizações)? 6. Qual o contributo esperado das ENEI/EREI no cumprimento dos objetivos e metas nacionais em matéria de Crescimento Inteligente da Europa 2020? Quais os principais fatores críticos/estrangulamentos?

23. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3): REDE, REALIZAÇÕES E RESULTADOS ESPERADOS

	<p>Aspetos a considerar na resposta às Questões de Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Na resposta à QA1 deve-se avaliar a capacidade dos instrumentos de política (policy-mix, avisos, regulamentação específica...) em incorporar a evolução das áreas temáticas e os resultados dos processos de descoberta empreendedora. – Na resposta à QA1 deve avaliar-se de que forma a procura se está a ajustar à oferta (orientada pela ENEI/EREI)? – Na resposta à QA1 deve ser analisado se a ENEI/EREI aportou uma efetiva discriminação na análise dos projetos e promoveu uma maior seletividade nos projetos candidatados aos programas operacionais do PT2020 (aferido, p.e., pela proporção de exclusões e pelos desvios-padrão nas pontuações finais). – Na resposta à QA3 deve concluir-se se os modelos de governação têm garantindo uma maior articulação multinível que permita obstar a eventuais sobreposições temáticas/conflitos entre ENEI e EREI. – Na resposta à QA4 deve avaliar-se os níveis e dimensões de envolvimento dos atores no processo contínuo de descoberta empreendedora, nomeadamente no ajustamento do policy-mix, na definição dos avisos, incluindo as prioridades específicas e os critérios de seleção e, ainda, na análise dos resultados. – Na resposta à QA6 deve verificar-se se as ENEI/EREI estão a induzir/acelerar o processo de transformação estrutural da economia pela maior integração dos atores em torno de cadeias-de-valor e se estes processos são visíveis quer nos domínios emergentes, quer nos domínios consolidados.
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao QREN (cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") • Informação relativa ao Portugal 2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao Portugal 2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 (cf. <i>idem</i>) • Documento de políticas públicas relacionadas com o Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> – Textos da ENEI e das 7 EREI • Avaliações realizadas anteriormente <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação Global da Implementação do QREN – Avaliação da Operacionalização dos Sistemas de Incentivos (SI) – Avaliação sobre o contributo do QREN para a Inovação e a Internacionalização das Empresas – Avaliação realizada da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) -Tipologia Clusters • Estudos sobre a temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> – European Commission (2014) National/Regional Innovation Strategies for Smart Strategies (RIS3), Cohesion Policy. – CE (2012) Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations (RIS3), Regional Policy, European Commission. – CE (2016) Implementing Smart Specialisation Strategies: a handbook, Regional and Urban Policy. – Polverani, Laura (2016) The implementation of Smart Specialisation Strategies in 2014-20. ESIF programmes: turning intelligence into performance, December, IQ-Net Thematic Paper 39 (2), European Policies Research Centre, University of Strathclyde, Glasgow. • ADC (2017) RIS3 – Estratégias de Especialização Inteligente, Relatório Anual dos Fundos da União Europeia, II, 2015, no prelo.Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. <i>idem</i>) • Informação recolhida no Sistema de Informação do Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> – Realização física e financeira das operações associadas à RIS3 (Sistema de Informação do PT 2020 e SI dos PO) – Lista dos avisos no âmbito da RIS3 – Guias de orientações para análise de candidaturas no âmbito da RIS3 – Informação de candidaturas e do processo de seleção
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia

23. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3): REDE, REALIZAÇÕES E RESULTADOS ESPERADOS

Responsabilidade pelo(a):	
<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C</p> <p>Conselho Coordenador da ENEI</p>
Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	<p>AD&C, AG do PO CI, do PO CH, do PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve e/ou CCDR do Norte, do Centro, de Lisboa, do Alentejo e do Algarve; do PO Açores e PO Madeira; ANI; ARDITI e Direção Regional de Ciência e Tecnologia, GPP na qualidade de coordenador da Comissão de Coordenação Nacional (CCN) para o FEADER, DGPM na qualidade de coordenador da Comissão de Coordenação (CCF) para o FEAMP, representantes do CES.</p> <p>AD&C; ANI e AG do Algarve</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	<p>2º semestre de 2017</p> <p>2º semestre 2017</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	

24. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o impacto da aplicação dos FEEI na concretização das EREI e na consolidação e desenvolvimento dos 7 Sistemas Regionais de Investigação e Inovação; Avaliar o impacto da aplicação dos FEEI na concretização da ENEI e na consolidação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Investigação e Inovação; Avaliar a pertinência e eficácia dos mecanismos de governação e M&A dos FEEI e da sua articulação com as EREI/ ENEI.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Territorial/Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR
	Territorial	Portugal
	Temático	OT1, OT3, OT 8 e OT10
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Esta avaliação deve atualizar a avaliação anterior, mas agora numa lógica de impacto. A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para o Relatório Anual dos Fundos de 2019; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020; Reflexão no âmbito do Conselho Coordenador da ENEI/ EREI; CIC; Divulgação de resultados do PT2020
Critérios e Questões de avaliação		<p>Sistemas Regionais de I&I (SRI&I):</p> <ul style="list-style-type: none"> Grau de penetração dos instrumentos de apoio FEEI em cada uma das EREI? Como foi promovido a potenciação dos FEEI e a dinamização de outras fontes de financiamento das EREI? Os mecanismos de valorização da inserção em RIS3 foram os mais adequados? As candidaturas aprovadas e executadas com FEEI foram as mais adequadas face aos objetivos de cada uma das EREI (e prioridades temáticas identificadas)? Os instrumentos de apoio e o modo de implementação foram os mais adequados? O modelo de governação e de M&A permitiu a concretização dos objetivos e metas definidas? Que aspetos a melhorar? Quais os resultados obtidos ao nível: i) superação das ameaças e dos constrangimentos identificados nos Sistemas Regionais; ii) potenciação dos pontos forte e das oportunidades; iii) potenciação das dinâmicas, das redes e sinergias/ cooperação entre Empresas e Instituições de I&D e outros atores relevantes do SRI&I? Quais os impactos gerados ao nível: i) I&D; ii) inovação; iii) Estrutura económica regional e internacionalização; iv) empreendedorismo qualificado; Quais as melhorias verificadas em termos de posição competitiva (I&I) da Região em Portugal e na Europa? Qual o grau de sustentabilidade das melhorias? <p>Sistema Nacional de I&I:</p> <ul style="list-style-type: none"> Qual o contributo global dos FEEI para a implementação da ENEI? Como foi promovido a potenciação dos FEEI e a dinamização de outras fontes de financiamento? Os mecanismos de valorização da inserção em RIS3 foram os mais adequados? Os mecanismos implementados no PT2020 ao nível da admissibilidade, despesas elegíveis, beneficiários, tipologias de projeto, seleção, financiamento e acompanhamento foram os mais adequados para promover a concretização dos objetivos da ENEI? O modelo de governação e de M&A permitiu a concretização dos objetivos e metas definida? Permitiu a implementação de uma lógica multinível, integrando os modelos adotados em cada uma das 7 regiões? Que aspetos a melhorar? Quais os resultados obtidos em Portugal, ao nível do SNI&I: i) superação das ameaças e dos constrangimentos identificados; ii) potenciação dos pontos forte e das oportunidades; iii) potenciação das dinâmicas, das redes e sinergias/ cooperação entre Empresas e Instituições de I&D e outros atores relevantes do SNI&I? Quais os impactos gerados em Portugal, ao nível de: i) I&D; ii) inovação; iii) Estrutura económica regional e internacionalização; iv) empreendedorismo qualificado; Qual o grau de concretização dos 5 objetivos estruturantes (i) A promoção do potencial da base de conhecimentos científicos e tecnológicos; ii) O fomento da cooperação entre as instituições de I&D públicas e privadas e entre empresas, com o reforço da política de clusterização e a promoção da transferência e circulação do conhecimento, para melhoria do nível de intensidade tecnológica e de conhecimento dos bens e serviços produzidos; iii) A aposta em bens e serviços transacionáveis e com valor acrescentado, a internacionalização das empresas e a diversificação de mercados; iv) O fomento do empreendedorismo,

24. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)

	<p>promovendo a criação do emprego e a qualificação de recursos humanos; v) A transição para uma economia de baixo teor de carbono).</p> <ul style="list-style-type: none"> Os impactos gerados permitiram que a ENEI potenciase e complementasse as prioridades das EREI e promovesse a coerência global da Estratégia em torno do desenvolvimento dos Sistemas Nacionais e Regionais de I&I? Quais as melhorias verificadas em termos de posição competitiva (I&I) de Portugal na Europa e no Mundo? Qual o grau de sustentabilidade das melhorias? Qual a avaliação global na implementação de foco temático (e diferenciação territorial) nos apoios à I&D&I, em alinhamento com as Estratégias Nacional e Regionais de I&I? Que recomendações para o futuro?
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao Portugal 2020 (cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. idem) Legislação nacional referente ao Portugal 2020 (cf. idem) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 (cf. idem) Documentos de políticas públicas relacionadas com o Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> Eventuais ajustamentos introduzidos na ENEI/ 7 EREI; Avaliação realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> Avaliações intercalares dos PO Regionais e Temáticos e outras avaliações temáticas relevantes; Estudos sobre a temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> Estudos e outros trabalhos relevantes desenvolvidos no âmbito dos Sistemas de Monitorização e Avaliação da ENEI e das 7 EREI; Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. idem) Sistema de informação do Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> Informação de candidaturas, processo de seleção e realização física e financeira do PT2020 (Sistema de Monitorização do PT2020 e SI dos PO).
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C e/ou Conselho Coordenador da ENEI</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>Entidades do Conselho Coordenador da ENEI (AD&C AG dos PO Temáticos, AG dos PO Regionais, ANI, IAPMEI, FCT e AICEP), AG dos PDR e do PO MAR</p> <p>AD&C, 1 AG do PO Temático e 1 AG do PO Regional</p> <p>(A ponderar)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>2º semestre de 2021</p> <p>1º semestre 2022</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	A ponderar

25. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO		
Objetivo(s)	Dada a relevância assumida pela internacionalização no PT2020, esta avaliação tem como objetivo aferir os resultados dos apoios à Internacionalização da economia, quer ao nível das empresas, quer das entidades não empresariais do Sistema de I&I, quer ao nível da redução dos custos de contexto, considerando as características da procura e a evolução das tendências de especialização.	
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira
	Territorial	Continente ou Portugal
	Temático	QREN PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e 8.5
	Temporal	QREN e PT2020 (maior incidência)
Contextualização/Justificação	Esta avaliação permite aferir se a forma como os apoios estão a ser atribuídos tende a maximizar os resultados ao nível da internacionalização das empresas e da sua penetração em novos mercados, designadamente face à experiência do QREN (tendo em conta já os primeiros resultados da avaliação de impacto contrafactual).	
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	Decisões de gestão, programáticas e de política, Relatório anual de execução, Relatório Intercalar da execução do Acordo de Parceria em 2019 e Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022).	
CrITÉRIOS e Questões de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Como se caracteriza a procura aos apoios públicos à Internacionalização, em particular a partir de 2008? Em que medida é que o seu perfil difere/afeta os objetivos definidos pelo PT2020? Os instrumentos criados são adequados e permitem atingir os resultados previstos? (eficiência operativa) • Os instrumentos criados (incluindo da Inovação produtiva e ações coletivas) contribuem para a penetração no mercado internacional, para a melhoria do perfil de especialização do país e para o acréscimo do valor acrescentado nos produtos produzidos e exportados? Esse contributo é reforçado face à experiência do QREN? (eficácia) • Qual a relevância dos projetos simplificados de internacionalização na estratégia de internacionalização da empresa? (relevância) • Qual o impacto e sustentabilidade dos apoios aos projetos conjuntos de internacionalização apoiados no QREN, ou seja, quais os resultados para as empresas participantes? Houve efetivamente entrada em novos mercados após a participação em projetos conjuntos? Como potenciar esses efeitos nos atuais projetos conjuntos de internacionalização? (impacto e sustentabilidade) • No que concerne à melhoria das capacidades organizativas e nas competências empresariais, quais as áreas que deveriam beneficiar de maior incidência de apoios a fim de potenciar as capacidades de internacionalização das empresas? (eficiência operativa) • Qual o impacto dos investimentos previstos nos Transportes na ligação das empresas aos mercados internacionais e na redução dos custos (incluindo tempo) de transporte e logística? (impacto) • No âmbito da Administração Pública, os apoios estão a ser direcionados para a prestação de serviços mais eficazes e de maior qualidade, com benefícios para as empresas e empreendedores que pretendam atuar ou atuem no mercado internacional? (eficiência operativa) • No que concerne à Ciência, os apoios disponíveis permitem potenciar a visibilidade da I&D realizada em Portugal e a internacionalização do Sistema de I&I, designadamente potenciando a atuação das entidades não empresariais em redes e plataformas internacionais de conhecimento e a sua participação em projetos de I&D de âmbito internacional? (eficácia?) • Na área da internacionalização, as ações coletivas apoiadas têm contribuído, através da produção de bens públicos, para o sucesso da internacionalização das PME, para um melhor conhecimento dos mercados e para a valorização da oferta portuguesa no exterior? (eficácia) • Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? (valor acrescentado europeu) 	
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria	
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao PT2020 (cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 • Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020: (a especificar) • Avaliações realizadas anteriormente (a especificar) 	

25. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

	<ul style="list-style-type: none"> Estudos sobre a temática a avaliar: <i>(a especificar)</i> Sistema estatístico nacional e internacional: <ul style="list-style-type: none"> INE; CCDR, Conselho Coordenador da ENEI,... Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> Informação sobre candidaturas e projetos aprovados, compromisso, execução e pagamentos (investimento, investimento elegível e incentivo); Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; VBP; VAB; Resultados Operacionais; Resultados Antes de Impostos; Resultados Líquidos; EBE; Ativo Tangível e Intangível; Amortizações; Ativo Total; Capitais Próprios, Passivo Total; PT Totais e PT Qualificados; Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização; Calendarização do projeto; Pontuações obtidas nos critérios de seleção; Lista de despesas elegíveis de cada projeto; Informação sobre os mercados de destino das empresas no pré e no pós-projeto, bem como os mercados de atuação dos projetos conjuntos e das ações coletivas.
Procedimento de contratação preferencial	Concurso limitado por prévia qualificação
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	<p>AD&C ou AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos), conforme a avaliação abranja os PO das Regiões Autónomas ou se restrinja ao Continente.</p> <p>AD&C e AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos)</p>
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais e Organismos Intermédios</p> <p>AD&C, AG do PO CI e 1 AG do PO Regional (Não aplicável)</p>
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>2º semestre 2020</p> <p>1º semestre 2021</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	A ponderar atualização no 1º semestre 2022

26. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS (LOTE 1)

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Ex ante Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Regionais, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira
	Territorial	Portugal No âmbito do FEDER, os instrumentos financeiros previstos para o apoio direto às empresas são enquadrados nas Prioridades de Investimento: <ul style="list-style-type: none"> PI 1.2 “Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral”, no PO da Madeira (instrumentos de dívida e capitalização); PI 3.1 “A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas”, nos PO Regionais de Lisboa, Algarve, Açores e Madeira (instrumentos de dívida e capitalização) e no PO CI (instrumentos de capitalização); PI 3.2 “O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização”, em todos os PO Regionais (instrumentos de dívida e capitalização); PI 3.3 “A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços”, em todos os PO Regionais (instrumentos de dívida e capitalização); PI 3.4 “A concessão de apoio à capacidade das PME para crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação” no PO Açores (instrumentos de dívida e capitalização). No âmbito do FEADER, o enquadramento faz-se nas medidas 4 – Investimentos em ativos físicos, 6 – Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas e 8 – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e melhoria da viabilidade das florestas, com instrumentos de dívida mobilizados no PDR do Continente e das Regiões Autónomas.
	Temático	
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Suporte à mobilização, por parte das AG, de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) em Instrumentos Financeiros.
Critérios e Questões de avaliação		<p>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção</p>

26. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS (LOTE 1)

	<p>limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p>D. Lições adquiridas:</p> <p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p>E. Estratégia de investimento:</p> <p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>F. Resultados e sistema de monitorização:</p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p>G. Atualização da avaliação ex ante:</p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Informação dos PO (QREN): informação sobre a execução do QREN: dados sobre projetos apoiados no PO FC e no PRODER (identificação do promotor, NIF, dimensão, localização, eixo/medida, CAE, designação do projeto, valor do investimento elegível, contactos). • Outra informação: <ul style="list-style-type: none"> - Documentos de Programação PT2020: Dotações indicativas de FEEI por Fundo, PO, PI e tipologia de IF. - Documentação técnica produzida pela IFD: "Contributo da Comissão Instaladora da IFD para o texto do Acordo de Parceria PT2020 e Programas Operacionais"
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C, AG do PO CI, dos PO Regionais e dos PDR</p>

26. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS (LOTE 1)

Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO CI e dos PO Regionais; GPP (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – PDR do Continente e Perito), IAPMEI, IP, AICEP, EPE, Turismo de Portugal, IP, Banco de Portugal e Conselho Económico e Social (CIP, CAP, CCP, CTP).</p> <p>AD&C (Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>15 julho 2014</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>192 dias (cento e noventa e dois dias)</p>
Fonte de financiamento	PO AT FEDER
Custo (Valor máximo indicativo)	120 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF se se justificar será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.

Anexo 6

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:
Avaliações temáticas no domínio da Inclusão Social e Emprego

31. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, PARA O MICROEMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO E PARA OS EMPRÉSTIMOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (LOTE 2)

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Ex ante Temática
Âmbito	Programático	PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	<u>No âmbito do FSE</u> , os instrumentos financeiros previstos são enquadrados nas Prioridades de Investimento: <ul style="list-style-type: none"> – PI 9i. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade – PI 9v. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego – PI 8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras – PI 8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas – PI 10ii. Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Relatório intercalar AP 2019; Relatório execução 2019; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022) A avaliação deverá produzir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Critérios e Questões de avaliação		<p>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p>D. Lições adquiridas:</p>

31. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, PARA O MICROEMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO E PARA OS EMPRÉSTIMOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (LOTE 2)

	<p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p>E. Estratégia de investimento:</p> <p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>F. Resultados e sistema de monitorização:</p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p>G. Atualização da avaliação ex ante:</p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos de Programação e execução do PT2020 • Documentação técnica produzida pelo Grupo de Trabalho do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social no âmbito do Programa Portugal Inovação Social
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	<p>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</p> <p>AD&C</p> <p>• Coordenação do follow-up das recomendações</p> <p>AD&C</p> <p>• Comunicação dos resultados</p>
Constituição do:	<p>• Grupo de Acompanhamento</p> <p>AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO ISE e dos PO Regionais, IAPMEI, IP, IEFP, IP e ISS, IP</p> <p>• Júri do Concurso</p> <p>AD&C</p> <p>• Comité Científico</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	<p>• Lançamento do concurso</p> <p>15 julho 2014</p> <p>• Início da Avaliação</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>• Duração da Avaliação</p> <p>9 meses</p>
Fonte de financiamento	PO AT FSE
Custo (Valor máximo indicativo)	60 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF se se justificar será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.

Anexo 7

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações temáticas no domínio do Capital Humano

32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a eficácia e impacto dos apoios/intervenções dos fundos, em particular do FSE, no âmbito da formação avançada de ativos, através de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, bem como dos programas doutorais; Explicitar a forma como as intervenções apoiadas pelo QREN/PT2020 produziram os efeitos esperados, em que circunstâncias e em que contextos foram operacionalizadas e os seus fatores críticos de sucesso (insucesso). Verificar em que medida o caminho seguido pelo PT2020 é o mais adequado para potenciar os impactos verificados, visando ponderar de forma mais fundamentada eventuais ajustamentos que se justifiquem ainda no decorrer deste período de programação, tendo em conta os objetivos específicos e consequentes metas previstas no âmbito dos PO com incidência no território continental que apoiam esta política pública no atual quadro de Programação.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto (QREN e Portugal 2020) Temática
Âmbito	Programático	PO PH (QREN) PO CH e PO Norte, PO Centro e PO Alentejo (PT2020)
	Territorial	Portugal
	Temático	<ul style="list-style-type: none"> PO Potencial Humano (QREN): Eixo 4 – Tipologia 4.1: Bolsas de Formação Avançada PO Capital Humano e PO Regionais do Norte, Centro e Alentejo (PT2020): Eixo Prioritário 2 – PI 10.2. – Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior, com vista aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas. <p>No âmbito do PO CH, os programas de formação avançada, nomeadamente Bolsas Individuais de Doutoramento (BD), Doutoramento em Empresas (BDE) e de Pós-Doutoramento (BPD) e os Programas de Doutoramento desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior (IES), que incluem Bolsas de Doutoramento (BD), Bolsas de Investigação (BI) e Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE) (quando alinhados com as prioridades nacionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente ou para operações multiregiões, quando situadas nas regiões menos desenvolvidas do Continente);</p> <p>No âmbito dos PO Regionais do Continente, os apoios a Programas de Doutoramento, quando alinhados com as prioridades regionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente (RIS3), nas operações localizadas na respetiva região de validação.</p>
	Temporal	Período QREN, complementado pelo período PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Portugal tem vindo a investir de forma muito relevante e crescente (pelo menos até 2011, abrindo nos anos seguintes, mas ainda a níveis elevados) no apoio à formação avançada como instrumento nuclear de suporte ao desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional, sendo que os fundos estruturais, em particular o FSE, tem desempenhado um papel chave para este efeito. Esse esforço refletiu-se num crescimento muito relevante do n.º de bolsiros apoiados – segundo dados da FCT, o n.º de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento mais do que duplicou entre 2006 e 2013 (passou de cerca de 5.200 bolsas em execução para mais de 10.500 no último ano), levando também a uma duplicação grosso modo do investimento anual. Nesse mesmo período foram apoiadas 12.745 bolsas de formação avançada no âmbito do QREN, das quais 11.665 pelo POPH (dados do boletim informativo do QREN n.º 27), implicando um investimento do FSE próximo de 400 M€ nesse período.</p> <p>Neste contexto, o ritmo de formação de doutorados entre 2005 e 2011, medido pelo número de novos doutorados por mil habitantes no escalão etário de 25 a 34 anos, quase duplicou, passando de 0,6 para 1,1. Este corresponde a um dos ritmos mais acelerados de crescimento no conjunto da UE, cuja média passou de 1,4 para 1,7 no mesmo período.</p> <p>Note-se, no entanto, que Portugal apresenta uma das mais baixas proporções de doutorados na população em idade de trabalhar – 3,9 por mil habitantes, em 2009, de acordo com a OCDE –, cerca de metade do que se verifica em Espanha ou na Finlândia, e cerca de ¼ do registado na Alemanha. Para além do atraso de partida no stock de pessoas com este nível de qualificação, o ritmo de formação de novos doutorados permaneceu, também, ainda aquém da média europeia.</p> <p>Reconhecendo-se o papel chave deste investimento para a consolidação do sistema científico e tecnológico do país, também tem sido apontado sistematicamente como um fator crítico para um efeito reprodutivo menor do que o esperado no desenvolvimento do país a insuficiente articulação entre este esforço de qualificação avançada e o tecido produtivo. O principal indicador que é geralmente apontado para essa situação prende-se com a escassa percentagem de doutorados inseridos em empresas – segundo o estudo “A empregabilidade dos doutorados nas empresas portuguesas”, esse valor tem vindo a crescer mas não chega a 10% no último ano analisado (2012).</p> <p>Este contexto geral justificou a continuação de uma aposta relevante do PT2020 no apoio à formação avançada e visando reforçar a articulação com o tecido produtivo, razão pela qual se definiu como objetivo</p>

32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA

	<p>alocar pelo menos 2/3 do FSE previsto para o efeito a programas doutorais e só o restante a bolsas individuais, por se entender ser essa uma forma de estimular essa maior articulação. O PT2020 prevê ainda um reforço das medidas de estímulo à contratação de doutorados pelas empresas.</p> <p>A realização desta avaliação de impacto, num momento em que a implementação dos PO do PT2020, incluindo do PO CH, está ainda nos seus primeiros anos, prende-se com o facto dos apoios comunitários concedidos a esta política pública não terem sido objeto de qualquer avaliação temática específica recente, designadamente no âmbito do período de programação anterior, sendo uma área que continua a ter uma relevante expressão nos investimentos programados no Portugal 2020.</p> <p>Portugal tem vindo a investir de forma muito relevante e crescente (pelo menos até 2011, abrindo nos anos seguintes, mas ainda a níveis elevados) no apoio à formação avançada como instrumento nuclear de suporte ao desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional, sendo que os fundos estruturais, em particular o FSE, têm desempenhado um papel chave para este efeito. Esse esforço refletiu-se num crescimento muito relevante do número de bolseiros apoiados – segundo dados da FCT, as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento mais do que duplicaram entre 2006 e 2013 (cerca de 5.200 bolsas para mais de 10.500), levando também a uma duplicação grosso modo do investimento anual. Nesse mesmo período foram apoiadas 12.745 bolsas de formação avançada no âmbito do QREN, das quais 11.665 pelo POPH (dados do boletim informativo do QREN n.º 27), implicando um investimento do FSE próximo de 400 M€ nesse período.</p> <p>A 30 de Junho de 2016 a execução física e financeira relativa às bolsas de Formação avançada QREN – tipologia de intervenção 4.1 é de cerca de 10 000 de participantes para uma despesa de cerca de 348 milhões de euros.</p> <p>A 30 de Setembro de 2016, o fundo executado das Bolsas de Formação Avançada (Doutoramento e Pós-Doutoramento em POCH Eixo 2 – Tipologia de Operação 2.4 era de 45 M€ tendo sido abrangidos 3531 bolseiros. Este número de bolseiros corresponde não a novos bolseiros apoiados mas a bolseiros de continuidade relativamente aos que tinham sido aprovados e apoiados no anterior período de programação (QREN/POPH).</p> <p>Considerando, assim, esta aposta continuada do PT2020 no financiamento desta área, mas com alterações substantivas que se pretendem imprimir nos apoios a conceder, bem como o fato de no anterior período de programação esta não ter sido alvo de uma avaliação temática específica, entende-se ser fundamental promover uma avaliação sobre a mesma, para verificar em que medida o caminho seguido é o mais adequado e introduzir ainda neste período de programação as alterações que forem consideradas necessárias ou indispensáveis.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	<p>Relatório intercalar AP 2017</p> <p>Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>Relatórios anuais de execução dos PO abrangidos</p> <p>Relatório Final de Execução (atualização)</p>
Critérios e Questões de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Critério A – Relevância: <p>Questão 1: Em que medida os apoios definidos e concretizados no âmbito da formação avançada (QREN e PT2020) foram/são adequados e coerentes com os problemas/necessidades diagnosticadas e recomendações no âmbito da formação avançada?</p> <p>Questão 2: Em que medida os apoios definidos e concretizados no âmbito da formação avançada (PT2020) são adequados para potenciar os resultados verificados/alcançados durante o ciclo de financiamento QREN?</p> <p>Questão 3: Em que medida os apoios definidos e concretizados no âmbito da formação avançada (QREN/PT2020) se ajustam às respetivas prioridades da política pública objeto desta avaliação e enquadradas por objetivos, referências e estratégias (globais e específicos)?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critério B - Eficácia: <p>Questão 4: As intervenções realizadas alcançaram os objetivos específicos no âmbito da programação QREN em matéria de formação avançada?</p> <p>Questão 5: Como foram atingidos esses resultados atendendo à natureza específica e global dos objetivos definidos no âmbito da política pública para a Formação Avançada?</p> <p>Questão 6: Que mudanças se observaram em relação aos objetivos da intervenção? A que se devem essas mudanças? E que papel teve a intervenção nessas mudanças?</p> <p>Questão 7: O que pode ser feito/recomendações para que a intervenção presente (PT2020) possa alcançar melhores resultados do ponto de vista da eficácia?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critério C - Eficiência: <p>Questão 8: A dimensão financeira bem como as formas de financiamento/atividades financiadas adotadas foram adequadas e suficientes para fazer face aos objetivos da política pública em causa?</p> <p>Questão 9: Face ao conjunto de realizações e resultados obtidos (QREN/PT2020) como se avalia a mobilização de recursos empregues durante as intervenções?</p>

32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA	
	<p>Questão 10: Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critério D - Impacto: <p>Questão 11: Quais são as consequências e os contributos (globais e específicos) do apoio à formação avançada (QREN e PT2020), tendo em conta os efeitos (esperados e não esperados; diretos e indiretos; multiplicadores; de curto, médio e longo prazo)?</p> <p>Questão 12: Que tipos de mudanças se verificaram no período compreendido da avaliação, resultantes das intervenções em avaliação?</p> <p>Questão 13: Que contextos socioeconómicos enquadraram e sustentaram essas mudanças?</p> <p>Questão 14: Essas mudanças implicaram algum tipo de efeitos no contexto socioeconómico?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critério E – Valor Acrescentado Europeu: <p>Questão 15: Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no contexto nacional das políticas públicas em Formação Avançada?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao QREN (cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) • Informação relativa ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (cf. <i>idem</i>) • Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020: <ul style="list-style-type: none"> - «ENEI - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente» - Documento e regulamentação nacional específica de enquadramento da formação avançada, disponível nomeadamente no site da FCT. • Avaliações realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> - “Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013” - “Avaliação do Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular as PME” • Estudos sobre a temática a avaliar: <ul style="list-style-type: none"> - “A empregabilidade dos doutorados nas empresas portuguesas”, Advanced Business Services, 2015. • Sistema estatístico nacional e internacional • A entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação administrativa a disponibilização da seguinte informação: <ul style="list-style-type: none"> - Informação FCT sobre os apoios globais concedidos à formação avançada para o mesmo período (n.º de bolseiros apoiados, segundo as áreas em que realizaram as mesmas, a data de conclusão da sua formação, o tipo de bolsa, etc.); - Inquérito aos doutorados – CDH – Careers on doctorate holders; - RENATES – Registo Nacional de Temas de Tese de Doutoramento em curso e de Doutoramentos concluídos; - IPCTN – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; - MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Quadros de pessoal – doutorados em empresas); - DGEEC - Doutorados no ensino secundário; - SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial. • Referenciais metodológicos sobre avaliação (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AG PO CH</p> <p>AD&C e AG PO CH</p>

32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA

Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AG PO CH (coordenação), AD&C, FCT, AG do PO ISE, AG dos PO Regionais do Norte, Centro e Alentejo e DGEEC</p> <p>AG do PO CH, AD&C e FCT</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>1º semestre 2017</p> <p>2º semestre 2017</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	A ponderar a atualização desta avaliação no decorrer no 1º semestre de 2021

34 A) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO E (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS ADULTOS (LOTE 1)

Objetivo(s)		Avaliar qual o impacto do PT2020 nos adultos que se encontravam em situação de desemprego ou inatividade no momento de entrada nas ações apoiadas, nomeadamente em ações que visaram a melhoria das suas qualificações e o incremento da participação em processos de ALV; na (re)inserção socioprofissional sustentável e na melhoria da qualidade dos empregos obtidos, com atenção particular ao subgrupo com muito baixas qualificações.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial	<p>PO CI, PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Portugal</p> <p>PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança</p> <p>POISE: FMC para empregados e desempregados; Vida Ativa para desempregados</p> <p>PO CI: Formação autónoma; Formação-Ação para PME; QI PME - Individual</p> <p>PO Lisboa: FMC para empregados e desempregados;</p> <p>PO Algarve: Vida Ativa; Formação modular; Formação-ação</p> <p>PO Norte: Formação para a inovação empresarial (formação profissional complementar a projetos de investimento dos SI Às empresas e SAAC)</p> <p>PO Centro: Formação de quadros técnicos das empresas</p> <p>PO Alentejo: Formação para a inovação empresarial</p> <p>PO Açores: Formação modular (CNQ)</p> <p>PO Madeira: Formação modular; Formação-ação</p> <p>PI 9.1. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade</p> <p>POISE: Formação modular para DLD, Vida ativa para DLD</p> <p>PI 9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p> <p>POR Algarve: Formação de técnicos das comissões de proteção de crianças; Formação dos profissionais do setor da saúde</p> <p>PI 10.3: Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas</p> <p>POCH: CQEP/Centro Qualifica; Cursos EFA</p> <p>POR Lisboa: Centro Qualifica</p> <p>POR Algarve: Centro Qualifica; Cursos EFA</p> <p>POR Açores: Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico e secundário, certificação escolar e profissional; Desenvolvimento de processos de RVCC; Cursos de aquisição básica de competências</p> <p>PI 11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem</p> <p>POCI: Sistema de apoio à modernização e capacitação da administração pública</p> <p>PO Norte: SATDAP – Formação profissional para a administração pública (administração local e desconcentrada)</p> <p>PO Centro: Formação para a administração local</p> <p>PO Alentejo: Capacitação da administração pública</p> <p>PO Açores: Ações de formação estratégica na administração pública</p>
	Temático	
	Temporal	<p>Ações de apoio à qualificação de adultos no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (1 semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO</p>

**34 A) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO E (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS ADULTOS
(LOTE 1)**

Contextualização/Justificação	<p>O acordo de parceria, bem como o texto do PO CH, define como fundamental encaminhar os adultos para programas de aprendizagem ao longo da vida, que garantam o reforço das suas qualificações, quer através de ofertas educativas e formativas que confiram certificação escolar e ou profissional, quer através de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida.</p> <p>Atendendo à persistência de um elevado número de adultos com baixas qualificações – apesar dos progressos registados, Portugal continua a ter uma proporção muito elevada da população entre os 25 e os 64 anos que não tem sequer o ensino secundário (55% - Eurostat 2015) – importa perceber se, por um lado, as intervenções apoiadas se mostram adequadas para responder à necessidade de aumento dessas qualificações e, por outro, se estão alinhadas com as necessidades do tecido empresarial, tendo em vista o contributo do PO para a convergência do país com as regiões europeias, no âmbito da coesão económica e social.</p> <p>Por outro lado, a presente avaliação justifica-se ainda pelo facto da programação do Portugal 2020 ter descentralizado o investimento nesta área de intervenção para diversos PO, sobretudo temáticos, ainda que o maior cabimento de investimento se localize no PO CH.</p> <p>Este exercício permitirá, ainda, aferir se os apoios estão a ser direccionados para as áreas onde existem maiores défices de competências ou áreas com maiores potencialidades.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	<p>Relatórios anuais de execução</p> <p>Relatórios finais de execução dos PO (designadamente em caso de atualização da avaliação)</p> <p>Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</p>
Crítérios e Questões de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Qual a eficácia das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos na elevação do nível de qualificação dos adultos e no incremento da participação dos adultos em ALV e qual a sua eficácia na (re) inserção no mercado de trabalho dos adultos em situação de desemprego ou inatividade. Como é que as ações apoiadas causaram esses resultados, bem como outros não esperados? (eficácia) Teria sido possível obter melhores resultados com as ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos, aplicando os mesmos recursos? (eficiência económica) Em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram a eficiência das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos? Em especial, em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram o alinhamento da oferta de formação apoiada, com as necessidades de qualificação diagnosticadas nos diferentes territórios? (eficiência operativa) Quais são os efeitos globais das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos no contexto socioeconómico (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos e negativos)? Como é que as ações apoiadas causaram essas mudanças no contexto socioeconómico? Em que medida as ações apoiadas deram resposta às necessidades identificadas no âmbito da qualificação de adultos (impacto) Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no âmbito da formação de adultos no contexto nacional das políticas públicas? (valor acrescentado europeu) <p>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	<p>Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria</p>
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes <ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao PT2020 (cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) Regulamentos Europeus (cf. <i>idem</i>) Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (cf. <i>idem</i>) Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020 <ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Reformas -Qualificar os Portugueses Programa Nacional de Reformas Grandes Opções do Plano 2016-2019 Avaliações realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> “Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013” “Avaliação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formação Modulares Certificadas: Empregabilidade e Remunerações” “Contributo do FSE para a qualificação no contexto da Iniciativa Novas Oportunidades” “Avaliação e Acompanhamento dos Ensinos Básico e Secundário” “Estudo de avaliação externa dos percursos pós-formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no Sistema Nacional de Qualificações”

34 A) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO E (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS ADULTOS (LOTE 1)

	<ul style="list-style-type: none"> - “Iniciativa Novas Oportunidades: resultados da Avaliação Externa 2009-2010” - “1ºs Estudos da Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades” - Os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e o desempenho no mercado de trabalho • Sistema estatístico nacional e internacional: <p>Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de informação da Segurança Social (registo de contribuições): exemplos de variáveis disponíveis – sexo; concelho; ano e mês da remuneração ou equivalente; natureza da remuneração; tipo de remuneração ou equivalente; valor das remunerações declaradas e n.º de dias associados. - Sistema de informação da DGEEC, para efeitos de aplicação dos métodos contrafactuais mais adequadas para o efeito: - MISI – Dados administrativos de escolas públicas do MEC e escolas privadas com contrato de associação ou património (ensino recorrente); variáveis disponíveis entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego. - SIGO – Aplicação de recolha e validação de dados online (em particular adultos em cursos EFA, processos RVCC/CQEP, Formações Modulares Certificadas (FMC)); variáveis disponíveis, entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego - IEFP (EFA) – variáveis disponíveis entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego. • Referenciais metodológicos sobre avaliação (<i>cf. idem</i>) • Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Informação do FSE, nomeadamente para a caracterização dos abrangidos, das taxas de conclusão no tempo certo e dos números de certificações, independentemente do tempo de obtenção dos mesmos e/ou da forma (por formação e/ou através de processos RVCC). - Sistema de Informação do FSE: empresas abrangidas
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	<p>AG do PO CH</p> <p>AG do PO CH</p>
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	<p>AD&C, AG do PO CH, AG do PO CI, AG dos PO Regionais, AG do POISE, IEFP, ANQEP, CNE, CES</p> <p>AD&C, AG do PO CH, SGEC</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	<p>2º semestre 2019</p> <p>1º semestre 2020</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	125 mil euros
Observações	A ponderar atualização no 1º semestre de 2022

34. B) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A MELHORIA DAS QUALIFICAÇÕES E MELHORIA DA QUALIDADE DOS EMPREGOS DOS ADULTOS EMPREGADOS (LOTE 2)

Objetivo(s)		Avaliar qual o impacto do PT2020 nos adultos que se encontravam empregados, por conta própria ou por conta de outrem, no momento de entrada nas ações apoiadas, nomeadamente: na melhoria das qualificações e no incremento da participação em processos de ALV, na melhoria da qualidade e sustentabilidade dos empregos e no reforço da produtividade e da competitividade dos empregadores/empresas apoiados no âmbito da formação-ação.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial	<p>PO CI, PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Portugal</p> <p>PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança</p> <p>POISE: FMC para empregados e desempregados; Vida Ativa para desempregados</p> <p>PO CI: Formação autónoma; Formação-Ação para PME; QI PME - Individual</p> <p>PO Lisboa: FMC para empregados e desempregados;</p> <p>PO Algarve: Vida Ativa; Formação modular; Formação-ação</p> <p>PO Norte: Formação para a inovação empresarial (formação profissional complementar a projetos de investimento dos SI Às empresas e SAAC)</p> <p>PO Centro: Formação de quadros técnicos das empresas</p> <p>PO Alentejo: Formação para a inovação empresarial</p> <p>PO Açores: Formação modular (CNQ)</p> <p>PO Madeira: Formação modular; Formação-ação</p> <p>PI 9.1. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade</p> <p>POISE: Formação modular para DLD, Vida ativa para DLD</p> <p>PI 9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p> <p>POR Algarve: Formação de técnicos das comissões de proteção de crianças; Formação dos profissionais do setor da saúde</p> <p>PI 10.3: Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas</p> <p>POCH: CQEP/Centro Qualifica; Cursos EFA</p> <p>POR Lisboa: Centro Qualifica</p> <p>POR Algarve: Centro Qualifica; Cursos EFA</p> <p>POR Açores: Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico e secundário, certificação escolar e profissional; Desenvolvimento de processos de RVCC; Cursos de aquisição básica de competências</p> <p>PI 11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem</p> <p>POCI: Sistema de apoio à modernização e capacitação da administração pública</p> <p>PO Norte: SATDAP – Formação profissional para a administração pública (administração local e desconcentrada)</p> <p>PO Centro: Formação para a administração local</p> <p>PO Alentejo: Capacitação da administração pública</p> <p>PO Açores: Ações de formação estratégica na administração pública</p>
	Temático	
	Temporal	<p>Ações de apoio à qualificação de adultos no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (1 semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO</p>

34. B) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A MELHORIA DAS QUALIFICAÇÕES E MELHORIA DA QUALIDADE DOS EMPREGOS DOS ADULTOS EMPREGADOS (LOTE 2)

Contextualização/Justificação	<p>O acordo de parceria, bem como o texto do PO CH, define como fundamental encaminhar os adultos para programas de aprendizagem ao longo da vida, que garantam o reforço das suas qualificações, quer através de ofertas educativas e formativas que confiram certificação escolar e ou profissional, quer através de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida.</p> <p>Atendendo à persistência de um elevado número de adultos com baixas qualificações – apesar dos progressos registados, Portugal continua a ter uma proporção muito elevada da população entre os 25 e os 64 anos que não tem sequer o ensino secundário (55% - Eurostat 2015) – importa perceber se, por um lado, as intervenções apoiadas se mostram adequadas para responder à necessidade de aumento dessas qualificações e, por outro, se estão alinhadas com as necessidades do tecido empresarial, tendo em vista o contributo do PO para a convergência do país com as regiões europeias, no âmbito da coesão económica e social.</p> <p>Por outro lado, a presente avaliação justifica-se ainda pelo facto da programação do Portugal 2020 ter descentralizado o investimento nesta área de intervenção para diversos PO, sobretudo temáticos, ainda que o maior cabimento de investimento se localize no PO CH.</p> <p>Este exercício permitirá, ainda, aferir se os apoios estão a ser direccionados para as áreas onde existem maiores défices de competências ou áreas com maiores potencialidades.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	<p>Relatórios anuais de execução</p> <p>Relatórios finais de execução dos PO (designadamente em caso de atualização da avaliação)</p> <p>Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</p>
CrITÉRIOS e Questões de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Qual a eficácia das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos na elevação do nível de qualificação dos adultos, na melhoria das qualificações orientadas para a inovação e reestruturação/mudança organizacional e no incremento da participação dos adultos em ALV, e qual a sua eficácia melhoria da qualidade dos empregos e nas próprias empresas que foram apoiadas por medidas de formação-ação? Como é que as ações apoiadas causaram esses resultados, bem como outros não esperados? (eficácia) Teria sido possível obter melhores resultados com as ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos, aplicando os mesmos recursos? (eficiência económica) Em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram a eficiência das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos? Em especial, em que medida os mecanismos de operacionalização potenciaram ou inibiram que os apoios fossem direccionados para as áreas onde existem maiores défices de competências, ou maiores potencialidades tendo em conta os objetivos de competitividade e internacionalização da economia portuguesa? (eficiência operativa) Quais são os efeitos globais das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos no contexto socioeconómico (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos e negativos)? Como é que as ações apoiadas causaram essas mudanças no contexto socioeconómico? Em que medida as ações apoiadas deram resposta às necessidades identificadas no âmbito da qualificação de adultos (impacto) Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no âmbito da formação de adultos no contexto nacional das políticas públicas? (valor acrescentado europeu) <p>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	<p>Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria</p>
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes <ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao PT2020 (cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) Regulamentos Europeus (cf. <i>idem</i>) Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (cf. <i>idem</i>) Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020 <ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Reformas -Qualificar os Portugueses Programa Nacional de Reformas Grandes Opções do Plano 2016-2019 Avaliações realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> “Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013” “Avaliação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formação Modulares Certificadas: Empregabilidade e Remunerações” “Contributo do FSE para a qualificação no contexto da Iniciativa Novas Oportunidades” “Avaliação e Acompanhamento dos Ensinos Básico e Secundário”

34. B) AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A MELHORIA DAS QUALIFICAÇÕES E MELHORIA DA QUALIDADE DOS EMPREGOS DOS ADULTOS EMPREGADOS (LOTE 2)

	<ul style="list-style-type: none"> - “Estudo de avaliação externa dos percursos pós-formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no Sistema Nacional de Qualificações” - “Iniciativa Novas Oportunidades: resultados da Avaliação Externa 2009-2010” - “1ºs Estudos da Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades” - Os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e o desempenho no mercado de trabalho • Sistema estatístico nacional e internacional: Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação: <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de informação da Segurança Social (registo de contribuições): exemplos de variáveis disponíveis – sexo; concelho; ano e mês da remuneração ou equivalente; natureza da remuneração; tipo de remuneração ou equivalente; valor das remunerações declaradas e n.º de dias associados. - Sistema de informação da DGEEC, para efeitos de aplicação dos métodos contrafactuais mais adequadas para o efeito: - MISI – Dados administrativos de escolas públicas do MEC e escolas privadas com contrato de associação ou património (ensino recorrente); variáveis disponíveis entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego. - SIGO – Aplicação de recolha e validação de dados online (em particular adultos em cursos EFA, processos RVCC/CQEP, Formações Modulares Certificadas (FMC)); variáveis disponíveis, entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego - IEFP (EFA) – variáveis disponíveis entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego. • Referenciais metodológicos sobre avaliação (<i>cf. idem</i>) • Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Informação do FSE, nomeadamente para a caracterização dos abrangidos, das taxas de conclusão no tempo certo e dos números de certificações, independentemente do tempo de obtenção dos mesmos e/ou da forma (por formação e/ou através de processos RVCC). - Sistema de Informação do FSE: empresas abrangidas
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	AG do PO CH AG do PO CH
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	AD&C, AG do PO CH, AG do PO CI, AG dos PO Regionais, AG do POISE, IEFP, ANQEP, CNE, CES AD&C, AG do PO CH, SGEC (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	2º semestre 2019 1º semestre 2020 2 semestres
Fonte de financiamento	Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	125 mil euros
Observações	A ponderar atualização no 1º semestre de 2022

35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS

Objetivo(s)		<p>Identificar em que medida as intervenções do PT2020 têm contribuído para aumentar o sucesso escolar e, por essa via, reduzir o nível de abandono escolar, em direção à meta do PNR e potenciar a empregabilidade jovem, face às metas definidas nesta área e tendo em consideração que as diferentes modalidades formativas apoiadas pelos fundos são, em regra, de dupla certificação (escolar e profissional).</p> <p>Neste contexto, os objetivos específicos a alcançar são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliar o grau de relevância, eficácia, eficiência, impacto, sustentabilidade e valor acrescentado dos apoios concedidos no âmbito do PT 2020, através das diferentes intervenções e nos contextos territoriais abrangidos, tendo por referência os objetivos prosseguidos, os resultados esperados e os resultados observados até ao momento da realização desta avaliação; - explicar a forma como as intervenções produziram os resultados observados, em que circunstâncias e em que contextos foram operacionalizadas, bem como os seus fatores críticos de sucesso e insucesso; - aferir, à luz dessa evidência, e dos elementos do contexto regulamentar, socioeconómico e organizacional que enquadraram a implementação do PT 2020, a adequação dos instrumentos de apoio previstos face aos objetivos que prosseguem e identificar eventuais necessidades de ajustamento que potenciem a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial	<p>PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa e PO Algarve, PO Açores e PO Madeira</p> <p>Portugal</p> <p>Domínio Temático Capital Humano:</p> <p>10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação</p> <p>10.2 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação.</p> <p>10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não -formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas</p> <p>10.4 Melhoria da pertinência dos sistemas do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação da transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.</p>
	Temático	<p>Ações:</p> <p>POCH: Cursos vocacionais, Cursos do Ensino Artístico Especializado (EAE), Cursos de Educação e Formação (CEF), Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para a promoção do sucesso escolar (PNPSE), Formação de docentes e outros agentes de educação, Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)</p> <p>PO Regionais Norte, Centro e Alentejo: Intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar (TEIP); PIEF, Programa Mais Sucesso Escolar – modelos Fénix, Turma Mais e projetos “híbridos” ou outros; Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão e de respostas a necessidades especiais de educação</p> <p>PO Lisboa: Cursos vocacionais, Cursos do Ensino Artístico Especializados (EAE), Cursos de educação formação (CEF), Intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar (TEIP, Programa Mais Sucesso Escolar – modelos Fénix, Turma Mais e projetos “híbridos”), Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão e de resposta a necessidades especiais de educação.</p> <p>PO Algarve: Cursos de educação formação (CEF), Intervenções específicas de prevenção e redução do abandono escolar (TEIP, Programa Mais Sucesso Escolar – modelos Fénix, Turma Mais e projetos “híbridos”), Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação.</p> <p>PO RA Açores: Cursos do PROFII;</p> <p>PO RA Madeira: Cursos Educação Formação (CEF)</p>
	Temporal	<p>Ações de apoio ao combate ao abandono escolar e promoção da empregabilidade jovem no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (2.º semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO</p>

35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS

Contextualização /Justificação	<p>O alargamento da escolaridade obrigatória até à conclusão do ensino secundário ou até aos 18 anos de idade, coloca desafios ao sistema que vão além da diversificação e adequação das ofertas aos públicos-alvo, atualmente mais diversificados e com necessidades específicas mais pronunciadas. Um dos principais desafios é o da promoção do sucesso escolar no ensino básico e secundário dos alunos que se encontram no sistema de educação e formação, como vetor estratégico para garantir a prevenção do abandono, bem como a capacidade de atrair para a educação e formação jovens que tenham abandonado a escola sem terem concluído o ensino secundário.</p> <p>Atendendo a que constitui meta do PNR a redução para 10% até 2020 da taxa de abandono escolar precoce (18-24 anos), que se situou, em 2014 nos 17,4%, e atendendo a que de acordo com os dados conhecidos, para esta elevada taxa contribui em larga medida a taxa de retenção e desistência, que em 2013 era de 12,5%, 15,9%, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, respetivamente e de 19,0% no ensino secundário, importa refletir sobre em que medida as tipologias apoiadas estão a contribuir para a tendência positiva dos últimos anos.</p> <p>Não menos importante é a reflexão sobre a adaptação da estrutura do sistema de educação e de formação às atuais exigências educativas, nomeadamente pela diversificação e consolidação de vias alternativas à conclusão da escolaridade obrigatória. Ofertas mais consentâneas com os interesses vocacionais e profissionais dos alunos, assim como uma orientação escolar e profissional que permita um melhor aconselhamento dos jovens, constituem-se como elementos complementares e relevantes a essa estratégia de promoção do sucesso escolar.</p> <p>Numa perspetiva mais transversal e na ótica da sustentabilidade, será igualmente relevante apreciar em que medida os apoios que atuam diretamente no contributo para a promoção do sucesso escolar continuem para alimentar os fluxos de acesso ao ensino superior, na ótica do prosseguimento de estudo e na empregabilidade.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	<p>Relatório intercalar AP 2019; Relatório de execução 2019; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</p>
Crítérios e Questões de avaliação	<p>Eficácia QA1. Qual a eficácia das intervenções apoiadas para o aumento do sucesso escolar, a redução da taxa de abandono escolar, o prosseguimento de estudos e o aumento dos níveis de empregabilidade comparando jovens apoiados e não apoiados? (Análise Contrafactual)?</p> <p>Eficiência QA2. Os recursos financeiros, as modalidades de financiamento e as tipologias de operação alocados às atividades financiadas foram/são adequados e suficientes para alcançar os objetivos definidos? Poder-se-ia ter alcançado mais realizações e/ou resultados com os mesmos recursos?</p> <p>Impacto QA3. Quais são os contributos (gerais e específicos) do PT2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens, tendo em conta os seus efeitos esperados e não esperados, diretos e indiretos, nos participantes apoiados e no contexto socioeconómico?</p> <p>Sustentabilidade QA4. Os resultados obtidos são perduráveis no tempo após o período da intervenção?</p> <p>Valor Acrescentado Europeu QA5 Qual o valor adicional resultante da aplicação do FSE no apoio às intervenções avaliadas, face ao que seria alcançado através de outras fontes de financiamento.</p> <p>A resposta às QA acima elencadas deverá ter em consideração as seguintes dimensões de análise de natureza transversal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O respeito pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade; - Uma abordagem baseada nas dimensões territoriais.
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	<p>Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria</p>
Informação a disponibilizar no Caderno de encargos ou no início da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao Portugal 2020 (cCf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") • Quadro Regulamentar Europeu Aplicável Portugal 2020 (cCf. ildem) • Legislação Nacional Aplicável (cCf. ildem) • Regulamento Específico do Domínio Temático Capital Humano: <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua redação atual. • Políticas Públicas Relacionadas com o Objeto de Avaliação: <ul style="list-style-type: none"> - Plano Nacional de Reformas (2016-2021), atualização de 2017.

35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS

	<ul style="list-style-type: none"> - Lei n.º 7-B/2016, de 31 de Março, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019. • Avaliação realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação Estratégica do QREN - Contributo do QREN para a redução do abandono escolar precoce (Lote 1), 2013, Consórcio Quaternaire Portugal, SA e Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) - Estudo de Avaliação e Acompanhamento dos Ensinos Básico e Secundário, 2011, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE-IUL) - Avaliação dos Cursos Educação e Formação de Adultos e Formação Modulares Certificadas: Empregabilidade e Remunerações, 2012, Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior Técnico (CEG/IST) - Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Desempenho no Mercado de Trabalho 2012 CEG/IST - Efeitos TEIP: Avaliação de impactos escolares e sociais em sete territórios educativos de intervenção prioritária, 2011, CIES/ISCTE-IUL - Estudo de avaliação externa dos percursos pós formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no Sistema Nacional de Qualificações, 2011, IESE - Avaliação externa do impacto dos cursos profissionais no Sistema Nacional de Qualificações, 2011, IESE - Relatório de Avaliação Anual do Programa Mais Sucesso Escolar, 2011, Direção-Geral da Educação - Os jovens e as políticas ativas de emprego - Cursos de Aprendizagem, 2014, Universidade do Porto - Redução do Abandono Escolar Precoce - Uma Meta a Prosseguir, 2014, RH +50 Associação Quadros Seniores - Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas, 2014, CIES/ISCTE-IUL - Reintegração da população NEET no mercado de trabalho e no sistema de ensino/formação, 2014, Serviços, Organização e Informática, Lda. (SERGA) - Estudo de Avaliação Regional das Necessidades de Qualificações, 2013, Quaternaire Portugal, SA - Avaliação do Programa Mais Sucesso Escolar, 2012, Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS/ISCTE-IUL) - Contributo do Fundo Social Europeu para a Inserção e Empregabilidade dos Beneficiários: Estudo de Avaliação, 2009, Consórcio Quaternaire Portugal, SA e IESE - Intervenção do FSE e Desenvolvimento do Potencial Humano em Portugal (2000-2006), 2009, IESE - ESF Supporting Youth in Portugal - CIE of Vocational Training and Traineeships, 2015, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (Dinâmica 'CET/ISCTE-IUL) - Avaliação Ex-Ante do Programa Operacional Capital Humano, 2014, Quaternaire Portugal, SA • Referenciais Metodológicos sobre Avaliação (Ccf. Ildem) • Informação recolhida dos sistemas de informação <ul style="list-style-type: none"> - Informação recolhida dos sistemas de monitorização dos vários Programas Operacionais abrangidos pela presente avaliação, nos quais reside a execução física e financeira registada no âmbito das tipologias de operação sinalizadas no subponto 1.3. - Sistema de informação da DGEEC para efeitos de aplicação dos métodos contrafactuais mais adequados para o efeito; - Sistema de informação da Segurança Social (registo de contribuições); - MISI – Dados administrativos de escolas públicas do MEC e escolas privadas com contrato de associação ou património; - SIGO – Aplicação de recolha e validação de dados online; - OTES – Observatório de trajetos de estudantes do Ensino Secundário; <ul style="list-style-type: none"> - Recolhe e divulga informação estatística sobre trajetos escolares e profissionais dos estudantes do ensino secundário ou equivalente; - Aplica-se a cursos científico-humanísticos; cursos profissionais, cursos tecnológicos, CEF (até 2013/2014), cursos vocacionais (a partir de 2014/2015) e ensino artístico e especializado (EAE). - Resultados PISA (OCDE) e Exames Nacionais (IAVE), no âmbito da avaliação sobre o contributo do PT2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens.
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	
<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação 	AG do PO CH (enquanto coordenador da Rede para a Educação e Qualificação)

35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS

<ul style="list-style-type: none"> Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	AG do PO CH (enquanto coordenador da Rede para a Educação e Qualificação)
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AG POCH, AD&C, AG dos POR, DGEEC, Direção Geral da Educação, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Estrutura de Missão do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP).</p> <p>AD&C, AG do PO CH, SGEC</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>2º semestre 2018</p> <p>1º semestre 2019</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	140 mil euros
Observações	A ponderar a sua atualização no decorrer da 2ª parte do ciclo de avaliação do PT2020 (previsivelmente no 2º semestre 2020).

Anexo 8

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações temáticas no domínio da Sustentabilidade

38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

Objetivo(s)		<p>Avaliar a implementação dos instrumentos de apoio dos FEEI no âmbito do OT4 e compreender, em relação aos resultados observados, as relações causais que ligam as intervenções às mudanças observadas/desejadas, estimando o impacto da intervenção face aos objetivos prosseguidos pela política pública que enquadra esta intervenção. Pretende-se, mais concretamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a relevância e a coerência da intervenção, no que respeita à pertinência da programação para a prossecução dos objetivos pretendidos, considerando as eventuais alterações de contexto, bem como a complementaridade/sobreposição de medidas previstas noutros instrumentos de política pública e a forma como condicionam a implementação do OT4; - Avaliar a eficácia da intervenção, tal como desenhada na programação e implementada pelos PO, identificando os constrangimentos que possam justificar níveis de eficácia inferiores ao desejado ou resultados não previstos; - Avaliar de que forma os resultados da intervenção, potenciais e/ou efetivos se alinham com os objetivos da política pública setorial nacional e comunitária, contribuindo para a trajetória pretendida em termos de objetivos e metas dessa política; - Identificar o Valor Acrescentado Europeu nas intervenções apoiadas pelos PO do Portugal 2020 no âmbito do OT4.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo e Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	<p>Incide no OT 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, tendo como foco as seguintes Prioridades de Investimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4.1 Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis - POSEUR e PO Açores; - 4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas – PO Regionais; PO Madeira e PO Açores; - 4.3 Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação – POSEUR; PO Regionais, PO Madeira e PO Açores; - 4.4 Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão – POSEUR; - 4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação – POSEUR; PO Regionais; PO Madeira e PO Açores.
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>A importância conferida à diminuição da intensidade carbónica da economia e os compromissos nacionais no âmbito das metas definidas no pacote Energia-Clima 2020 para a União Europeia, determinaram que no âmbito dos FEEI fossem alocados cerca de 2 mil milhões de euros a este Objetivo Temático no âmbito do PT2020 pelo que importa avaliar se os recursos disponíveis estão a ser aplicados em operações que prossigam aqueles objetivos, produzindo recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política e servirão igualmente para fundamentar a elaboração da estratégia para a preparação do período de programação no pós 2020.</p> <p>A sua realização no calendário proposto, justifica-se em virtude de nesta data já se perspetivar que existam impactos das intervenções financiadas nestas áreas.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<p>Reprogramações dos PO; Relatório intercalar AP 2019; Relatório de execução dos PO e Relatório Anual dos Fundos da União Europeia; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022), Revisões nos documentos estratégicos da política pública – PNAEE e PNAER.</p> <p>A avaliação deverá incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</p>
Critérios e Questões de avaliação		<p>Relevância</p> <ul style="list-style-type: none"> - QA1. O desenho e a implementação das intervenções do OT4 mantêm-se pertinentes face aos objetivos de política pública nos domínios a que se dirigem esses instrumentos prosseguidos, considerando eventuais alterações de contexto (ex. institucional, regulamentar, económico e/ou social) face ao quadro que suportou a programação e o pressuposto de complementaridade com as medidas previstas noutros instrumentos de financiamento nacionais* e comunitários**?

38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

Eficácia

- **QA2.** Os objetivos específicos das diferentes PI do OT4 estão a ser atingidos e existem condições para serem integralmente realizados? Em que medida o baixo grau de implementação de algumas das PI do OT4 condiciona a concretização desses objetivos?

Eficiência

- **QA3.** Tendo em conta os objetivos prosseguidos nas Prioridades de Investimento objeto de avaliação, poder-se-iam ter alcançado (ou vir a alcançar) melhores resultados com os recursos disponíveis?

Impacto

- **QA4.** Em que medida os resultados das intervenções do OT4 estão a contribuir para os objetivos globais estabelecidos na programação?

Valor Acrescentado Europeu

- **QA5.** Qual o valor acrescentado da intervenção dos FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação?

Na resposta a estas Questões de Avaliação (QA) devem ser tomadas em consideração as seguintes dimensões para cada QA:

- **QA1:** Existiram alterações do contexto (institucional, regulamentar, económico e/ou social) que tenham condicionado a adequação e a implementação da programação inicial do OT4?

A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária) tem sido efetiva ou verificam-se sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio? Em que medida esses efeitos de complementaridade / sobreposição / concorrência (se existentes) têm condicionado a eficácia da intervenção dos FEEI e o cumprimento dos diferentes objetivos de política pública abrangidos pela intervenção do OT4?

A proposta de reprogramação responde adequadamente às alterações de contexto, às dificuldades de implementação e à (eventual) necessidade de clarificação das relações de complementaridade entre os instrumentos de política pública identificadas, contribuindo para o reforço da eficácia da intervenção dos FEEI?

As intervenções do OT4, tal como desenhadas e implementadas, respondem adequadamente à necessidade dos potenciais beneficiários e mantêm-se pertinentes face aos objetivos prosseguidos – traduzidos nos compromissos internacionais e nos documentos enquadramentos da política pública relevantes (PNAEE, PNAEER, PNAC 2020/2030, entre outros)?

- **QA2:** As tipologias de operação, as condições de elegibilidade e as formas de apoio previstas (oferta) e os mecanismos de implementação têm-se revelado eficazes na mobilização e seleção de beneficiários e de operações alinhadas com os objetivos específicos de cada prioridade de investimento, tendo em conta as especificidades de diferentes tipologias de beneficiário e dos diferentes territórios (procura)?

O que justifica os maiores e os menores graus de mobilização da procura e em que medida isso condiciona a concretização dos objetivos do OT4?

As operações apoiadas estão a produzir os resultados imediatos (realizações) esperados? Se não, porquê? Qual o contributo dessas realizações para os resultados esperados (traduzidos pelos indicadores previstos na programação ou outros que relevem para os objetivos da política pública)?

Quais os mecanismos causais (ex. comportamentos dos agentes económicos, correção de falhas de mercado, etc.) que as intervenções visam desencadear? Quais as condições para que esses mecanismos sejam desencadeados? Em que medida as intervenções estão a ser capazes de ativar esses mecanismos? Em que medida o sucesso na ativação desses mecanismos justifica o grau de concretização dos objetivos observado nas diferentes PI do OT4? Que fatores externos e de contexto, incluindo os de natureza territorial, condicionam ou potenciam os resultados prosseguidos pelas intervenções do OT4?

- **QA3:** Os recursos alocados e a sua distribuição relativa, bem como as formas de financiamento previstas, são suficientes e os que melhor garantem a eficiência na concretização dos (e o equilíbrio entre os) objetivos prosseguidos?

O esforço necessário para assegurar as condições ex ante necessárias para a abertura de avisos do OT4, nomeadamente o cumprimento da regulamentação europeia (ex. regimes de auxílios estado) e especificamente na eficiência energética no edificado, o cumprimento da condicionalidade ex ante e a definição do respetivo modelo de implementação (subvenções reembolsáveis e matriz de verificação das condições de elegibilidade), é proporcional considerando os resultados que se pretende alcançar e o estado de arte nos sectores / públicos abrangidos?

As operações apoiadas revelam níveis satisfatórios de custo-eficácia, ajustados às diferentes tipologias e intervenção?

- **QA4.** De que forma e qual o contributo (esperado) das intervenções do OT4 para a trajetória setorial traçada no Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC) de redução de emissões de gases com efeitos de estufa de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus (Objetivo do PNAC)?

38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

	<p>As intervenções do OT4 geraram ou poderão gerar efeitos não esperados/desejados? O que explica esses efeitos e de que forma condicionam ou potenciam os resultados das intervenções face aos objetivos globais prosseguidos?</p> <p>- QA5. Quais, entre os fatores indutores de Valor Acrescentado Europeu (VAE) adiante apresentados e outros que possam ser identificados, estão presentes na intervenção dos FEEI no âmbito do OT4? Quais os que mais relevam para os níveis de eficácia, eficiência e impacto da intervenção?</p> <p>Fatores Económicos: Economias de escala; Alavancagem financeira (encorajamento de financiamento privado); Relevância dos FEEI no contexto dos fundos públicos nacionais</p> <p>Fatores políticos e de governança: Complementaridades e sinergias entre políticas; Alavancagem das políticas da União (incentivo à implementação/adoção atempada de políticas alinhadas com as prioridades da UE e cumprimento das condicionalidades ex-ante); Orientação para os resultados (quadro de desempenho).</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao PT2020 (cf. "Orientações para o Planeamento e Preparação das Avaliações do Portugal 2020") • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>Idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>Idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (cf. <i>Idem</i>) • Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020: <ul style="list-style-type: none"> - PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética - PNAER 2020 - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis - PNAC 2020 - Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 - ECO. AP - Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves 2013-2020 – Ciclando - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Autónoma dos Açores – Relatório Final – Planos Integrados de Regeneração Urbana Sustentável - Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 - Programa Nacional de Reformas (PNR) - Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica- ERSE - Plano de Ação da Economia Circular - Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017 - D.R. n.º 236/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-12-11 - Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - PNPOT – Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território • Avaliações realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação Estratégica do QREN - Contributo das intervenções do QREN em contexto urbano para o aumento da eficiência energética (Lote 4) - Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros dos Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água (Lote 3) - Avaliação da implementação das intervenções no âmbito da Eficiência Energética (OT4) - Avaliação Ambiental Estratégica do POSEUR • Estudos sobre a temática a avaliar: <ul style="list-style-type: none"> - RESOURCE EFFICIENCY, United Nations Environment Programme (UNEP) - Paul Ekins e Nick Hughes, Resource Efficiency: Potential and Economic Implications, 2016; - Contributos para a elaboração de uma estratégia para o uso eficiente dos recursos em Portugal - Relatórios de acompanhamento do Compromisso para o Crescimento Verde - Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA) • Sistema estatístico nacional e internacional: <ul style="list-style-type: none"> - A Nível Nacional: <ul style="list-style-type: none"> - INE: E.4 Contas Satélite do Ambiente - DGEG (entidade que integra o SEN por protocolo de delegação de competências): Indicadores Energéticos - Indicadores Energéticos - A Nível Europeu: <ul style="list-style-type: none"> - EUROSTAT - Air pollution statistics

38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

	<p>- Greenhouse <i>gas</i> (GHG)</p> <ul style="list-style-type: none"> Referenciais metodológicos sobre avaliação (Cf. Idem) Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> Informação residente nos SI dos PO: Avisos de abertura; formulários de candidatura, pareceres técnicos, <i>check-lists</i> e decisão de aprovação; relatórios de progresso e finais das operações apoiadas. Fonte: AG dos PO Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação: <ul style="list-style-type: none"> Bases de dados administrativas/inquéritos sectoriais: Sistemas de Reporte e monitorização da implementação da Política Climática: Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA) e o Sistema nacional de Políticas e Medidas (SPeM). Fonte: entidades públicas responsáveis pela implementação das políticas
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	<p>AG do PO SEUR</p> <p>AD&C, AG do PO SEUR e dos PO Regionais</p>
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AD&C, AG do PO SEUR, do PO Norte, do PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve, do PO Açores, do PO Madeira, Direção Geral Energia e Geologia; Direção Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Direção Regional de Economia e Transportes da Região Autónoma da Madeira, CES</p> <p>AD&C, AG do PO SEUR e 1 AG do PO Regional</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>2º semestre 2018</p> <p>1º semestre 2019</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	Inclui as questões de avaliação do anterior processo de avaliação 37. Avaliação da Implementação das Intervenções no Âmbito da Eficiência Energética (OT 4)

40. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA E DOS RESÍDUOS (LOTE 3)

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Ex ante
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	<p><u>No âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão</u>, os instrumentos financeiros previstos para a eficiência energética e gestão eficiente da água são enquadrados nas Prioridades de Investimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> PI 4.2 “Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas” nos PO Regionais (instrumentos de dívida); PI 4.3 “Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação” nos PO SEUR e Regionais (instrumentos de dívida); PI 4.5 “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação” no PO Açores (instrumentos de dívida); PI 6.2 “Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros” no PO SEUR (instrumentos de dívida).
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Suporte à mobilização, por parte das AG, de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) em Instrumentos Financeiros.
Critérios e Questões de avaliação		<p>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p>D. Lições adquiridas:</p>

40. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA E DOS RESÍDUOS (LOTE 3)

	<p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p>E. Estratégia de investimento:</p> <p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>F. Resultados e sistema de monitorização:</p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p>G. Atualização da avaliação ex ante:</p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Informação sobre a execução do QREN. Documentos de Programação PT2020: Dotações indicativas de FEEL por Fundo, PO, PI e tipologia de IF.
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C, AG do PO SEUR e dos PO Regionais</p>
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO SEUR e dos PO Regionais, DGE (Direção Geral de Energia e Geologia), ADENE (Agência para a Energia), APA (Agência Portuguesa do Ambiente), ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)</p> <p>AD&C (Não aplicável)</p>
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>15 julho 2014</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>9 meses</p>
Fonte de financiamento	PO AT FEDER
Custo (Valor máximo indicativo)	60 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF, se se realizar, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.

Anexo 9

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Outras avaliações temáticas

41. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DE CUSTOS SIMPLIFICADOS

Objetivo(s)		<p>Os objetivos desta avaliação são produzir aprendizagens relativamente aos resultados e à forma de implementação das Opções de Custos Simplificados (OCS) no âmbito do QREN/PT2020 e transportá-las para o processo de implementação a decorrer no PT2020, à luz do novo enquadramento legal e da prática em curso, devendo, a partir das evidências suscetíveis de ser recolhidas até ao presente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aferir se a adoção da OCS (quer ao nível do processo adotado, quer da sua implementação) está a alcançar os objetivos esperados ou a criar condições para os alcançar, em termos de aumento da eficiência que se pretende alcançar (diminuindo a carga administrativa das AG, organismos intermédios, unidades funcionais de auditoria e certificação e entidades beneficiárias; acelerando a despesa, diminuindo o erro,); - Aferir se a adoção da OCS está a alcançar os objetivos esperados ou a criar condições para os alcançar, em termos de aumento da eficácia das medidas dos FEEI (maior ênfase nas políticas, objetivos e prioridades de intervenção), através de uma definição mais clara dos processos, objetivos e resultados mensuráveis na fase de programação e desviando o foco dos processos administrativos para os resultados efetivos ao nível da execução; - Produzir conhecimento sobre os mecanismos de verificação e auditoria (de sistema e de operações), avaliando o seu contributo para a “fidelidade” à simplificação de custos (dando especial atenção aos riscos inerentes a processos desta natureza, nomeadamente de overplating); - Produzir conhecimento sobre as opções inerentes às metodologias específicas aplicadas a cada intervenção e avaliar a sua adequação aos objetivos de eficácia e eficiência enunciados acima, integrando fatores contextuais (relativos ao tipo de opção – taxa fixa, tabelas normalizadas de custos unitário e montantes fixo ou lump sums –, à natureza dos fundos, aos objetivos e instrumentos, aos intervenientes no processo, ...); - Produzir recomendações que possibilitem generalizar a adoção da OCS e melhorar a implementação das OCS, e, consequentemente, a sua eficácia e eficiência.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Temática
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	<p>- PO QREN: PO PH, PO Madeira-FSE, PO Açores-FSE</p> <p>- PO PT2020: PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira</p> <p>- Fundos: FSE, FEDER, FEADER</p> <p>Portugal</p> <p>(Não aplicável)</p> <p>QREN/PT2020</p>
Contextualização/ Justificação		Atendendo ao carácter estratégico da implementação de custos simplificados no período de programação 2014-2020, e tendo como ponto de partida a experiência de aplicação deste regime de financiamento no âmbito do FSE, no período de programação 2007-2013, pretende-se efetuar a análise da aplicação das diversas opções de custos simplificados no âmbito do QREN e analisar a implementação atual e potencial no PT2020. Pretende-se conhecer as intenções de mobilização de OCS. Pretende-se igualmente que o estudo produza recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão e programáticas.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Decisões de gestão e programáticas.
Critérios e Questões de avaliação		<p>Relevância</p> <p>1. Em que medida as OCS em vigor respondem à prioridade de simplificação e de orientação para os resultados? Para responder a esta prioridade existe necessidade e potencial de alargamento das OCS a outras tipologias?</p> <p>Coerência</p> <p>2. Em que medida as OCS se articulam/compatibilizam com outros sistemas de regras decorrentes da legislação nacional relativamente às mesmas matérias (p.e. regras do regime de auxílios de estado/contratação pública)?</p> <p>Eficiência operativa</p> <p>3. O processo adotado para a constituição das OCS e a sua aplicação (nomeadamente, o envolvimento/participação/adesão dos stakeholders, as metodologias de cálculo utilizadas, os procedimentos adotados, a aplicação das regras comunitárias...) garantiu maior eficácia e eficiência à aplicação das OCS? Quais os principais pontos críticos? O que pode ser feito para que a intervenção possa ser mais eficaz, nomeadamente que boas práticas de outros Estados-Membros podem ser replicadas?</p>

41. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DE CUSTOS SIMPLIFICADOS	
	<p>Eficácia</p> <p>4. As OCS alcançaram os seus objetivos (nomeadamente, a simplificação da aplicação dos FEEL e o foco nos resultados)? Que mudanças podem ser observadas decorrentes das OCR aplicadas no QREN e esperadas no Portugal 2020</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos e no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao PT2020 cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao Portugal 2020 (cf. <i>idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 (cf. <i>idem</i>) <ul style="list-style-type: none"> - Portaria n.º 60-C/2015 - D.R. n.º 42/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-03-02, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Ciência - Adota o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano; Consultar alterações ao Regulamento no sítio web do Portugal 2020 - Portaria n.º 97-A/2015 - D.R. n.º 62/2015, Série I de 2015-03-30, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Adota o Regulamento Específico do domínio da Inclusão Social e Emprego; Consultar alterações ao Regulamento no sítio web do Portugal 2020 - Portaria n.º 57-A/2015 - D.R. n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série 1 de 2015-02-27, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia - Adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização, republicado com as diversas alterações no Anexo à Portaria n.º 360-A/2017, de 23 de novembro. Consultar alterações ao Regulamento no sítio web do Portugal 2020 • Legislação referente à temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Delegado (UE) nº. 480/2014 da Comissão, de 3 de março de 2014, completa o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas. - Ato Delegado para a Educação: Anexo XIV ao Regulamento Delegado (UE) 2017/2016, de 29 de agosto de 2017, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2015/2195, respeitante às condições para o reembolso de despesas a todos os Estados-Membros especificados com base em tabelas normalizadas de custos unitários para operações de apoio à participação em atividades de educação (desde a educação pré-escolar ao ensino superior, incluindo o ensino e a formação profissionais formais) em todos os programas operacionais financiados pelo FSE. • Guias e estudos e apresentações públicas sobre a temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> - Orientações sobre a temática a avaliar: <ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre as Opções de Custos Simplificados (OCS): Financiamento por taxa fixa, tabelas normalizadas de custos unitários, montantes fixos (10/10/2014); Simplified Cost Options in the European Social Fund - Promoting simplification and result-orientation (02/12/2016); Guidance on standard scales of unit costs and lump sums adopted under Article 14(1) Reg. (EU) 1304/2013 (12/06/2015). Guidance on Joint Action Plans (15/06/2015) - OCS em aplicação noutros Estados Membros: <ul style="list-style-type: none"> Guide du Porteur de Projet du Programme Opérationnel Régional 2014-2020; Guide Méthodologique: Coûts Simplifiés - Programmes FEDER-FSE-FEADER-FEAMP; Guidance Document on the use of Simplified Cost Options Under the 2014-2020 Programming Period; Wales European Structural & Investment Fund Programmes 2014-2020: Detailed Guidance on using simplified costs. - Eventos e Boas Práticas: <ul style="list-style-type: none"> Sessões de Trabalho FSE Custos Simplificados nos Programas Operacionais Portugal 2020 (07/12/2015); Custos Simplificados e Indicadores para os beneficiários e para as equipas técnicas do Madeira 14-20, FEDER E FSE (17/04/2017); Boas Práticas de outros Estados Membros. • Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. <i>idem</i>).

41. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DE CUSTOS SIMPLIFICADOS	
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público com publicidade internacional
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	AD&C AD&C
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	AD&C, GPP, AG do PO CI, do PO CH, do PO ISE, do PO SEUR, dos POR do Continente e R.A., dos PDR (Continente e Regiões Autónomas) AD&C (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do concurso • Início da Avaliação • Duração da Avaliação 	2º semestre 2017 2º semestre 2018 1 semestre
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	O estudo terá uma forte componente de recolha de informação junto de atores relevantes, sendo expectável que todas as AG sejam ouvidas.

Anexo 10

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações territoriais

42. AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO PORTUGAL 2020 NO CONTEXTO DA CONVERGÊNCIA E COESÃO TERRITORIAL

Objetivo(s)		<p>Objetivo global:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliar a adequação da abordagem territorial do Portugal 2020, considerando o contributo da configuração e da implementação das políticas/instrumentos de programação que a operacionalizam nos quatro domínios temáticos, para o alcance dos resultados e impactos esperados na redução das assimetrias regionais e consequente reforço da convergência económica e da coesão territorial. <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliar o conjunto das políticas/instrumentos de programação que operacionalizam as abordagens territoriais (políticas territoriais e políticas territorializadas) do Portugal 2020, aferindo; A complementaridade e as sinergias entre políticas/instrumentos de programação coincidentes no mesmo território na persecução dos objetivos de convergência económica e de coesão territorial; A eficiência dos mecanismos formais e informais de coordenação entre políticas/instrumentos de programação e de governação multinível (entre os vários níveis de governo e/ou administração pública) e <i>multi-stakeholders</i> (entre todas as partes interessadas do território); A relação entre a configuração das políticas/instrumentos de programação e a sua implementação, tendo em vista o alcance dos seus objetivos; A adequação e pertinência das medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade com base na metodologia proposta na deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, incluindo, se pertinente, uma proposta da revisão da metodologia utilizada.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Territorial
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR. PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Portugal (Não aplicável) PT2020
Contextualização/Justificação		<ul style="list-style-type: none"> Atendendo ao objetivo de diminuir as assimetrias regionais, importa compreender a forma como o domínio transversal de territorialização das intervenções está a ser implementado no PT2020, nomeadamente no âmbito de cada um dos 4 domínios temáticos. Necessidade da AD&C submeter à CIC uma avaliação da aplicação das medidas de discriminação positiva com base na metodologia utilizada para a definição dos territórios de baixa densidade, incluindo, se pertinente, uma proposta de revisão da metodologia utilizada (de acordo com a Deliberação da CIC PT2020, de 26 de março de 2015, alterada pela Deliberação 55/2015, de 1 de julho de 2015 – Classificação de municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade);
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> Contributos para os Relatórios Anuais dos Fundos; Divulgação e acompanhamento das dinâmicas regionais; Contributo para a conceção de políticas territoriais; Eventual submissão à CIC de proposta de revisão da metodologia utilizada para classificação dos territórios de baixa densidade.
Critérios e Questões de avaliação		<p>Relevância</p> <p>1. Decorrendo de uma análise da evolução recente dos processos de convergência económica e de coesão territorial, qual a relevância da abordagem territorial do Portugal 2020 como resposta aos desafios da convergência e da coesão territorial?</p> <p>Coerência</p> <p>2. A configuração e a implementação das políticas/instrumentos de programação coincidentes nos territórios asseguram a sua complementaridade em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?</p> <p>Eficiência operativa</p> <p>3. Na configuração e na implementação das políticas/instrumentos de programação estão presentes mecanismos que asseguram uma governação eficiente entre as diferentes políticas/instrumentos de programação, entre as várias escalas territoriais e entre as partes interessadas do território?</p> <p>Eficácia</p>

42. AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO PORTUGAL 2020 NO CONTEXTO DA CONVERGÊNCIA E COESÃO TERRITORIAL

	<p>4. A configuração e a implementação (nomeadamente da estratégia, beneficiários, nível de procura e resultados contratualizados) das políticas/instrumentos de programação permite atingir os resultados previstos?</p> <p>Impacto (ex ante)</p> <p>5. A configuração e a implementação da abordagem territorial, enquanto dimensão transversal do Portugal 2020, revelam ser um contributo eficaz para a exploração do potencial de desenvolvimento de todos os territórios, diminuição das assimetrias regionais e consequente reforço da convergência económica e da coesão territorial?</p> <p>Relevância/Coerência/Eficácia</p> <p>6. Face às análises efetuadas nas questões anteriores, qual a avaliação da aplicação das medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade com base na metodologia proposta na deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, incluindo, se pertinente, uma proposta da revisão da metodologia utilizada?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao Portugal 2020 (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”) • Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (Cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente ao Portugal 2020 (Cf. <i>idem</i>) • Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 (Cf. <i>idem</i>) • Legislação nacional e regional referente à temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> – Decreto-Lei n.º 137/2014 – D.R. n.º 276/2014, Série I de 2014-09-12 – Modelo de Governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020 – Decreto-Lei n.º 159/2014 – D.R. n.º 207/2014, Série I de 2014-10-27 – Estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período de programação 2014-2020 – Outra legislação nacional e regional relativa ao período de programação 2014-2020 (a consultar no sítio web do Portugal 2020). – Deliberação 55/2015 de 1 de junho IC Portugal2020 relativa à classificação de territórios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios • Legislação referente à temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> – Deliberação 55/2015 de 1 de junho IC Portugal2020 relativa à classificação de territórios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. • Documento de políticas públicas relacionadas com o Portugal 2020 <ul style="list-style-type: none"> – Programa Nacional para a Coesão Territorial – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território • Avaliações realizadas anteriormente: <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação Estratégica do QREN - Contributo do QREN para a inclusão social de indivíduos residentes em territórios urbanos problemáticos (Lote 2) – Síntese de Resultados e Recomendações, Sumário Executivo, Executive Summary, Relatório, Anexos – Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC – PROVERE - Executive Summary, Síntese de Resultados e Recomendações, Relatório, Volume 1, Volume 2, Volume 3 • Estudos sobre a temática a avaliar <ul style="list-style-type: none"> – Zooms Territoriais - Inclusão Social. Relatório síntese dos principais resultados e aprendizagens – Cooperação LEADER – Avaliação, monitorização e repertório de projetos, publicado no âmbito do projeto Territórios Rurais em Rede II com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional co-financiado pelo Estado Português e pela União Europeia através do FEADER – Novembro 2013 • Referenciais metodológicos sobre avaliação (cf. <i>Idem</i>)
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público com publicidade no Jornal Europeu da União Europeia
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação 	AD&C

42. AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO PORTUGAL 2020 NO CONTEXTO DA CONVERGÊNCIA E COESÃO TERRITORIAL

<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados 	AD&C
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico 	AD&C; AG do PO CH; do PO CI; do PO ISE; do PO SEUR; do PO Norte, do PO Centro, do PO Lisboa, do PO Alentejo, do PO Algarve; ANMP; Representantes do CES AD&C e AG dos PO Lisboa e Centro (Não aplicável)
Calendário: Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação	2º semestre 2017 2º semestre 2017 (a ponderar atualização no 1º semestre 2022) 1 semestre
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	125 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Avaliação de Impacto das medidas de discriminação territorial, a realizar em 2022, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações, essencialmente nas questões de avaliação.

43. AVALIAÇÃO DOS PACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL E DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA: OPERACIONALIZAÇÃO E PRIMEIRAS REALIZAÇÕES (VER FICHA 47.)

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o processo de operacionalização das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial, especificamente os ITI (concretizados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial); • Avaliar, tendo presente a experiência do QREN, a relevância e eficácia dos mecanismos de governação multinível aplicados na operacionalização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial; • Identificar dimensões operacionais que carecem de ajustamento e melhoria visando a eficácia do instrumento territorial; • Proporcionar o suporte técnico à futura avaliação intercalar dos PDCT prevista na contratualização com as CIM/ AM.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Territorial
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PDR do Continente
	Territorial	Continente, exceto Algarve
	Temático	PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e OT3/Medida 4-Ação 3.4 do PDR Continente
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Tratando-se de uma das abordagens integradas de desenvolvimento do PT2020, e que reflete o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, torna-se necessário promover a sua avaliação numa fase inicial de operacionalização (desenvolvimento das EIDT; envolvimento dos atores territoriais relevantes; processo de reconhecimento; contratualização/ delegação de competências nas CIM/ AM) e posteriormente em termos de impacto, visando a melhoria da eficácia deste instrumento territorial.</p> <p>Esta avaliação constitui igualmente informação relevante para a futura avaliação intercalar dos PDCT, conforme prevista no n.º 9.2 do Convite n.º 03/ 2015, de 17-03-2015, modificado em 21-04-2015.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributos para os Relatórios Anuais dos Fundos; Contributo para o Relatório Intercalar AP 2019; Acompanhamento dos instrumentos territoriais (Pactos/ITI), nomeadamente no âmbito da Rede de Dinâmicas Regionais; Introdução de ajustamentos aos mecanismos de governação multinível; Recomendações para as avaliações intercalares dos PDCT.
Critérios e Questões de avaliação		<p>Conceção das EIDT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As EIDT configuram uma abordagem estratégica robusta, coerente e adequada aos constrangimentos e oportunidades identificados nos respetivos territórios NUTS III? Qual o nível de alinhamento das EIDT com as estratégias regionais NUTS II? (relevância) • O processo de elaboração das EIDT foi suficientemente abrangente de modo a garantir o envolvimento de todos os atores relevantes para este tipo de processo? Este envolvimento foi efetivo, traduzindo a diversidade de perspetivas e sensibilidades existentes no território? (eficiência operativa) • As agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais forneceram, o apoio técnico que a conceção das estratégias existia? Como se efetivou este apoio? (eficiência operativa) <p>Implementação dos PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual a relevância de uma boa estruturação das estratégias iniciais (EIDT) para o sucesso da implementação dos PDCT? • O modelo adotado no PT2020 assente num processo concorrencial, seguido de uma contratualização, é o mais adequado para a territorialização das políticas públicas em Portugal? (relevância) • O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? (coerência interna/externa) • Os modelos de acompanhamento e monitorização dos PDCT adotados pelas AG dos PO financiadores é o mais adequado tendo em vista a identificação de desvios face ao planeado? Existirão eventuais oportunidades de melhoria nestes modelos? (eficiência operativa) • O envolvimento dos atores foi um fenómeno pontual ou continuado tanto na fase de conceção como na de implementação dos PDCT? (eficiência operativa) • Qual a fiabilidade e qualidade da implementação da delegação de competências das AG nas CIM/ AM? O que deve ser melhorado? (eficiência operativa) • Os modelos de governação e as metodologias implementadas pelas CIM/AM para a M&A da implementação dos PDCT são os mais adequados e envolvem os atores relevantes? O que deve ser melhorado? (coerência interna)

43. AVALIAÇÃO DOS PACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL E DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA: OPERACIONALIZAÇÃO E PRIMEIRAS REALIZAÇÕES (VER FICHA 47.)

	<ul style="list-style-type: none"> Qual o grau de cumprimento das metas contratualizadas de realização e resultado para 2018? Caso o nível de cumprimento fique aquém do expectável, quais as razões que o justificam? (eficácia) <p>Recomendações e propostas de melhoria operacional do instrumento territorial ITI/ Pactos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Quais as boas práticas que foram observadas e cuja disseminação seja relevante? (eficiência operativa)
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao PT2020 (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (Cf. <i>idem</i>) Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (Cf. <i>idem</i>) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (Cf. <i>idem</i>) Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020 (a especificar) <ul style="list-style-type: none"> Acelerador do Investimento Municipal (Deliberação CIC n.º 21/2106, de 2 de novembro) Medidas de simplificação do investimento municipal (Deliberação CIC n.º 20/2016, de 2 de novembro) PDIP – Plano de Dinamização dos Investimentos de Proximidade Estudos sobre a temática a avaliar (a especificar) Sistema estatístico nacional e internacional (a especificar) Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> Informação de realização física e financeira dos Programas (Sistema de Monitorização do PT2020).
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	<p>AD&C</p> <p>AD&C</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	<p>AD&C, Rede das Dinâmicas Regionais (AG dos PO Temáticos e dos PO Regionais) e AG do PDR do Continente</p> <p>AD&C, 1 AG de um PO Temático e 1 AG de um PO Regional</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	<p>1º semestre 2020</p> <p>2º semestre 2020 (a ponderar agregação com a avaliação 47.))</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Avaliação de Impacto dos PDCT, a realizar em 2022, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações, essencialmente nas questões de avaliação.

47. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC): OPERACIONALIZAÇÃO E PRIMEIRAS

REALIZAÇÕES

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o processo de implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) enquanto instrumento de abordagem integrada para o desenvolvimento territorial; • Avaliar para cada um dos enfoques temáticos considerados (rural, costeiro e urbano), e respetivos Grupos de Ação Local (GAL) a pertinência e a relevância das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL); • Avaliar o modelo de governação definido especificamente para a implementação, acompanhamento e execução das EDL; • Identificar possíveis ajustamentos na dimensão operacional que permitam aumentar a eficácia deste instrumento de desenvolvimento territorial.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Territorial
Âmbito	Programático	PO Norte, PO Centro, PO Alentejo; PO Lisboa, PO Algarve, PDR do Continente, PDR Açores, PO MAR
	Territorial	Continente e Região Autónoma dos Açores
	Temático	No âmbito do FSE e FEDER as PI 9.6 e 9.10 (com elegibilidades de projetos enquadrados nas PI 6.3, 8.3, 9.1 e 10.1), medidas/tipologias que sejam adotadas no âmbito do OT3, OT8 e OT9, no âmbito do FEADER e medidas/tipologias que sejam adotadas no âmbito do OT3 e OT6, no âmbito do FEAMP
	Temporal	Portugal 2020
Contextualização/Justificação		<p>No Acordo de Parceria são identificadas abordagens integradas para o desenvolvimento territorial a mobilizar no quadro da programação dos diversos programas operacionais, de acordo com o previsto no Regulamento Geral dos FEEL. Uma dessas abordagens integradas consiste no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (previsto no artigo 32º do Regulamento referido) que é apresentada com o objetivo de promover territórios específicos, assentando numa forte concertação estratégica e operacional entre parceiros e focalizada, essencialmente, na redução dos níveis de desemprego e dos índices de pobreza em determinados territórios, através da dinamização e diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e da busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos no contexto urbano, ou em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.</p> <p>A implementação deste instrumento de política pública apresenta uma grande complexidade, assim como fortes exigências ao nível da gestão, face a anteriores períodos de programação, uma vez que pressupõe a articulação e coordenação entre vários fundos e vários programas operacionais num mesmo território. Assim, após a estabilização das estratégias de desenvolvimento local e, principalmente, após o início da sua concretização nos diversos territórios importa efetuar um exercício de avaliação que disponibilize informação que apoie a melhoria contínua do sistema de gestão e acompanhamento deste tipo de abordagem integrada.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para as decisões das Autoridades de Gestão dos PO financiadores, nomeadamente decisões de ajustamento na programação e implementação do DLBC; Contributo para os Relatórios de Execução dos PO; Informação de base para divulgação ao público em geral, através de <i>newsletters</i> , <i>press releases</i> , relatórios de monitorização, etc.
Critérios e Questões de avaliação		<p>Modelo de Governação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O modelo de governação previsto para a implementação das EDL permitirá atingir os objetivos definidos para esta abordagem territorial? E a definição da regulamentação e do conteúdo dos avisos? (eficácia) • Está garantida a articulação com processos complementares executados por parcerias constituídas em sede de outras estratégias territoriais, como os PROVERE no caso dos territórios de baixa densidade ou dos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas no caso dos territórios urbanos? Quais as vantagens e inconvenientes dos modelos de funcionamento do DLBC face a outros modelos com incidência territorial, implementados no atual período de programação bem como no anterior? (coerência externa e eficiência) <p>Implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os objetivos inscritos nas EDL selecionadas encontram-se alinhados com os objetivos específicos e indicadores de realização e resultado dos diversos PO financiadores? A seletividade das operações dentro de cada EDL é idêntica à que se processa nos outros “Avisos” das mesmas tipologias geridos por outras entidades? A implementação das EDL permitiu uma integração em termos temáticos, temporais e espaciais com os restantes instrumentos de política conforme estava previsto? (coerência interna e externa) • Os “Avisos” incluíram as tipologias de projetos que permitem concretizar os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado? O processo de seleção das EDL permitiu selecionar aquelas que mais contribuíam para esses objetivos e respetivos indicadores? (eficácia)

47. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC): OPERACIONALIZAÇÃO E PRIMEIRAS

REALIZAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none"> As EDL aprovadas impõem maior ou menor rigidez na gestão dos PO financiadores, face à necessidade de se assegurarem os níveis de execução física e financeira programados? Estas EDL têm-se revelado adequadas, tendo em consideração as exigências de eficácia e eficiência de gestão dos PO financiadores? Estão previstos os mecanismos necessários para a revisão e ajustamento das EDL? Devem ser promovidas alterações ao nível dos PO financiadores ou das EDL e respetivas parcerias? (eficiência) A programação atual dos diversos PO financiadores (objetivos específicos e respetivos indicadores e metas) ainda é adequada, face à dinâmica de implementação das EDL? Que ajustamentos devem ser feitos? Que medidas de gestão devem, por outro lado, ser tomadas para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Que alterações devem ser efetuadas, nomeadamente, nos objetivos e indicadores ou no modelo de governação? (eficiência operativa)
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> Informação Fontes 	<ul style="list-style-type: none"> Informação relativa ao Portugal 2020 (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (cf. <i>idem</i>) Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (cf. <i>idem</i>) Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (cf. <i>idem</i>) Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020 (a especificar) Estudos sobre a temática a avaliar (a especificar) Sistema estatístico nacional e internacional (a especificar) Outra informação recolhida no Sistema de Informação do PT2020 <ul style="list-style-type: none"> Informação de realização física e financeira dos PO (Sistema de Monitorização do PT2020).
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação Coordenação do follow-up das recomendações Comunicação dos resultados 	AD&C AD&C
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> Grupo de Acompanhamento Júri do Concurso Comité Científico 	AD&C / Rede das Dinâmicas Regionais (AG dos PO Regionais), AG do PDR do Continente, do PDR Açores, do PO MAR e um representante dos GAL. AD&C (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do concurso Início da Avaliação Duração da Avaliação 	1º semestre 2020 2º semestre 2020 (a ponderar a agregação com a avaliação 43.) 1 semestre
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	Incorpora as QA das avaliações suprimidas 30. Avaliação das Políticas Públicas de Estímulo ao Empreendedorismo. A ficha de caracterização da eventual Avaliação de Impacto dos DLBC a realizar em 2022 será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações, essencialmente, nas questões de avaliação (a ponderar atualização no 1º semestre de 2022) A integrar co conteúdo desta ficha na ficha da Avaliação 43

48. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO FÍSICA, ECONÓMICA E SOCIAL EM ZONAS URBANAS (LOTE 4)

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Ex ante Temática
Âmbito	Programático Territorial	PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Portugal No âmbito do FEDER, os instrumentos financeiros previstos são enquadrados nas Prioridades de Investimento:
	Temático	<ul style="list-style-type: none"> PI 6.5 “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído” nos PO Regionais (instrumentos de dívida); PI 9.8 “Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” nos PO Regionais do Continente e dos Açores (instrumentos de dívida).
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Suporte à mobilização, por parte das AG, de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) em Instrumentos Financeiros.
Critérios e Questões de avaliação		<p>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p>D. Lições adquiridas:</p> <p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p>E. Estratégia de investimento:</p>

48. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO FÍSICA, ECONÓMICA E SOCIAL EM ZONAS URBANAS (LOTE 4)

	<p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>F. Resultados e sistema de monitorização:</p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p>G. Atualização da avaliação ex ante:</p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> • Informação • Fontes <ul style="list-style-type: none"> • Informação relativa ao Portugal 2020 (cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") • Sistema de informação do Portugal 2020 (cf. idem)
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação • Coordenação do follow-up das recomendações • Comunicação dos resultados <p>AD&C</p> <p>AD&C e AG dos PO Regionais</p>
Constituição do:	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Acompanhamento • Júri do Concurso • Comité Científico <p>AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG dos PO Regionais, IAPMEI, I.P. (Agência para a Competitividade e Inovação), Turismo de Portugal, I.P., CES (Conselho Económico e Social) e IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP)</p> <p>AD&C</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	<p>Lançamento do concurso</p> <p>Início da Avaliação</p> <p>Duração da Avaliação</p> <p>15 julho 2014</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>9 meses</p>
Fonte de financiamento	PO AT FEDER
Custo (Valor máximo indicativo)	60 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF, se se justificar, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.